

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

YNDARA VASQUES LIMA

COMUNICAÇÃO E VÍNCULOS SOCIAIS: uma proposta de autogestão financeira
para o MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão)

São Luís

2025

YNDARA VASQUES LIMA

COMUNICAÇÃO E VÍNCULOS SOCIAIS: uma proposta de autogestão financeira
para o MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão)

Relatório de Qualificação apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Profissional da
Universidade Federal do Maranhão,
proposta de pesquisa para a apresentação
trabalho técnico.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de
Almeida Moura.

Coorientador: Prof. Dr. Ramon Bezerra.

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima, Yndara Vasques Lima.

COMUNICAÇÃO E VÍNCULOS SOCIAIS: uma proposta de autogestão financeira para o MOQUIBOM Movimento Quilombola do Maranhão / Yndara Vasques Lima Lima. - 2025.

105 p.

Coorientador(a) 1: Prof. Dr. Ramon Bezerra. Bezerra.

Orientador(a): Profa. Dra. Flávia de Almeida Moura.
Moura.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação - Modalidade Profissional/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Comunicação. 2. Autogestão Financeira. 3. Quilombolas. 4. Maranhão. I. Bezerra, Prof. Dr. Ramon Bezerra. II. Moura, Profa. Dra. Flávia de Almeida Moura. III. Título.

YNDARA VASQUES LIMA

COMUNICAÇÃO E VÍNCULOS SOCIAIS: uma proposta de autogestão financeira
para o MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão)

Relatório de Qualificação apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Profissional da
Universidade Federal do Maranhão,
proposta de pesquisa para a apresentação
trabalho técnico.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de
Almeida Moura.

Coorientador: Prof. Dr. Ramon Bezerra.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Avaliador 01

Avaliador 02

Avaliador 03

São Luís

2025

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, *in memoriam*, Werber Lima, por me inspirar.

À minha mãe, Sílvia, pela generosidade e paciência.

Minha filha, Gaby, pelo amor que me move.

Minha amiga Franci Monteles, pela parceria de uma vida.

Minha família, por ser a base.

Aos mestres Flávia Moura e Ramon Bezerra, pelos ensinamentos.

“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão.” (Paulo Freire)

RESUMO

Analisar e construir juntamente com os integrantes do MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) estratégias que garantam a autogestão financeira do Movimento é a principal proposta desse trabalho de pesquisa. A proposta partiu de uma necessidade apontada pelos integrantes do Movimento: o desafio da continuação das ações, produtos e projetos impactados pela falta de recursos financeiros. A metodologia escolhida foi elaborada pelo grupo de pesquisa ETC (Economia, Tecnologia e Comunicação), da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e busca apresentar soluções a partir da elaboração do MCC (Mapa das Crises Contemporâneas) e do MCIC (Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas). O foco principal é a geração de sentido a partir de ações que envolvam empreendedorismo, colaboração, inovações digitais e estímulo à novos em modelos de negócios respeitando e envolvendo seres humanos, biodiversidade, economia de valor e tecnologia.

Palavras-chave: Comunicação. Autogestão financeira. Quilombolas. Maranhão.

ABSTRACT

The main purpose of this research work is to analyze and develop strategies that ensure the financial self-management of the Movement together with the members of MOQUIBOM (the Maranhão Quilombola Movement). The proposal arose from a need identified by the Movement's members: the challenge of continuing actions, products and projects impacted by the lack of financial resources. The chosen methodology was developed by the ETC (Economy, Technology and Communication) research group at UFMA (Federal University of Maranhão) and seeks to present solutions based on the development of the MCC (Map of Contemporary Crises) and the MCIC (Model for Creating Contemporary Initiatives). The main focus is to generate meaning from actions that involve entrepreneurship, collaboration, digital innovations and encouragement of new business models that respect and involve human beings, biodiversity, value economy and technology.

Keywords: Communication. Financial self-management. Quilombolas. Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Crises da Contemporaneidade (MCC)	51
Figura 2 - Mapa das Crises do MOQUIBOM	52
Figura 3 - Árvore dos Desafios e o Esperançar dos Quilombolas do MOQUIBOM....	70
Figura 4 - Modelo de Criação da Iniciativa das Crises Contemporâneas.....	72
Figura 5 - Modelo da Iniciativa das Crises Contemporâneas do MOQUIBOM	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Árvore dos Desafios e Esperançar dos Quilombolas do MOQUIBOM	64
Quadro 2 - Árvore dos Desafios e Esperançar dos Quilombolas do MOQUIBOM - Raiz	66
Quadro 3 - Árvore dos Desafios e Esperançar dos Quilombolas do MOQUIBOM/ Caule	67
Quadro 4 - Árvore dos Desafios e Esperançar dos Quilombolas do MOQUIBOM/ Folhas	68
Quadro 5 - Preenchimento do MICC	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT/MA - Comissão Pastoral da Terra

CSP Conlutas - Central Sindical e Popular

ETC - grupo de Pesquisa Economia, Tecnologia e Informação (ETC)

MCC - Mapa das Crises Contemporâneas

MICC - Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas

MOQUIBOM – Movimento Quilombola do Maranhão

NERA - Núcleo de Estudo da Reforma Agrária

OLPN - ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO

TED - Termo de Execução Descentralizada

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA PARA OS QUILOMBOLAS	16
2.1 A comunicação do ‘ser quilombola’	20
2.2 A cultura do <i>comum</i> entre os quilombolas do MOQUIBOM	23
2.3 O desafio da autogestão financeira para o MOQUIBOM.....	25
3. BREVE HISTÓRICO DOS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	27
3.1 Articulação quilombola.....	28
3.2 Atuação do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM).....	30
3.3 Abrangência do MOQUIBOM	32
4. O MOQUIBOM E A AUTOGESTÃO FINANCEIRA.....	36
4.1 Caminhos teóricos percorridos	37
4.2 Primeiros passos para o trabalho de campo	40
5. ELABORAÇÃO DO MAPA DAS CRISES CONTEMPORÂNEAS.....	43
5.1 Percepções sobre a construção do MCC do MOQUIBOM	50
5.2 Apresentação do MCC do MOQUIBOM no Encontro	60
5.3 Conectando: teoria, sujeitos e prática	69
5.4 Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas (MCIC) do MOQUIBOM	71
5.5 Elaborando o MCIC Para o MOQUIBOM	75
6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MOQUIBOM	81
6.1 Cronograma das missões do MOQUIBOM.....	84
6.2 Análise dos riscos ao Planejamento Estratégico do MOQUIBOM	89
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	98
ANEXO A - CARTA DENÚNCIA ELABORA PELO MOQUIBOM E DIVULGADA PARA A IMPRENSA E NAS REDES SOCIAIS DURANTE O ACAMPAMENTO DO MOQUIBOM EM OUTUBRO DE 2024	99
ANEXO B – CARTA CONVITE PARA A PESQUISADORA APRESENTAR A PESQUISA DURANTE O ENCONTRO DO MOQUIBOM EM JANEIRO DE 2025	100
APÊNDICES	101

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO NO ACAMPAMENTO DO MOQUIBOM EM OUTUBRO DE 2024 PARA ELABORAÇÃO DO MAPA DAS CRISES DO MOQUIBOM	102
APÊNDICE B – REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MCC EM NOVEMBRO DE 2024 PARA A COORDENAÇÃO DO MOQUIBOM.....	103
APÊNDICE C - REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MCC EM JANEIRO DE 2025 DURANTE O EMCONTRO DO MOQUIBOM.....	104

1. INTRODUÇÃO

Um caminho de investigação, reflexão crítica e sistematização de saberes está registrado nas próximas páginas. São inúmeras folhas escritas, mas que, por meio do olhar sensível e da compreensão da cultura dos povos e comunidades tradicionais, o leitor compreenderá que esta pesquisa extrapola a entrega de um planejamento estratégico, de um plano de trabalho e das missões do Movimento Quilombola do Maranhão.

Trata-se de uma sistematização de vivências comunitárias afetadas e vinculantes em prol de preenchimentos de vazios, que podem refletir na construção de um novo sujeito e de uma nova realidade, ambos impactados principalmente pelo avanço tecnológico e pela lógica do capital. Um trabalho iniciado a partir do diálogo direto, aberto e respeitoso com as lideranças e comunidades quilombolas que integram o Movimento. Cada decisão tomada, cada prioridade definida e cada proposta registrada nasceram da escuta ativa e da construção coletiva com aqueles que vivem a realidade dos territórios.

Uma rede de troca de informações e caminhos norteadores foi construída. Ao dialogar com diferentes comunidades e quilombolas, nos dois momentos de campo ao longo do trabalho (no acampamento do MOQUIBOM, em outubro de 2024, e no Encontro do MOQUIBOM, em janeiro de 2025), foi possível compreender na prática que as demandas do Movimento passam pela elaboração do planejamento estratégico. Contudo, as comunidades quilombolas que integram o MOQUIBOM querem ir além, querem ver essa implantação o mais breve possível e, por esse motivo, um plano de ação por meio das missões foi elaborado.

Neste momento, pude constatar também do que trata, na prática, o Protocolo Tecer, Rendar e Urdir - Protocolo para criação de redes e comunidades, elaborado pelo grupo de pesquisa da UFMA, o ETC (Economia, Tecnologia e Comunicação), para o qual escrevi o posfácio intitulado “A Contribuição da Construção das Redes e Comunidades e o estar por vir do ETC HUB”. O trabalho de pesquisa, lançado em junho de 2025, testa os conceitos de inovação, rede e comunidade, além de compor sentidos em torno de temáticas específicas, como questões ambientais, de gestão e financeiras, interseccionalidade, inovação e ancestralidade.

A essência do MOQUIBOM se caracteriza por um emaranhado, uma rede de comunidades quilombolas que, juntas, tecem caminhos de resistência para manter a sua identidade, ancestralidade e avanço das conquistas. Trata-se de um momento em que

sonhos, necessidades e saberes tradicionais foram organizados em propostas concretas, fruto de um processo coletivo e participativo.

Analisar e construir estratégias que garantam a autogestão financeira do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), juntamente com os integrantes do Movimento, foi a principal proposta deste trabalho de pesquisa. A demanda surgiu a partir de diálogos com a coordenação e integrantes do MOQUIBOM que, após quase duas décadas de existência, vivencia um novo momento: o incentivo às comunidades integrantes do MOQUIBOM a criarem as suas próprias associações, com personalidade jurídica.

As instituições com personalidade jurídica oportunizam uma atuação mais estruturada e eficaz do Movimento, que passa a ser reconhecido como entidade própria, ou seja, separada de seus membros e parceiros. Outra possibilidade das organizações com personalidade jurídica é a sua participação em editais públicos, convênios com o poder público, além de obtenção de financiamentos nacionais e internacionais; o que é crucial para ampliar as suas ações e sustentabilidade. A formalização jurídica, muitas vezes, exige a elaboração de um estatuto e a definição de papéis (presidente, tesoureiro, etc.), o que favorece a transparência, a democracia interna e a organização das ações do grupo.

No MOQUIBOM, percebe-se que a resistência para a conquista de direitos se sustenta, em parte, pelo fortalecimento das relações sociais (França, 2002). Os quilombolas estão vinculados socialmente e afetivamente, e, ao se comunicarem a partir do seu território, reforçam sua identidade por meio de experiências, como as manifestações culturais, religiosidade, modos tradicionais de cultivo, respeito à agroecologia, produção pelo cooperativismo, prática de comercialização justa e solidária dos alimentos e produtos e pela luta diária ao direito de permanecerem em seus territórios. Um dos exemplos dessa vinculação é o Encontro Anual do MOQUIBOM. Trata-se de uma articulação política, social e cultural que reúne os quilombolas das diversas comunidades associadas ao Movimento. Juntos dialogam, debatem e traçam estratégias para o fortalecimento da identidade e da cultura, para a luta por território e soberania, troca de saberes e tecnologias, incidência política, autonomia e autogestão. O Encontro do MOQUIBOM cria laços de solidariedade entre diferentes comunidades e etnias, unindo forças na luta contra as opressões históricas e estruturais que enfrentam.

O Movimento guiou os caminhos, apontou as necessidades, definiu os eixos de luta e ações a realizar. Esse processo reafirma que as soluções mais eficazes e justas nascem do chão da comunidade, quando o saber tradicional é valorizado e quando os

próprios sujeitos se reconhecem como autores do seu futuro. No início deste trabalho, em uma primeira entrevista com a coordenação do Movimento Quilombola do Maranhão, em setembro de 2024, questionei aos participantes sobre a importância de a produção do conteúdo de Comunicação ser feita a partir dos próprios territórios. A resposta foi unânime e todos concordaram com a fala de João da Cruz (2024), um dos principais articuladores do MOQUIBOM: “Quando participamos, opinamos, construímos, nos fortalecemos. Precisamos falar e nos comunicar”.

O posicionamento do quilombola reafirma o quanto se expressar e se posicionar é importante para combater a invisibilidade e a violência sofridas na atualidade e ao longo de sua trajetória. Historicamente, os quilombolas foram silenciados ou invisibilizados. Por isso, construir narrativas próprias, planejar a forma de atuação, pensar na autonomia financeira, estruturar o jurídico são formas de resistir, afirmar sua existência, denunciar violências e preservar suas culturas.

Os referenciais para esta pesquisa começam a partir da inspiração de trabalhos acadêmicos no âmbito da Comunicação comunitária, principalmente os estudos de Cecília Peruzzo e Raquel Paiva. Num segundo momento, buscamos as noções de vinculação social e do *comum*, de Muniz Sodré, e de comunicação relacional, de Vera França (2002), construindo finalmente nosso problema de pesquisa: Quais os caminhos a serem percorridos na busca de uma autogestão financeira, com base em um modelo de planejamento do Movimento Quilombola do Maranhão, considerando o nível da concepção da organização e o contexto da nova forma de estruturação do MOQUIBOM?

Esta investigação busca responder a esse questionamento seguindo as orientações dos professores do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Flávia Moura e Ramon Bezerra. A pesquisa utiliza a metodologia desenvolvida pelo grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Comunicação (ETC). Os estudos do ETC¹ buscam apresentar soluções a partir de ações que envolvam empreendedorismo, colaboração, tecnologias digitais e estímulo à inovação em modelos de negócios por meio da construção do Mapa das Crises Contemporâneas (MCC). Este, por sua vez, juntamente com os sujeitos da pesquisa, favorece a elaboração do Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas (MCIC), com caminhos a serem sugeridos para solucionar os desafios abordados neste trabalho.

¹ O ETC é um Grupo de Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão criado em 2018. É vinculado ao Departamento de Comunicação Social e ao Mestrado Profissional em Comunicação e coordenado pelo professor Ramon Bezerra Costa, coorientador desta pesquisa.

O contexto social, político, econômico e cultural enfrentado pelos povos e comunidades tradicionais, incluindo o MOQUIBOM, é de suma importância para a compreensão desse universo do Movimento. Como levantar os desafios enfrentados pelos quilombolas do MOQUIBOM? Para chegarmos aos problemas do Movimento, utilizamos a ferramenta intitulada Mapa das Crises, por meio de entrevistas que apontam os focos das crises. Em uma segunda etapa deste trabalho, os próprios quilombolas apontarão os caminhos a seguirem a partir do novo momento vivenciado pelo MOQUIBOM, em particular com a criação da personalidade jurídica do Movimento. Nesta etapa dos trabalhos será elaborado o Modelo para Criação de Iniciativas Contemporânea.

Em termos estruturais, o trabalho está dividido em 09 capítulos. Iniciamos falando sobre a importância da Comunicação Comunitária para os quilombolas e, depois, passamos a um breve histórico dos quilombolas do Maranhão. Após os capítulos I e II, adentramos especificamente na elaboração do Mapa das Crises do Movimento, com detalhamento sobre as pesquisas realizadas durante o Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA, na capital maranhense, em outubro de 2024, e, posteriormente, na validação do MCC, durante o Encontro do Movimento, realizado na Baixada Maranhense, em janeiro de 2025. Na etapa final deste trabalho, passamos para a elaboração do MCIC do MOQUIBOM, por meio de reuniões junto à coordenação do Movimento, e para o plano de trabalho, que resultou nas missões intituladas “Vozes Quilombolas: Missões por Território e Autonomia”.

Ao dialogar com o movimento, construir documentos com base nas suas vivências e respeitar os seus tempos e modos de organização, garantimos que as ações sejam verdadeiramente enraizadas, pertinentes e sustentáveis. Assim, o planejamento deixou de ser apenas um instrumento técnico e se tornou um projeto político de fortalecimento do povo quilombola. É nesse espírito que as missões do MOQUIBOM ganham força: nascem do diálogo e caminham junto com as comunidades, não apenas *para* elas, mas *com* elas. Esse é o verdadeiro sentido de construir autonomia e transformar realidades.

2. A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA PARA OS QUILOMBOLAS

A oralidade sempre esteve presente na comunicação dos quilombolas. “A terra dá, a Terra quer” nos traz essa experiência a partir da vivência descrita pelo quilombola e autor negro *in memoriam* Antonio Bispo. Ele descreve a vida no quilombo Saco Curtume, na Caatinga piauiense, articulando filosofia, oralidade e práticas milenares de convivência com a terra. É uma obra provocadora, que leva o leitor a repensar a relação com a terra, a linguagem, em especial a oralidade, e o poder no que tange ao preenchimento de espaços estratégicos políticos pelo povo preto.

No Movimento Quilombola do Maranhão, é possível acompanhar essa estruturação por meio da disputa desses espaços ou pelas redes sociais digitais, ou pelos projetos dos movimentos ou ações de incidência política. Ao longo de duas décadas de trajetória, o MOQUIBOM tem se estruturado tecnicamente para disseminar ainda mais a sua história. Há dois anos, o movimento passou a ter a colaboração de um comunicador popular, oriundo de um território quilombola, responsável pela alimentação das redes sociais digitais e pela produção de conteúdo a partir do “chão”, ou seja, das comunidades do Movimento. É o comunicador Ronilson Monteiro, que, atualmente, também é um dos 12 coordenadores da instituição.

Em outubro de 2024, o MOQUIBOM teve uma experiência, envolvendo também as estratégias de Comunicação, com resultados considerados importantes para a regularização fundiária de algumas comunidades que integram a rede quilombola. Uma força tarefa de Comunicação fez com que a pauta dos quilombolas chegasse até a mídia tradicional e as redes sociais por meio da articulação junto aos Coletivos de Comunicação. A forma de organização dos quilombolas, ao passarem uma semana acampados em São Luís, foi a partir da seguinte divisão dos grupos: equipe da cozinha, da montagem da estrutura e da definição das pautas a serem debatidas. Esse conjunto de estratégias levou a resultados que pressionaram os órgãos competentes a elaborar um Plano de Trabalho, um Plano de Ação e uma Força Tarefa com foco na regularização fundiária de 21 territórios associados ao movimento.

Sobre isso, Bispo (2023, p.15) escrever: “quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia”. A partir da união dos quilombolas, o autor traz reflexões sobre resistência, pertencimento e formas de vida que

desafiam o modelo capitalista e colonial. A união entre os quilombolas é apresentada como essencial para a preservação de seus territórios, culturas e modos de vida. Eles se organizam de forma coletiva, solidária e autônoma, rompendo com o individualismo imposto pela lógica ocidental.

Em uma análise a partir da Comunicação, Peruzzo (2007, p. 57) destaca: “a comunidade assume uma nova postura cidadã e protagonista buscando atuar como sujeito, ainda mais nos processos de comunicação, participação e mobilização”. Os povos e comunidades tradicionais se encontram e fortalecem com visibilidade a sua luta a partir dos meios tradicionais e pela força de suas redes sociais. A Comunicação Comunitária, sob a ótica de Peruzzo, produzida pelos povos, funciona como instrumento de organização dessas comunidades, cujo objetivo é satisfazer os seus interesses e necessidades, como a garantia de direitos básicos, o desenvolvimento educativo-cultural, a atuação como protagonistas e narradoras de suas próprias histórias, assegurando o exercício aos direitos de participação política na sociedade e implementando melhorias nos processos de produção e de uso coletivo e individual.

Essas comunidades vivenciam e compreendem os fenômenos que vivem a sociedade, além de suas mudanças em vários aspectos: social, político, cultural e econômico. Para Kunsch (2016, p. 39):

São novas abordagens de comunicação, mediante o acareamento da realidade e as demandas sociais: face aos vários acontecimentos que estamos vivenciando: violências, guerras, terrorismo, crises financeiras mundiais, desigualdades sociais, direitos humanos, alfabetização digital, epidemias, multiculturalismo, novas competências etc.

A abordagem de Comunicação a qual se refere a autora, e analisando sob a ótica do Movimento Quilombola do Maranhão, retrata o protagonismo dos negros, indígenas, quebradeiras de coco babaçu na ocupação, cada vez mais significativa, dos espaços de disputas, tanto presencialmente quanto online. A questão da visibilidade midiática comunitária é vista por muitos autores da área de Comunicação e Política como um dos aspectos mais importantes no que tange à constituição de esferas públicas. Nessas esferas, os interesses das sociedades são debatidos e lutas por reivindicações específicas são travadas.

Nesse contexto, a Comunicação, associada a outros elementos jurídicos, políticos e econômicos, funciona como mecanismo para visibilizar a luta e incentivar a resistência dos povos e comunidades tradicionais no Maranhão, pois coloca em evidência o dia a dia dos quilombolas, satisfazendo seus interesses e necessidades.

Constata-se, portanto, o rompimento da “cultura do silêncio” das minorias, ou da cultura da submissão do cidadão ausente, do cidadão sem voz, por conta de uma nova cidadania. Neste sentido, Barbero (1999, p. 78-79) evidencia:

Esses movimentos, pequenos, em sua maioria inarticulados, à medida que se articulam e articulam a escola, e os meios de comunicação municipais, comunitários, irão criando redes de formação de cidadãos que vão ser muito eficazes, para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional.

Conforme traz Barbero, as comunidades tradicionais se organizam para o exercício da Comunicação Comunitária. Elas acompanham, inclusive, a evolução tecnológica dos meios de comunicação e passam a integrar um público minoritário e plural, que encontra na internet espaços para posicionamentos e visibilidade. Os povos e comunidades tradicionais, incluindo aqui os quilombolas do MOQUIBOM, têm desenvolvido a peculiaridade de produzir sua comunicação própria. É preciso entender a Comunicação Comunitária a partir de quem a produz e a coloca em prática levando em consideração a vivência em uma sociedade ressignificada por novas relações sociais: aumento da desigualdade social, da violência urbana e no campo, multiculturalismo, novas tecnologias e novas competências. Para Peruzzo (2010, p. 114):

[...] as investigações sobre a comunicação popular implicam a necessidade de a teoria abarcar os processos no contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si. Nessa perspectiva, uma de suas características essenciais é a questão participativa voltada para a mudança social.

Em toda a sua história, os povos e comunidades tradicionais foram invisibilizados e violentados em prol de interesses econômicos, políticos, culturais e religiosos. O Movimento Quilombola do Maranhão, em sua trajetória histórica, surge para combater a violência sofrida pelos quilombolas no Maranhão e lutar pelos seus direitos, principalmente de acesso livre ao território. Eles denunciam, por meio de sua oralidade, e dos acessos às novas tecnologias, a violência que se manifesta fisicamente sobre os seus corpos, assim como sobre os seus territórios. Essas denúncias estão intimamente relacionadas com o aumento do desmatamento, pressão de agentes econômicos para o avanço ilegal e legal em áreas de floresta e protegidas, aumento da grilagem, do crime organizado, de uma crescente política de governo carregada de racismo ambiental e a serviço de uma estratégia de conversão de terras à dinâmica do agronegócio.

Para além de produzir conteúdo, o objetivo central dessas mídias quilombolas, indígenas, periféricas, faveladas é a democratização da informação para

transformar realidades e fortalecer mídias contra-hegemônicas. Para a pesquisadora Raquel Paiva (2017, p. 137), a mídia comunitária constitui uma força contra-hegemônica no campo comunicacional:

[...] cada vez mais e de forma mais agressiva, impõem-se a necessidade de se reinterpretar o conceito de comunicação comunitária. E esta é uma perspectiva animadora, porque se percebe que há em cursos formas diferenciadas de compreensão e de conceituação.

As decisões que a pesquisadora Raquel Paiva se refere são também pequenas ações do cotidiano, mas estratégicas na luta pelos direitos quando trabalhadas em rede. Por meio da atuação e articulação do MOQUIBOM, o cidadão passa a exercer a cidadania ativa, ou seja, mesmo que parcialmente, ele pode exercer uma função ou poder público. Percebe-se um novo campo se formando nos territórios contemplados pelo Movimento por meio da comunicação comunitária, contrapondo-se ao campo da comunicação tradicional e hegemônica.

A mídia hegemônica não representa de forma plural os interesses de toda a sociedade. Ela se limita a interesses particulares e tem uma preocupação em atender às suas demandas imediatas, no caso, ligadas às classes média e alta, deixando de lado interesses das classes populares. Neste contexto, pensar em qualquer projeto amplo de intervenção sociopolítica depende de uma ação estratégica no campo da Comunicação. É fundamental a difusão de ideias inovadoras que tenham condições de alterar o atual quadro de desigualdade social.

O MOQUIBOM tem se destacado também pela compreensão e prática da comunicação política a partir de seu contexto histórico marginalizado e invisibilizado. O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004, p. 26) conceituou de “teoria do campo político” o “campo [que] é o lugar de constituição de uma forma específica de capital, seja político, econômico, cultural”. Para o pesquisador, é impossível aprender e, conseqüentemente, construir o conhecimento sem considerar a bagagem social e cultural dos envolvidos. Neste sentido, o Movimento Quilombola do Maranhão despertou para o fortalecimento do campo comunicacional, a partir de pessoas engajadas e mobilizadas para travar lutas e conquistar direitos renegados ao longo do tempo.

Portanto, o pensar a comunicação para o MOQUIBOM passa pela reflexão sobre a capacidade de empreender manifestações contra-hegemônicas, com vozes que destoam da busca de organizar uma nova cultura e uma nova ordem social. Um campo comunicacional construído por negros/as, mulheres e jovens de periferias, comunidades tradicionais e rurais, e que fazem sentido para eles. Eles estão à frente dos microfones,

telas, celulares, reivindicando representação e saberes/fazeres tradicionais na luta pela democratização das comunicações, pois são as principais vítimas da crise sanitária, dos índices de violência policial, do feminicídio e dos ataques aos territórios tradicionais. Uma violência intensa e em escala crescente que exige mobilização redobrada dessa população contra as violações de direitos.

2.1 A comunicação do ‘ser quilombola’

Pesquisar nas áreas humanas é voltar-se ao outro com a vontade de comunicar, dar-se a partir de seu interior para encontrar o que lhe é exterior, tornando comum o que antes fora escondido. Dialogar com comunidades quilombolas é compreender como seu modo de vida retorna ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro. Coloquei-me no lugar da escuta para compreender o ser quilombola dentro do Movimento. Foram dois grandes encontros: em São Luís (outubro de 2024) e em Palmeirândia, na Baixada Maranhense (janeiro de 2025). Cada evento contou com cerca de 150 a 200 pessoas.

É latente nas falas dos quilombolas a importância de se voltar às vivências antigas, analisar as experiências atuais para, a partir delas, edificar o que está por vir. Os quilombolas buscam em suas experiências ancestrais, presentes no dia a dia de suas vidas, conservar e seguir com sua religiosidade, manifestações culturais, respeito pelo meio ambiente, acesso livre aos seus territórios, entre outros. Uma cultura perpetuada pela oralidade e passada de geração em geração, mas que mantém os costumes daquelas comunidades, transcendendo o território. Os quilombolas se encontram e se fortalecem na ausência e negação de direitos pela sociedade e governos. É nessa ausência que eles se encontram na presença do sentido comunitário, irmanados por uma identidade e história em comum, o que resulta na produção da comunicação comunitária.

Mais uma vez, destacamos aqui a experiência do Negro Bispo ao criar o conceito de Transfluência², o qual é explicado no livro “A terra dá, a terra quer” (2023, p. 49), que diz: “O nosso movimento é da Transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. A ordem pode ser qualquer

² *Transfluência* é um conceito desenvolvido por Nego Bispo para tratar sobre as relações cósmicas que carregam, simultaneamente ao transporte físico nos navios negreiros, uma memória ancestral. Povos negros que chegavam no continente se comunicavam com povos indígenas (que possuíam cosmologias parecidas) para resgatar esses saberes e dar início ao processo de resistência contra a colonização.

uma”. O autor propõe que os saberes e práticas culturais fluam entre os povos como os rios fluem entre as margens, sem se anularem. O objetivo da transfluência não é fundir ou misturar tudo, mas permitir a convivência e o diálogo entre diferentes modos de existência, especialmente os que foram historicamente marginalizados, como os saberes quilombolas, indígenas e camponeses. É um processo horizontal, que respeita e preserva a identidade dos povos em diálogo, sem apagar suas diferenças.

Atualmente o MOQUIBOM, por meio de uma organização, desenvolve práticas de comunicação comunitária fundamentadas na dinâmica das novas tecnologias digitais, mas conservando a sua memória identitária. Tais práticas fortalecem a luta para a conquista de direitos, visibilidade, respeito à sua cultura e vivência de uma cidadania planetária com a produção de conteúdo para as redes sociais digitais. Na fala dos quilombolas, é notória a importância dessas pessoas na sua realidade divulgada, em seus próprios canais, frente à total ausência dos poderes públicos na garantia de direitos básicos: vida digna, acesso livre ao território, segurança alimentar, educação contextualizada, entre outros.

A comunidade recupera suas próprias histórias a partir da memória dos anciões e incentiva o debate e a reflexão em relação às ameaças das empresas e dos contextos sociais, econômicos, ambientais vivenciados pelos moradores atuais nas regiões de abrangência. Uma trajetória construída no passado para se chegar até o tempo presente, reconhecendo-se ainda que rememorar as experiências é primordial para uma proposição mais assertiva e eficaz de uma política de gestão da própria comunidade. Nessa política também se inclui a produção de conteúdo para as redes sociais digitais.

Neste contexto, o MOQUIBOM optou em criar os perfis em plataformas online: primeiramente no *Instagram* e, depois, no *Facebook*. O objetivo das redes sociais foi de visibilizar o dia a dia no quilombo. São perceptíveis as postagens que tratam sobre o modo de plantio, a colheita, a produção da farinha, do artesanato, as reuniões sobre a questão da documentação de regularização fundiária, as violações sofridas pelos integrantes da comunidade, entre outros assuntos.

A coordenação do Movimento Quilombola do Maranhão resolveu criar as redes sociais digitais em 2020. Inicialmente, um dos coordenadores ficou responsável pela sua manutenção e atualização. Foram criadas contas de perfil no Instagram e Facebook, além de um canal no YouTube. Em 2023, Ronilson Monteiro, do quilombo Santa Maria dos Moreiras, de Codó/MA, se associou ao Movimento e passou a colaborar com a produção de conteúdo para alimentar as redes sociais digitais. Entre os produtos

elaborados estão vídeos, fotos e uma atuação para engajar e mobilizar os quilombolas sobre a importância da produção de conteúdos para os canais de comunicação do MOQUIBOM.

A comunidade no *Instagram* reúne cerca de 1.695 seguidores, com quase 300 publicações. No Facebook, são mais de 3 mil seguidores com, aproximadamente, mil publicações, reaplicadas a partir do Instagram. O canal do Youtube, criado em 2021, conta com 23 inscritos e 21 vídeos. Atualmente, o *Instagram* é a principal rede social digital utilizada pelo Movimento. A propagação dos conteúdos digitais, a partir dos registros em vídeos e fotos, e do repasse de informações por pessoas da própria comunidade, gera conteúdos de objetivos comuns e que interessam também a outras comunidades quilombolas do Maranhão e, também, do Brasil. Essas práticas proporcionam a divulgação de um determinado assunto de maneira recíproca, ampliando a visibilidade da informação.

Um exemplo dessa estratégia, por exemplo, foi quando o MOQUIBOM esteve acampado em frente ao INCRA, em outubro de 2024. Naquela ocasião, redes sociais da Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA), Conselho Missionário Indigenista do Maranhão (CIMI), da TV e Quilombo Rampa também veicularam o conteúdo produzido pelo Movimento. Essa divulgação fortaleceu a luta pelo acesso livre ao território e sensibilizou a sociedade a enxergar a grave realidade das indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadoras e trabalhadores. A luta do MOQUIBOM tornou-se conhecida nacionalmente e internacionalmente.

Essa comunicação ajuda na sensibilização de outras pessoas, outros coletivos, de instituições e movimentos sociais que nos amparam e também para a informação chegar nos políticos (nas mais diversas esferas). Na comunidade, passamos a falar sobre temáticas importantes a partir da comunicação: educação contextualizada, acesso ao mercado justo e solidário, combate à violência contra a mulher. (Santos, 2024).

Pelo depoimento de quem vivencia os conflitos fundiários, principalmente pelo avanço do agronegócio, a visibilidade por meio da produção de conteúdo feita pelos próprios integrantes da comunidade para as redes sociais digitais, coloca o grupo como conhecedor de suas causas, fortalecendo a luta, além de sensibilizar e engajar a sociedade para que todos possam trabalhar em prol da transformação social almejada. Isso é o que Paiva (2017, p. 5) apresenta acerca da “multiplicidade de vozes que certamente colabora para um cenário de liberdade”.

Pela afirmação do quilombola Arnaldo dos Santos (2024) e o que traz Raquel Paiva (2017), essa comunicação produzida a partir do território tem conquistado espaços estratégicos e necessários às comunidades mais vulneráveis, com fins de assegurar direitos e transformar realidade a partir de uma cultura participativa e um trabalho em rede.

Em complemento, a pesquisadora da área de Comunicação, Peruzzo (2007, p. 57), afirma que “a comunidade assume uma nova postura cidadã e de protagonista buscando atuar como sujeito, ainda mais nos processos de comunicação, participação e mobilização”. O que Peruzzo (2007) nos apresenta é um protagonismo por parte de quem compreende os seus problemas a partir de suas próprias vivências.

Os reflexos dessa produção de conteúdo pelos quilombolas e veiculação nos próprios canais de comunicação mitigam o impacto da desinformação, polarização política e discursos de ódio disseminados por meio dos conteúdos produzidos a partir da grande mídia. A luta das representações no campo comunicacional e produzida pelas comunidades tem impactado as agendas públicas e governamentais, colocando a pauta sobre os povos e comunidades tradicionais em visibilidade.

2.2 A cultura do *comum* entre os quilombolas do MOQUIBOM

É perceptível a presença da cultura do comum, analisada por Muniz Sodré (2014), vivenciada pelos quilombolas. Nas duas vezes em que estive em campo junto ao MOQUIBOM, em outubro de 2024 e janeiro de 2025, foram visíveis os conceitos apresentados pelo autor e pesquisador: a partilha dos propósitos do quilombolas, de estarem juntos para enfrentar os desafios da regularização fundiária; o vínculo comunitário, quando se organizam para ações que envolvem grande estrutura, como o acampamento em São Luís e na Baixada Maranhense; e a produção coletiva de sentido e de vida, em oposição à cultura da mercadoria, do consumo e da competição individualista. Eles perceberam que os problemas relacionados à falta de legitimação do território, as violências sofridas e invisibilidade de sua história são pontos de interseção na sua cultura e que precisam seguir unidos.

Na primeira reunião com a coordenação do MOQUIBOM, um dos coordenadores chamou a atenção para a necessidade de os quilombolas permanecerem unidos pela sua história:

Lutamos contra os grandes empreendimentos que disputam nosso território para o plantio da soja. A todo custo, eles tentam dividir a comunidade, envolvendo os moradores com ganhos individuais e não coletivos na tentativa de enfraquecer a nossa luta. Não podemos perder para nós, nossa história, nossa permanência no território e luta são mais fortes (Moreira, 2024).

A comunicação do comum indica, segundo Sodré (2014), o jogo do comum que preenche os grupos sociais, ou seja, um conjunto de comportamentos, afetos, vínculos profundos (dentre os quais se inclui a linguagem) ligados a um território (que pode ser físico ou simbólico) e que possibilita à “comunidade” existir. É o vínculo que conserva a comunidade quilombola do Movimento, que compartilha vivências em comum. É nesse comum que a comunicação encontra oportunidades para acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

O MOQUIBOM tem acompanhado essas mudanças sociais e compreendido que o uso da tecnologia oferece mais possibilidades para a comunicação, além de preencher esses “vazios” por meio da produção de conteúdo para as redes sociais. O comum do MOQUIBOM encontra-se em sua estrutura de organização horizontal, podendo atuar em parceria com outras organizações afins, fortalecendo-se pelos vínculos de solidariedade e enriquecendo-se com as diferenças entre seus membros, num ambiente de debate democrático, transparente e público.

O caráter plural é marcado pelo desenvolvimento de atividades que não têm lugar para a discriminação de cor, etnia, orientação sexual e gênero, nacionalidade, profissão, religião ou convicção política. O comum do MOQUIBOM reflete as relações humanas e estruturas comunicacionais que se organizam e interferem na vida do homem, nos seus diálogos, na mídia e na sociedade.

Em entrevista com um dos criadores do Movimento Quilombola do Maranhão, Gil Reges Santos (2024) declarou:

O combustível que abastece as energias do povo vem dos cantos, da batida dos tambores, danças da espiritualidade ancestral. São o jeito de promover o enfrentamento aos opressores e resistir. Nosso esteio que conduz as ações do movimento a luta por território livre e constante manutenção do bem viver, considerando o território um espaço sagrado, onde todas e todos possam ser valorizados, como os mais velhos e os guardiões do território, cultura e espiritualidade sejam preservadas e respeitadas, pois representam elementos fundamentais para resistência quilombola. Uma luta que compreendemos que precisa ir para além do território por meio da visibilidade oportunizada pelas redes sociais.

Percebe-se, nas palavras de Gil, que os quilombolas estabeleceram relações, de modo consciente ou inconsciente, em nome da partilha de algo em comum: a luta. Todos estão juntos “em relação a” ou “quando se é com”. A necessidade de persistir e

resistir encontra um vazio (a necessidade de visibilizar a luta) que, coletivamente, e se colocando no lugar do outro, passa a encontrar soluções de preenchimento desse vazio: os processos comunicacionais direcionados para a produção de conteúdo nas redes sociais.

Na perspectiva da pesquisadora Vera França (2002), a comunicação tem o poder de abrir caminhos para o criativo. É exatamente nesse solo criativo que é oportunizada a construção da narrativa dos quilombolas, vinculando outros quilombolas e construindo e fortalecendo novas relações sociais. Tais relações são construídas não apenas por indivíduos, mas por uma cadeia de ações que se tecem na interação, nas relações, na comunicação, “que se inscreve na sua descrição do ato social, e diz respeito aos gestos que se realizam” (França, 2002, p. 75).

É a participação ativa na vida comunitária, por meio da comunicação em espaço de encontro real, que promove um processo sistêmico indissociável da militância, focado nas demandas das comunidades e que se manifesta de diversas formas, desde o diálogo presencial até os meios tecnológicos, conforme as necessidades específicas de cada contexto.

2.3 O desafio da autogestão financeira para o MOQUIBOM

Ao longo de todo o trabalho, propõe-se evidenciar que o desafio do Movimento Quilombola do Maranhão é a continuação dos projetos de uma maneira geral, levando em consideração a cultura do comum e o que faz SENTIDO para o MOQUIBOM, considerado como maneira de se comunicar por meio dos vínculos sociais estabelecidos. A falta de recursos tem comprometido as ações e atividades do MOQUIBOM. Com quase duas décadas de existência, foi somente em janeiro de 2024 que o Movimento criou a Associação das Comunidades do Movimento Quilombola do Maranhão, o que proporcionou a existência jurídica do MOQUIBOM com a possibilidade de autonomia para a proposição de projetos, com fins de captação de recursos e gestão financeira.

O Movimento, que teve a coordenação recentemente eleita em janeiro de 2025, segue atento e criterioso com essa nova etapa. Até então, todos os projetos direcionados ao MOQUIBOM tinham a sua captação de recursos por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Maranhão. Com a personalidade jurídica, o Movimento fica

totalmente responsável pela captação, gestão e prestação de contas em relação às finanças e objetivo alcançados.

As mudanças já são sentidas pelo MOQUIBOM, pois, ao longo de 2024, a Associação adquiriu uma casa em São Luís para que os representantes do Movimento tenham uma base, em particular quando se deslocarem para a capital do estado com o objetivo de acompanhar os processos de regularização fundiária. A aquisição do imóvel foi possível a partir da proposição de um projeto pelo próprio Movimento a uma instituição financeira por meio da concorrência em edital.

Para a coordenação do MOQUIBOM, a captação de recursos é vista como prioridade para o desenvolvimento de projetos que fomentem a produção de bens ou serviços e que possam gerar renda às comunidades. Sobre isso, o comunicador popular, Ronilson Monteiro (2024), afirma:

Neste momento, a captação de recursos para a continuação de projetos como os de Formação Política, Gestão e Oficinas de Comunicação são estratégicos para o Movimento. Entramos em uma nova fase do Movimento, a captação, gestão de projetos e prestação de contas. É preciso qualificar essa nova coordenação e a base para que possamos seguir estruturando o Movimento para a autogestão, mas atentos para não reproduzir o mercado agressivo e desrespeitoso que tanto combatemos.

A fala do comunicador popular e, também, atual integrante da coordenação do Movimento Quilombola do Maranhão vai ao encontro do pensamento de Sodré (2014) sobre a cultura do comum. O pesquisador e o comunicador popular estão atentos para a manuten o da coletividade por meio do comum, percebido como resistência contra a fragmenta o social promovida pela lógica de mercado, que transforma tudo em mercadoria, inclusive as rela oes humanas. A cultura do comum   uma  tica de vida, baseada na solidariedade, na coabita o e no reconhecimento mútuo, para além das questões políticas e econômicas.

Antes de detalharmos as etapas metodológicas do trabalho,   importante contextualizarmos a luta dos escravizados no Maranhão e a trajetória de organiza o dessas pessoas, especificamente no que se trata do Movimento Quilombola do Maranhão.   o que veremos no próximo capítulo.

3. BREVE HISTÓRICO DOS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO

O Maranhão, no início do século XIX, contava com o maior percentual de escravizados na sua população total, isto é, mais da metade (Assunção, 1996). O tráfico de africanos para a região começou ainda no século XVII, especialmente com a criação da Companhia de Comércio do Maranhão, que tinha como objetivo desenvolver economicamente a região através da exploração do trabalho escravizado. Africanos, principalmente de regiões como Daomé (atual Benin), Congo e Angola, foram trazidos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, arroz e algodão, além de outras atividades, como construção e serviços urbanos.

Muitos desses escravos foram trazidos para a região da Baixada Ocidental Maranhense. A região, rica em recursos naturais, com vastas áreas de campos alagados, rios e florestas, foi palco de diversas atividades econômicas que utilizaram mão de obra escravizada, como cultivo agrícola (especialmente arroz, mandioca e algodão), criação de gado e pesca, e extração de produtos naturais (como babaçu e carnaúba). As capitânicas de Cumã e Tapuitapera, atualmente os municípios de Guimarães e Alcântara, respectivamente, as maiores produtoras de algodão e cana-de-açúcar da região, que também produziam alimentos como a mandioca e arroz, foram as que mais receberam negros escravizados conforme Assunção (1996). Os senhores de engenho e fazendeiros da região utilizavam a mão de obra africana escravizada principalmente nos engenhos e nas fazendas, que faziam parte de um sistema agrário voltado tanto para o consumo interno quanto para a exportação.

A luta pela libertação dos escravizados no Maranhão foi marcada por uma combinação de resistência negra, mobilizações populares, pressões políticas e mudanças econômicas e sociais que culminaram com o fim da escravidão no Brasil, em 1888. Desde o início da colonização, os escravizados no Maranhão resistiram à opressão de várias formas, entre as principais a resistência por meio dos quilombos. O mais famoso no Maranhão foi o Quilombo do Negro Cosme, que se destacou na região de Itapecuru-Mirim durante a década de 1830. Negro Cosme liderou uma grande revolta, chegando a reunir milhares de seguidores (Farias, 2012).

Os movimentos políticos e sociais que tinham caráter abolicionista, como a Balaiada, tinham a participação de escravizados e libertos que buscavam mudanças sociais e melhores condições de vida. A presença de negros armados e libertos nos conflitos assustava a elite escravocrata. Outro fator que impactou na libertação dos

escravizados foi a questão econômica. Ainda, segundo Farias (2012), a economia maranhense, baseada no trabalho escravo e na exportação de algodão e arroz, começou a declinar na segunda metade do século XIX, enfraquecendo a resistência das elites à abolição, pois o modelo escravista tornava-se menos viável economicamente.

A vida dos negros é luta. Luta pela liberdade, luta pela igualdade de direitos, luta pelo enfrentamento ao racismo, à falta de políticas públicas que lhes negam acesso à educação, saúde, lazer, cultura e aos seus territórios. Essas consequências são vivenciadas até hoje, anos após a sua libertação. A luta pela legalização dos territórios das comunidades negras rurais no Maranhão antecede a Constituição de 1988, tendo início por volta de 1979 (Araújo, 2006), através da ação do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Esse órgão, diante de informações da existência de conflitos envolvendo proprietários rurais e moradores dessas comunidades, iniciou um trabalho de visita nesses locais a fim de tomar conhecimento da real dimensão desses conflitos.

Outra importante aliada à luta das comunidades negras rurais maranhenses pela posse da terra foi a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH), através do Projeto Vida de Negro, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, que auxiliou, inclusive, no processo de reconhecimento de muitas delas como comunidades remanescentes de quilombos.

O contexto dos negros no Maranhão não se diferencia dos negros no Brasil. Retornamos aqui ao autor e filósofo Antonio Bisto, mas, desta vez, com os contributos do seu livro “*Colonização, Quilombos: modos e significações*” (2015). O autor oferece uma perspectiva renovadora e crítica sobre as comunidades quilombolas e suas resistências à colonização ao fazer uma ampla crítica ao modelo colonial: etnocídio, violência, expropriação, exploração econômica e ecocídios, presentes desde os tempos coloniais até a atualidade. Bisto (2015, p.102) questiona: “Para que o colonizador coloniza? Para submeter ao trabalho, para subjugar, para subalternizar. Para explorar”. Isso mostra a sua visão da colonização como violência psicológica e simbólica. A colonização não foi apenas histórica, mas um sistema simbólico e prático que ainda impacta a organização da vida dos quilombolas nos dias atuais.

3.1 Articulação quilombola

Os primeiros passos do movimento quilombola no Maranhão foram dados no final da década de 1970. É um movimento que envolve as comunidades negras rurais

formadas a partir do período pós-abolição (Fiabani, 2008), cujo objetivo maior é defender a posse dos territórios ocupados. Ao se propor um enquadramento do movimento quilombola no Maranhão nas propostas conceituais de movimento social, é importante compreendê-lo na categoria de “novos movimentos sociais”, os quais se centram nas questões identitárias.

Para especificar ainda mais o movimento quilombola no Maranhão, este classifica-se como um movimento social de cunho identitário, conforme a definição apresentada por Melucci (1999). Portanto, é uma espécie de movimento cuja luta se trava pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, porém, o debate que isso provoca acaba por atingir importantes temáticas que influenciam a estrutura social e a constituição da sociedade. O principal exemplo são as lutas das comunidades remanescentes de quilombo pelo reconhecimento do direito de posse das terras por elas ocupadas, que é o “motor” do movimento quilombola não apenas no Maranhão, mas em todo o país.

Esses movimentos, de acordo com a historiadora, intelectual e ativista do movimento negro brasileiro, Beatriz Nascimento, se fortalecem quando o “Negro é visto por ele mesmo”, tema de uma coletânea publicada em 2022, com textos reunidos pela intelectual. Organizada pelo antropólogo Alex Ratts, a obra reúne ensaios, entrevistas, artigos e textos literários da autora, produzidos entre as décadas de 1970 e 1990, permitindo ao público um amplo acesso ao pensamento de uma das figuras centrais do movimento negro no Brasil. Beatriz Nascimento traz uma perspectiva crítica e contra-hegemônica, e ressalta a importância dos negros na construção de suas próprias narrativas, histórias e identidades, rompendo com os estereótipos impostos pela visão branca e colonialista. O quilombo contextualizado na coletânea não é apenas um espaço físico, mas uma forma de organização social, política e cultural afro-brasileira, onde o negro se vê como sujeito de sua própria história.

O movimento quilombola no Maranhão formou-se a partir da identificação dos conflitos agrários presentes no interior do estado. O Centro de Cultura Negra, criado em 1979, e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, com apoio da Fundação Ford e a participação de profissionais de diversas áreas, elaboraram o Projeto Vida de Negro, o qual, além de promover uma reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas, se constituiu “num instrumento de ação e apoio no reconhecimento jurídico-formal das comunidades remanescentes de quilombos” (Projeto Vida de Negro, 2005, p. 15).

O Censo Demográfico 2022, do IBGE, revela que há 1.327.802 quilombolas em todo o país. Apesar da titulação das terras quilombolas ser garantida pela Constituição, muito pouco se avançou. O censo identificou 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados, mas somente 147 deles (onde vivem menos de 5% dos quilombolas) são oficialmente titulados. Ainda de acordo com o Censo, o Maranhão tem a segunda maior população quilombola do Brasil, atrás da Bahia. São 269 mil pessoas, distribuídas em 32 municípios. Mas, ao longo dos últimos 30 anos, apenas 74 comunidades quilombolas foram tituladas no estado, sendo que 71 delas foram tituladas pelo Instituto de Terras do Maranhão e apenas três pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A Assembleia Legislativa do Maranhão, em dezembro de 2023, aprovou a Lei Estadual 12.169/2023., sancionada no mesmo dia pelo governador Carlos Brandão (PSB), facilitando a grilagem de terras no estado e suspendendo a regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas por populações quilombolas e demais comunidades tradicionais camponesas. O Maranhão, em 2024, de acordo com dados do Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra, somou 420 ocorrências de conflitos no campo (corresponde à somatória de 363 conflitos eixo terra + 45 conflitos eixo água + 10 conflitos trabalhistas +2 ocupações/retomadas). É um número superior às 210 ocorrências registradas no ano anterior. Referente aos conflitos por terra – Eixo Terra –, totalizam 363, sendo que o Maranhão é o estado da federação que mais registrou ocorrências em 2024. Atrás estão os estados do Pará, com 243, e Bahia, com 135.

Segundo o relatório, o aumento significativo nos números de ocorrência de conflitos, em especial no eixo terra, justifica-se, sobretudo, pela utilização de agrotóxicos como arma contra os povos do campo e seus territórios. Foram registradas ocorrências de conflitos em 81 municípios maranhenses, tendo apresentado a maior concentração nos municípios de Chapadinha e Timbiras.

3.2 Atuação do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM)

O Movimento Quilombola do Maranhão surge e cresce em meio ao grande acirramento dos conflitos no campo maranhense, nos anos 2000, especificamente envolvendo comunidades negras rurais, tendo a Comissão Pastoral da Terra/Maranhão como um grande aliado. Em sua essência, o movimento tem como esteio que conduz suas ações a luta por território livre e constante manutenção da cultura, do território e da

conservação ambiental. Para um dos fundadores do MOQUIBOM, Gil Reges Santos (2024):

O foco central é ter os territórios livres, reconhecendo que os quilombolas são as raízes ancestrais, que os territórios também são sagrados para seus nossos corpos e espírito, onde a presença da autoproteção, a autonomia territorial, respeito e preservação da memória entre outros, são elementos fundamentais para preservação da vida e construção de novas relações de sociabilidade, apoio mútuo e respeito.

O Movimento Quilombola do Maranhão articula-se como uma rede de quilombos, independentes de qualquer ingerência do poder político instituído, com estrutura de organização horizontal, podendo atuar em parceria com outras organizações afins, fortalecendo-se pelos vínculos de solidariedade e enriquecendo-se com as diferenças entre seus membros, num ambiente de debate democrático, transparente e público. O MOQUIBOM surge na baixada maranhense, em busca de um novo processo de organização e luta que se baseia no direito ao território livre e em um modelo político-ideológico pautado na emancipação. Esse modelo prevê a reunião de inúmeras comunidades quilombolas que estão em um cenário de conflitos e buscam a titulação de seus territórios por vias legais (Sousa, 2017).

Os quilombolas consideram o território um espaço sagrado, onde todas e todos possam ser valorizados, incluindo os mais velhos, e onde os guardiões do território, cultura e espiritualidade sejam preservados e respeitados, pois representam elementos fundamentais para a resistência quilombola. É bem o que encontramos na leitura de “A terra dá, a terra quer”, de Antonio Bispo, que destaca que no quilombo não há separação entre produção, espiritualidade e cultura: tudo está integrado. Logo, “A casa, o quilombo tem que ser uma parte dos nossos corpos, temos que suar naquele material, temos que sentir o nosso cheiro em nossas casas” (Bispo, 2015, p. 60). A terra não é vista como propriedade, mas como entidade viva, que dá e exige reciprocidade, daí o título do livro. O quilombo é construído a partir dessa relação simbiótica com a terra, onde a natureza é respeitada como parte do coletivo.

Com base nesse coletivo, o Movimento busca fortalecer a resistência de modo a constituir um modelo de organização quilombola emancipatório, com a implantação de escolas quilombolas e exemplos de produção agrícola que possam propiciar a autogestão e a independência ao grande mercado, além da valorização de suas práticas culturais, como o tambor de crioula e bumba meu boi, que se inscrevem como manifestações

identitárias do movimento. Em complemento, a professora Marivânia Furtado (2012, p. 260-261) destaca que:

Reunidos a partir da mística da terra como dom de Deus e direito de todos que dela precisam, o primeiro encontro da articulação MOQUIBOM aconteceu no sítio dos “padres” em Mangabeira, povoado de Santa Helena. Embalados e motivados por cânticos que denunciam o descaso do poder público e a necessidade de luta dos despossuídos, essa articulação marcou o primeiro semestre de 2011 com mobilizações jamais vistas, sobretudo por se tratar de um movimento quilombola.

Em seu histórico, o MOQUIBOM assume importante participação na resistência dos povos e comunidades tradicionais do Maranhão, especialmente no que tange ao combate à violência no campo. O Movimento utiliza como instrumento de luta a ocupação de prédios das entidades estaduais e nacionais responsáveis pela titulação de territórios, como o INCRA, passeatas por avenidas na capital São Luís e encontros de articulação entre as próprias comunidades, sendo essa uma forma de pressionar o poder público na efetivação de seus direitos.

As comunidades quilombolas que compõem o Movimento têm se organizado em encontros para debater as estratégias de luta e, sobretudo, celebrar sua cultura que vive e pulsa em comunidades quilombolas e/ou em aliança com os demais povos e comunidades tradicionais: Encontrão da TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, no quilombo Alto Bonito, Brejo; Encontrão do MOQUIBOM, em Santa Helena, Romaria dos Povos do Cerrado, Balsas e Encontro dos Tambores da Resistência, no quilombo do Charco, São Vicente de Férrer.

Na forma de organização, é perceptível o encontro com a definição de quilombo descrito também em “Quilombos: Modos e Significações” (2015), de Antonio Bispo. O autor descreve os quilombos não apenas como territórios físicos ou comunidades remanescentes da escravidão, mas como formas de resistência, modos de vida e pensamento contracolonial. A terra é entendida como espaço de pertencimento e existência coletiva, sendo a luta por sua posse e a preservação como focos centrais. Os quilombos são apresentados como formas de reorganização da vida em oposição à lógica da propriedade privada imposta pela colonização.

3.3 Abrangência do MOQUIBOM

O movimento dá início às suas atividades em meados dos anos 2000, na microrregião da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense. Aos poucos, vai ampliando

sua presença por outras regiões do estado. Em 2006, por ocasião do aniversário das Santas Missões Populares, iniciaram-se em Serrano do Maranhão as primeiras atividades que permitiram o despertar para as situações de opressão vivenciadas pelas comunidades rurais negras, originando um processo de articulação entre as comunidades quilombolas da região. Parte desses encontros ocorriam também em instalações ligadas à Igreja Católica, como o mencionado “sítio dos padres”, no município de Mangabeiras, reunindo comunidades quilombolas, padres, estudantes universitários e setores próximos à CPT e alguns sindicatos.

Nesse sentido, as ações da CPT se davam principalmente pela interlocução que a entidade confessional tem com as comunidades rurais, pelo prestígio gozado pelos padres e pela atuação destacada na mediação de conflitos e na resolução de questões pontuais. Assim, a CPT também funciona como um foco de mediação entre as comunidades quilombolas e o Estado, na medida em que ocorrem conflitos fundiários. Parte dessa mediação também ocorre por meio de outras entidades ligadas à Igreja Católica, situando essa instituição e as entidades a ela vinculadas como importantes atores sociais no campo, como situa Alfredo Wagner de Almeida (2014, p. 70):

Ao se disporem como exercendo uma mediação dos antagonismos na área rural e, em decorrência, funcionando como interlocutores obrigatórios frente ao Estado, as instituições religiosas pressionam a estrutura agrária como forças sociais organizadas, deslocando politicamente outros mediadores externos porventura existentes. Ao eclodirem quaisquer conflitos de terra, que envolvam camponeses, grupos indígenas e latifundiários, eles passariam a ser tratados necessariamente pela intermediação desses dois centros de poder: Estado e Igreja.

Para vários integrantes do MOQUIBOM, a entidade seria uma mãe, responsável por cuidados, por ter gerado um “filho” a partir de si, de quem é responsável, tendo zelo e cuidado por ele. Dessa forma, mais do que um auxiliar ou uma parceira esporádica, a CPT se apresenta como principal entidade de apoio às ações do MOQUIBOM e, com ele, tem uma relação estreita, a qual, por vezes, se confunde ao ceder parte de suas instalações, orçamento e quadros profissionais no auxílio desse movimento.

No ano de 2007, a Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA) já conduzia rodas de conversas nas comunidades com foco especial para a identidade quilombola e direitos territoriais. Já em 2008, por meio da escola de formação da diocese de Pinheiro, foram realizadas diversas oficinas para discussão da questão quilombola, sendo realizado um levantamento das comunidades quilombolas daquela região. Os trabalhos da escola de

formação e da CPT continuaram no ano de 2009, mesmo período da criação definitiva do MOQUIBOM (Sousa, 2017).

A forma de atuação do movimento se expressa, sobretudo, pelo trabalho de base realizado nas comunidades pelos articuladores que encabeçam mobilizações e atividades de formação. As ações políticas do Movimento são materializadas na forma de acampamentos em órgãos públicos, missões quilombolas e processos de autodemarcação dos territórios em disputa. Para Sousa (2018), o combustível que abastece as energias do povo vem dos cantos, da batida dos tambores, das danças da espiritualidade ancestral. Essas práticas são o jeito de promover o enfrentamento aos opressores e resistir.

O Movimento ganhou destaque a partir de ocupações em órgãos públicos e passeatas que se intensificaram em 2011, além de denúncias públicas sobre assassinatos de lideranças quilombolas no campo (Furtado, 2012). Nesse sentido, o surgimento do movimento está relacionado aos trabalhos da CPT junto a comunidades quilombolas no interior do Maranhão, mais especificamente na região da Baixada maranhense, região onde o movimento inicialmente nasce.

As ações políticas realizadas pelo Movimento Quilombola do Maranhão sejam elas ocupações de prédios públicos, retomadas territoriais, retomada na educação, caminhadas, bloqueio de estradas e ruas, etc., são figurações concretas das estratégias de atuação do MOQUIBOM na luta para assegurar a defesa dos territórios e garantir a manutenção do bem viver das comunidades. Esses trabalhos se efetivam, sobretudo, quando dão visibilidade às garantias constitucionais existentes desde 1988, bem como quando auxiliam as comunidades nos processos de autoidentificação e elaboração de relatos sintéticos a serem enviados à Fundação Cultural Palmares (FCP). Essa é uma forma de assegurar a obtenção do certificado emitido pela Fundação, sendo este um dos passos no processo de titulação territorial das comunidades quilombolas.

Com uma forte atuação desde os anos 2000, o Movimento Quilombola do Maranhão reuniu comunidades por todo o Maranhão. A semente da esperança do território livre foi semeada entre os quilombolas do MOQUIBOM, que assumem uma maneira independente e autêntica de atuar. Entre as ações, destacam-se: ocupações a órgãos públicos, denúncias sobre assassinatos e perseguições a lideranças quilombolas no campo, ações nas comunidades tradicionais e encontros que oportunizam a troca de experiências e vivências.

Desde 2011, com a parceria da CPT-MA, inclusive na captação de recursos, o MOQUIBOM, que, inicialmente, era pequeno, se tornou referência na luta quilombola

maranhense. As ações do MOQUIBOM ganharam voz e visibilidade, como situa Catarino Borges, o Santinho, membro do MOQUIBOM:

A relação da CPT e do movimento é uma relação 100% mesmo, é 100% porque na verdade a gente considera nós que somos da coordenação da frente do movimento, nós consideramos a CPT como mãe do MOQUIBOM, porque na verdade ele teve no ventre, botou para fora, é igual menino na barriga de uma mãe, botou para fora, sentou, engatinhou e tá começando a andar, mas sempre ao lado da CPT. A CPT foi nossa mãe e a mãe nunca abandona o filho, até hoje (Borges, 2024).

Ao longo do tempo, a Comissão também ampliou a abrangência em outros territórios devido ao aumento de conflitos fundiários no campo maranhense, os quais limitaram o repasse financeiro para o Movimento Quilombola do Maranhão. Em 2022, nos encontros do MOQUIBOM, começaram os debates sobre a criação de uma personalidade jurídica do Movimento com fins de captação de recursos para as ações e projetos.

4. O MOQUIBOM E A AUTOGESTÃO FINANCEIRA

O trabalho busca sistematizar, de maneira comprometida e reflexiva, a estrutura organizacional do Movimento Quilombola do Maranhão, que visa à sua autogestão financeira. A análise partiu de uma necessidade apontada pelos integrantes do MOQUIBOM: a continuação das ações e dos projetos que são impactados pela falta de recursos financeiros. Neste capítulo, descrevemos a metodologia aplicada em campo e que levantou os principais desafios enfrentados pelos quilombolas na atualidade.

Esta pesquisa está sendo realizada em seis etapas com o objetivo de construir o Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas (MCIC) a partir do Mapa das Crises Contemporâneas, ferramentas que serão descritas no decorrer deste capítulo metodológico. O MCC e o MCIC resultam de estudos ao longo de quatro anos do grupo de pesquisa ETC, da Universidade Federal do Maranhão. As ferramentas, desenvolvidas pelos professores Ramon Bezerra Costa e Larissa Leda Rocha, têm o objetivo de elaborar uma proposta metodológica que visa articular pensamento crítico e ação estratégica diante dos desafios do mundo atual, em constante mudança.

Como citado no capítulo anterior, o MOQUIBOM tem, desde 2024, como uma das suas diretrizes incentivar que as comunidades de sua rede criem Associações Comunitárias por meio da personalidade jurídica para fins de captação de recursos. Utilizando os procedimentos do MCC e MCIC, o Movimento Quilombola do Maranhão pode estruturar um sistema que o conduz à autogestão financeira da instituição e aos seus respectivos projetos, inclusive os que envolvem a Comunicação. Essa trajetória deverá ser percorrida, como a própria coordenação do Movimento já se manifestou, tendo a Carta de Princípios do MOQUIBOM. Logo, as possíveis soluções apontadas com o MCIC devem primar pelo respeito à diversidade e à ancestralidade, harmonia e conservação ambiental, práticas agroecológicas e segurança alimentar (livre de agrotóxico), incentivando o acesso justo e solidário aos mercados e pelo protagonismo de suas próprias histórias.

Gil Reges, um dos fundadores do MOQUIBOM, em entrevista a esta pesquisadora, afirmou que o “MOQUIBOM considera o território um espaço sagrado, onde todas e todos possam ser valorizados, como os mais velhos e os guardiões do território, cultura e espiritualidade sejam preservadas e respeitadas” (Santos, 2024). As questões que passam pela identidade, cultura e religiosidade entre os quilombolas devem ser mantidas e são fundamentais para a luta dessas pessoas. O Movimento busca fortalecer

a resistência coletiva de modo a constituir um modelo de organização quilombola emancipatório, com sustentação financeira que possa propiciar a autogestão e a independência ao grande mercado, além da valorização de suas práticas culturais.

Utilizamos a técnica da pesquisa descritiva, caracterizada pela observação, registro e descrição das características de determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, a exemplo dos conceitos desenvolvidos por Marconi e Lakatos (2005). Uma de suas particularidades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário, entrevistas, grupos de discussão e observação sistemática. Os diálogos com o Movimento Quilombola do Maranhão iniciaram em agosto de 2024, por meio de seis representantes do Conselho Político. Buscou-se aqui a representatividade e legitimidade para os dados coletados, tendo como fundamentação a Carta de Princípios do MOQUIBOM (2013), a qual, em seu artigo 10º, descreve: “para facilitar os processos de construção de consensos, os quilombos-membros do MOQUIBOM escolherão um Conselho Político, com um número de 10 pessoas, devendo garantir o equilíbrio de gêneros e gerações, por um tempo não superior a 2 anos”.

As etapas da pesquisa junto ao Movimento Quilombola do Maranhão foram realizadas em seis ações, conforme descritas nos tópicos abaixo:

1. Reunião Coordenação;
2. Elaboração do MCC no acampamento MOQUIBOM no INCRA, em São Luís;
3. Apresentação do material à Coordenação MOQUIBOM,
4. Finalização do MCC durante Encontro do MOQUIBOM;
5. Aprovação do MCC MOQUIBOM e
6. Elaboração do MCIC.

4.1 Caminhos teóricos percorridos

Antes da descrição das etapas da pesquisa, vamos apresentar os fundamentos teóricos que sustentam este trabalho. Pesquisar nas áreas humanas é voltar-se ao outro com a vontade de comunicar, dar-se a partir de seu interior para encontrar o que lhe é exterior, e assim tornar comum o que antes fora escondido. Dialogar com comunidades quilombolas é compreender como seu modo de vida retorna ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro.

Coloquei-me no lugar da escuta para compreender o ser quilombola dentro do Movimento. Foram dois grandes encontros: em São Luís (outubro de 2024) e em Palmeirândia, na Baixada Maranhense (janeiro de 2025). Cada evento contou com cerca de 150 a 200 pessoas. É latente nas falas dos quilombolas a importância de se voltar às vivências antigas e analisar as experiências atuais para, a partir delas, edificar o que está por vir. Os quilombolas buscam suas experiências ancestrais, presentes no dia a dia de suas vidas, principalmente a conservação de suas tradições e o respeito e integridade com o meio ambiente. Uma cultura perpetuada pela oralidade e passada de geração em geração, que mantém os costumes daquelas comunidades e que transcende o território.

Na primeira reunião com a coordenação do MOQUIBOM, um dos coordenadores, Raimundo Moreira, chamou a atenção para a necessidade de os quilombolas permanecerem unidos pela sua história, conforme depoimento abaixo:

Lutamos contra os grandes empreendimentos que disputam nosso território para o plantio da soja. A todo custo, eles tentam dividir a comunidade, envolvendo os moradores com ganhos individuais e não coletivos na tentativa de enfraquecer a nossa luta. Não podemos perder para nós, nossa história, nossa permanência no território e luta são mais fortes (Moreira, 2024).

Atualmente, o MOQUIBOM, por meio de uma organização, desenvolve práticas de comunicação, tanto por meio da oralidade como também pela dinâmica das novas tecnologias, mas conservando a sua memória identitária. Os quilombolas se encontram e se fortalecem na ausência e negação de direitos pela sociedade e governos. É nessa ausência que eles se encontram na presença do sentido comunitário, irmanados por uma identidade e história em comum, que fortalecem os vínculos que os unem. Na fala dos quilombolas, é notória a importância dessas pessoas terem a sua realidade compartilhada, pois é uma forma de buscar soluções para os problemas que os afligem, em particular pela total ausência dos poderes públicos em garantir direitos básicos: vida digna, acesso livre ao território, segurança alimentar, educação contextualizada, entre outros.

Por esses vínculos, também passam a produção de conteúdo para a divulgação em suas redes sociais e nos espaços das redes de Coletivos de Comunicação. A comunidade recupera suas próprias histórias a partir da memória dos anciões e incentiva o debate e a reflexão em relação às ameaças das empresas e aos contextos sociais, econômicos e ambientais vivenciados pelos quilombolas. Um dos coordenadores do Movimento Quilombola do Maranhão, Arnaldo Santos (2024), declarou:

O combustível que abastece as energias do povo vem dos cantos, da batida dos tambores, danças da espiritualidade ancestral. São o jeito de promover o enfrentamento aos opressores e resistir. Nosso esteio que conduz as ações do movimento a luta por território livre e constante manutenção do bem viver, considerando o território um espaço sagrado, onde todas e todos possam ser valorizados, como os mais velhos e os guardiões do território, cultura e espiritualidade sejam preservadas e respeitadas, pois representam elementos fundamentais para resistência quilombola. Uma luta que compreendemos que precisa de sustentação: política. Social, religiosa e financeira.

Percebe-se, nas palavras do Arnaldo, que os quilombolas estabeleceram relações, sejam conscientes ou inconscientes, em nome da partilha de algo em comum: a luta. Todos estão juntos “em relação a” ou “quando se é com”. A necessidade de persistir e resistir encontrou um vazio (a necessidade de seguir ordenado e mantendo viva a luta) que, coletivamente e se colocando no lugar do outro, passa a encontrar soluções de preenchimento desse vazio, como por meio da organização e do planejamento por meio de procedimentos administrativos que impactam também a produção de conteúdo.

Neste sentido, a comunicação presente no Movimento Quilombola do Maranhão vai ao encontro do que defende o comunicador e pesquisador Muniz Sodré, em seu livro “A Ciência do Comum” (2014). O autor aponta que o verbo comunicar reflete as ações de vincular, organizar ou, ainda, de deixar-se vincular e organizar pelo que há de comum. A comunicação indica, segundo Sodré, o jogo do comum que preenche os grupos sociais, ou seja, um conjunto de comportamentos, afetos e vínculos profundos (dentre os quais se inclui a linguagem) ligados a um território (que pode ser físico ou simbólico) e que possibilitam a existência da “comunidade”.

É o vínculo que conserva a comunidade quilombola no Movimento, que compartilha vivências em comum. O MOQUIBOM tem acompanhado essas mudanças sociais e compreendido que o uso da organização administrativa, como a criação de um CNPJ por meio das comunidades que integram o Movimento, associado ao uso dos recursos tecnológicos, pode preencher esses “vazios” e colaborar com a luta do MOQUIBOM. O comum do Movimento Quilombola do Maranhão encontra-se em sua estrutura de organização horizontal, podendo atuar em parceria com outras organizações afins, fortalecendo-se pelos vínculos de solidariedade e enriquecendo-se com as diferenças entre seus membros, num ambiente de debate democrático, transparente e público.

O caráter plural é marcado pelo desenvolvimento de atividades que não abrem espaço para a discriminação de cor, etnia, orientação sexual e gênero, nacionalidade, profissão, religião ou convicção política. O comum do MOQUIBOM reflete as relações

humanas e estruturas comunicacionais que se organizam e interferem na vida do homem, nos seus diálogos, na mídia e na sociedade.

Com quase duas décadas de existência, foi somente em janeiro de 2024 que o Movimento percebeu a necessidade de estimular a criação de associações comunitárias. Existindo juridicamente, o MOQUIBOM passou a vivenciar uma nova etapa: autonomia na propositura de projetos, com fins de captação de recursos e gestão geral, inclusive a financeira. É o que traz a fala de um dos coordenadores e comunicadores populares, Raimunda Nonata da Silva (2024):

Neste momento, a captação de recursos para a continuação de projetos como os de Formação Política, Gestão e Oficinas de Comunicação são estratégicos para o Movimento. Entramos em uma nova fase do Movimento, a captação, gestão de projetos e prestação de contas. É preciso qualificar essa nova coordenação e a base para que possamos seguir estruturando o Movimento para a autogestão.

O Movimento, que teve a coordenação recentemente eleita em janeiro de 2025, segue atento e criterioso com essa nova etapa. Para a coordenação do MOQUIBOM, a captação de recursos é vista como prioridade para o desenvolvimento de projetos que fomentem a produção de bens ou serviços que possam gerar renda para as comunidades.

4.2 Primeiros passos para o trabalho de campo

A primeira escuta para esta pesquisa teve como ponto de partida uma reunião online, realizada em setembro de 2024, com sete integrantes da coordenação do Movimento Quilombola do Maranhão. Foram eles:

- a) Emília Costa, do quilombo Santo Antonio do Costa, no Médio Mearim;
- b) Arnaldo Santos, do quilombo Charco na Baixada Maranhense;
- c) Raimunda Nonata da Silva, do quilombo de Cocalinho em Parnarama;
- d) João da Cruz, do quilombo Mata de Pantaleão, na Baixada Maranhense
- e) Ronilson Monteiro, do quilombo de Santa Maria dos Moreira em Codó;
- f) José Orlando Pereira dos Santos, do quilombo de Tanque da Rodagem, em Matões;
- g) Raimundo Moreira, de Santa Maria dos Moreira em Codó.

A reunião durou cerca de duas horas e aconteceu no dia 10 de outubro de 2024. Expliquei ao grupo que o sujeito da minha pesquisa eram povos e comunidades

tradicionais e que o objetivo era identificar a forma como eles se relacionavam com a Comunicação para a manutenção do seu modo de vida tradicional. Importante ressaltar que todos os coordenadores são oriundos de territórios impactos pelos grandes empreendimentos e que a principal luta é pela regularização fundiária. O momento junto aos coordenadores oportunizou o posicionamento deles com as preocupações listadas abaixo:

- a) Manutenção financeira do Movimento Quilombola do Maranhão;
- b) Fortalecimento da luta pelo acesso livre ao território, à cultura e à religiosidade;
- c) Estratégias para manter o Movimento Quilombola atuante;
- d) Fortalecimento das ações de Comunicação.

Na época dessa reunião, em setembro de 2024, Ronilson Monteiro não integrava a Coordenação do MOQUIBOM. Ele foi eleito em janeiro de 2025 para o Conselho Político do Movimento. No entanto, como comunicador popular e vivência direta nos territórios para produzir conteúdo de comunicação, ele trouxe a sua experiência:

[...] as ações de Comunicação correm o risco de se tornarem desacreditadas devido à falta de continuidade e aquisição dos equipamentos, associado a falta de recursos financeiros para avançar com os resultados. Conseguimos ministrar oficinas de Comunicação, mas não conseguimos comprar o celular ou manter a conta de acesso à internet. Os fluxos de informações também ficam comprometidos devido a limitação de equipamentos. Ao ser questionado sobre o principal desafio do MOQUIBOM respondeu: precisamos pensar o Movimento como um todo, para além das ações de comunicação. Um exemplo são as oficinas de Formação Política que precisam ser intensificadas, mas isso passa também pela questão da obtenção de recursos.

Os relatos colhidos na primeira reunião desta pesquisa com os integrantes do Conselho Político do MOQUIBOM apontam para uma necessidade de organização jurídica. O Movimento Quilombola do Maranhão despertou para o fortalecimento do campo organizacional por meio de pessoas engajadas e mobilizadas, obstinadas a travar lutas e conquistar direitos renegados ao longo do tempo. Para a coordenação do MOQUIBOM, a captação de recursos é vista como prioridade para o desenvolvimento de projetos que fomentem a produção de bens ou serviços, pois estes podem gerar renda para as comunidades. A fala de um dos coordenadores à época da entrevista, Emília Costa (2024), retrata essa situação:

Neste momento, a captação de recursos para a continuação de projetos como os de Formação Política, Gestão e Oficinas de Comunicação são estratégicos para o Movimento. Entramos em uma nova fase do Movimento, a captação,

gestão de projetos e prestação de contas. É preciso qualificar essa nova coordenação e a base para que possamos seguir estruturando o Movimento para a autogestão.

Pelo que traz a coordenadora Emília, a captação de recursos é essencial para manter atividades permanentes, como formações, mobilizações, comunicação, infraestrutura e apoio às bases comunitárias. Evita, ainda, a descontinuidade das ações por falta de recursos, fortalecendo a resiliência do movimento. Nos próximos capítulos serão abordadas detalhadamente as ferramentas do MCC e MCIC.

5. ELABORAÇÃO DO MAPA DAS CRISES CONTEMPORÂNEAS

A metodologia escolhida para esta pesquisa propõe encontrar/apresentar caminhos para crises diversas, apontadas pelo mapeamento inicial de uma instituição ou comunidade ou organização. Duas características estão associadas a essas ferramentas: a iniciativa e a contemporaneidade. A primeira característica significa ações empreendidas com o objetivo de resolver algum problema; pode ser uma política pública, uma empresa, um movimento social, entre incontáveis outros tipos. No caso da contemporaneidade, indica o esforço de se pensar em uma temporalidade que reúne simultaneamente passado, presente e futuro, sem se identificar demais com o presente para não reproduzir modismos, e nem se perder nas idealizações do futuro, pois é preciso estar consciente do passado para não repetir erros ou tratar como novos modelos de gastos.

Neste capítulo, vamos descrever a elaboração do Mapa das Crises Contemporâneas do MOQUIBOM. A reunião, realizada em setembro de 2024, com a participação de seis dos 12 integrantes do Conselho Político do MOQUIBOM, foi oportuna para apresentar ao grupo as ferramentas MCC e MCIC, desenvolvidas pelo grupo de pesquisa ETC do Curso de Comunicação da UFMA. A construção do Mapa das Crises Contemporâneas do Movimento Quilombola do Maranhão permitiu que os integrantes do Movimento pudessem analisar quais as áreas de crises, como elas estão relacionadas entre si e quais as possíveis soluções desses problemas no mundo contemporâneo que impactam o Movimento. Na ferramenta do MCC, desenvolvida pelo ETC, as oito áreas são um ponto de partida para relacionar os desafios.

A equipe do ETC listou as seguintes áreas, mas, ao longo da aplicação da pesquisa, podem aparecer outras etapas. São elas:

- a) Pobrezas e desigualdades;
- b) Internet e tecnologias digitais;
- c) Violência e preconceito;
- d) Degradações ambientais;
- e) Negacionismo e saúde física e mental.

Esses temas estão sinalizados por meio dos círculos intitulados com os temas listados acima, mas a ferramenta deixa espaços vazios para o surgimento de novas informações oriundas do campo e que conectem aquelas pessoas. Essas áreas não são uma demarcação definitiva, mas uma configuração de partida para a montagem de um mapa que indica como os elos estão organizados.

No encaminhamento da reunião, realizada em setembro de 2024 com a coordenação do MOQUIBOM, ficou alinhada a elaboração do diagnóstico do Movimento Quilombola do Maranhão a partir da construção do MCC com aplicação de questionário para levantamento das informações. Essa seria a segunda etapa da pesquisa para análise posterior dos dados e construção do MCIC.

A oportunidade para aplicação do questionário para a construção do MCC foi definida entre 21 e 25 de outubro de 2024, na ocasião em que cerca de 150 quilombolas estariam acampados em frente ao INCRA, em São Luís. Naquela ocasião, o Movimento pressionou a instituição federal para a elaboração do Plano de Ação focado nos trâmites necessários à regularização fundiária de 22 territórios quilombolas, no Maranhão, acompanhados pelo MOQUIBOM.

O objetivo da ação foi cobrar a regularização fundiária de mais de 400 comunidades. A morosidade do trâmite processual tem gerado conflitos no campo, já que o avanço do agronegócio e a especulação imobiliária pressionam as comunidades tradicionais a saírem de seus territórios. Desde 2014, apenas três processos de titulação foram concluídos, enquanto mais de mil comunidades aguardam seus direitos serem reconhecidos. Enquanto isso, a violência contra os povos tradicionais tem se intensificado nos últimos meses: quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco babaçu sofrem ameaças e despejos constantemente. Abaixo, estão descritos os cinco dias de coleta de dados associados às ações no acampamento do MOQUIBOM.

a) Contextualização:

Os quilombolas chegam na área descampada em frente ao INCRA por volta das 05h da manhã. Começam a montar o acampamento imediatamente: paus são enterrados na terra, palhas são colocadas em cima das armações para proteção do sol e da chuva e um local é escolhido para a instalação de uma cozinha provisória. Todo o material (paus, palhas, redes, pratos, colheres, mantimentos, temperos e a carne que servirá para alimentá-los no primeiro dia) é trazido dentro dos três ônibus que transportaram os quilombolas. O grupo é composto por aproximadamente 150 pessoas de diversas comunidades atendidas pelo MOQUIBOM. Alguns trazem barracas que são armadas na calçada do INCRA; outro grupo rapidamente organiza uma fogueira para esquentar os tambores que, para o Movimento, é a conexão dos quilombolas com a terra e encantados. Para um dos fundadores do Movimento, Gil Reges Santos (2024):

O foco central é ter os territórios livres, reconhecendo que os quilombolas são as raízes ancestrais, que os territórios também são sagrados para seus nossos corpos e espírito, onde a presença da autoproteção, a autonomia territorial, respeito e preservação da memória entre outros, são elementos fundamentais para preservação da vida e construção de novas relações de sociabilidade, apoio mútuo e respeito. O toque do tambor nos anima, nos protege e chama os encantados para estarem conosco.

Após uma rodada do toque do Tambor, ainda na área externa do acampamento, os quilombolas se organizam para acessar a área interna do INCRA. A articulação do Movimento já tinha agendado uma reunião às 9h da manhã com o superintendente do INCRA, mas esta foi adiada para às 16h depois de muita pressão. Com a presença de todos os quilombolas no auditório da instituição, o superintendente regional do INCRA, o ex-deputado federal José Carlos Nunes Jr (Zé Carlos da Caixa - PT) aceitou ouvir os/as quilombolas e camponesas que ali estavam. Diante da fala dele, de que não tem autonomia sobre determinadas demandas das comunidades, os quilombolas presentes pressionaram para que houvesse a presença de representantes de Brasília e que estes se responsabilizassem pelo atendimento dessas demandas.

Como apoiadora da luta dos povos e comunidades tradicionais e tendo como meta a aplicação de pesquisa para a construção do Mapa das Crises Contemporâneas do MOQUIBOM, juntei-me ao grupo dos quilombolas ainda pela manhã. As primeiras horas foram marcadas pelos cumprimentos às pessoas que conheço dos territórios e, também, pela tensão da reunião. Neste primeiro dia, não apliquei nenhum questionário, apesar de tê-los comigo. Era preciso acompanhar e compreender a dinâmica do acampamento durante a semana.

Com a falta de autonomia do INCRA/MA e com a espera dos representantes do INCRA de Brasília e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ficou alinhada uma reunião quarta-feira, dia 23/10 às 14 horas, com a presença da diretora do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Dra. Cláudia Dadico, da coordenadora nacional do setor quilombola e de outros departamentos (nacional e regionais) que lidam com essas demandas. Durante a espera, os/as representantes das comunidades quilombolas e tradicionais seguiram acampados no INCRA, aguardando os encaminhamentos dessa reunião.

É inegável a luta e o esforço do MOQUIBOM em se manter resistente e existente na luta. Essa é uma prática oportuna de ser pesquisada com fins de ampliar e sistematizar os processos administrativos de uma instituição que possui a legitimidade de centenas de quilombolas no Maranhão, com atuação principal na visibilização da cultura

e do modo de vida daqueles que somam a segunda maior população negra do país. O intuito, portanto, é garantir os direitos fundamentais e acesso livre aos territórios. Por essa razão, é preciso ter um mapeamento de práticas comunicativas (França, 2002), pressupondo que tais iniciativas podem engajar comunidades. Foram, então, entrevistados os seguintes articuladores e militantes:

a) João da Cruz; quilombola da comunidade Pau Dárco, Baixada Maranhense e articulador do MOQUIBOM.

b) Arnaldo Santos, quilombola do Charco, Baixada Maranhense. Há 16 anos militante do MOQUIBOM;

c) Francisco Carlos da Silva, quilombola do Charco, Baixada Maranhense. Há 10 anos militante do MOQUIBOM;

d) Givanildo de Nazaré Santos Reges, quilombola de Mariano dos Campos em Serrano. É um dos fundadores do MOQUIBOM;

e) Rafael Barra, agente da Comissão Pastoral da Terra, atua junto ao MOQUIBOM.

f) Tony Pavão, da coordenação do MOQUIBOM;

g) Ronilson Monteiro, quilombola da comunidade de Santo Antonio dos Pretos. Há 10 anos pertence ao MOQUIBOM.

b) Dia 01: 21 de outubro de 2024

No primeiro dia de acampamento foram realizadas as plenárias, envolvendo todos os quilombolas. Esse foi um cenário oportuno para o uso das técnicas de observação direta do grupo reunido no acampamento. A primeira plenária realizada no Acampamento do MOQUIBOM, em São Luís, no dia 21 de outubro, das 14h às 19h, contou com a presença de 150 pessoas. Em formato de audiência pública, uma comissão organizava os interessados que gostariam de falar sobre os problemas enfrentados pelos territórios. Ao final, uma carta intitulada: “Movimento Quilombola do Maranhão denuncia o Estado brasileiro como corresponsável pela violência contra quilombolas” foi redigida para registro dos principais problemas enfrentados pelos quilombolas e que seriam apresentados na reunião com os representantes de Brasília, ao longo do acampamento. Os principais problemas foram os seguintes:

a) Morosidade dos processos de regularização fundiária: atualmente 424 processos administrativos de titulação quilombola tramitam no INCRA MA. Até outubro

de 2024, apenas três quilombos foram titulados pela União no estado do Maranhão, o que corresponde a 0,2% da demanda atual. Assim, após 21 anos, desde a edição do Decreto Federal 4.887/2003, há uma média de 01 quilombo titulado no MA a cada sete anos;

b) Aumento dos conflitos no campo: Maranhão é o estado em que mais se assassina quilombolas no Brasil. De 2005 a 2024, os dados da Comissão Pastoral da Terra demonstram que 50 quilombolas foram assassinadas no país em razão de conflitos socioambientais e territoriais. Desses, 20 de nós foram assassinados no Maranhão e 16 na Bahia, sendo que 10 quilombolas foram mortas de 2020 a 2023 no Maranhão;

c) Denúncia de que o INCRA está tentando estimular os quilombolas a abandonarem a reivindicação por titulação territorial quilombola coletiva, o que destruirá a existência e a continuidade das futuras gerações nesses territórios;

d) Inexistência da política pública de proteção territorial quilombola: o INCRA concluiu 28 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) elaborado pelo grupo técnico interdisciplinar do quadro de pessoal do Instituto em 2024. Em 2022, a autarquia apresentou uma planilha de conclusão de outros 27 RTIDs de quilombos maranhenses com decisões judiciais em ações civis públicas na Justiça Federal. No planejamento, o INCRA distribuiu dois RTIDs por ano, entre 2023 e 2024, e três em 2025. Considerando essa taxa média de dois relatórios por ano, serão necessários 197 anos para a conclusão da fase administrativa da titulação quilombola. No entanto, se levarmos em consideração a data da promulgação da Constituição de 1988, em 36 anos, o INCRA/União tituló um quilombo a cada 12 anos no estado. Com essa média, o Maranhão terá concluída a titulação da demanda atual de 421 quilombos sem titulação no ano de 2076;

e) Insegurança alimentar com o uso de agrotóxicos: a comunidade quilombola no Maranhão está preocupada com o uso de agrotóxicos em seus territórios pelos grandes empreendimentos. Eles denunciaram que o uso de agrotóxicos pelo agronegócio cresceu 191,5% no Maranhão desde 2013. O estado foi o quarto na Amazônia Legal que mais adquiriu pesticidas no período e o segundo maior consumidor no Nordeste em 10 anos. O cenário impacta o modo de vida da população que convive com os efeitos dos produtos químicos despejados nas lavouras, principalmente de soja.

f) Falta de atuação comprometida do estado do Maranhão em relação à regularização fundiária dos territórios quilombolas. Eles alegaram que, muitas vezes, o Estado está a serviço dos grandes empreendimentos em suas mais diversas esferas: Judiciário, com decisões que beneficiam os proprietários das terras; Ambiental, com a

concessão das licenças ambientais; e Segurança, com ações de reintegração de posse a favor dos grandes empreendimentos.

Os dados demonstram que a política pública de proteção territorial quilombola instituída pela Constituição (art. 68 do ADCT) não existe na prática, sendo a expressão de um racismo institucional do Estado brasileiro que considera descartáveis os corpos/territórios dos quilombolas. A Carta Denúncia foi escrita e aprovada por integrantes do MOQUIBOM com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e divulgada amplamente em vários sites que apoiam o Movimento. O documento elaborado pelos integrantes do MOQUIBOM indica um grupo vinculado pelos graves problemas relacionados à questão da regularização fundiária e da violência sofrida principalmente pela omissão do Estado.

Após a aprovação da Carta Denúncia, foi anunciada a minha presença na condição de pesquisadora para observar, anotar, dialogar e aplicar um questionário junto ao grupo de 150 quilombolas nos próximos dias. Muitas daquelas pessoas já me conheciam e ao meu trabalho como militante de uma Comunicação feita a partir e para os povos e comunidades tradicionais. Fui convidada a fazer uma fala na plenária, quando apresentei a minha experiência jornalística e o foco da minha pesquisa, à luz do jornalista e estudioso do assunto, Muniz Sodré, que se dedica a investigar a relação construída entre as realidades e experiências que resultam do dia a dia, da realidade e da formação dos quilombolas associados ao MOQUIBOM. Dentro desse processo, encontra-se também a comunicação.

c) Dia 02: 22 de outubro de 2024

No intuito de identificar os vínculos construídos entre os quilombolas do Movimento, optei pela aplicação da ferramenta MCC, criada pelo grupo de pesquisa ETC da UFMA, ao longo do acampamento do MOQUIBOM. Entre os dias 22 e 25 de outubro, por meio de aplicação de pesquisa com dez integrantes, iniciou-se a sua construção. A abordagem junto aos entrevistados era sempre no período da tarde, já que, pela manhã, sempre aconteciam as plenárias com inúmeros debates que traziam as especificidades de cada desafio enfrentado pelos quilombolas presentes no acampamento. De maneira simples, e deixando os sujeitos das pesquisas bem à vontade, expliquei para eles o motivo da entrevista, que era levantar informações para elaborar o MCC.

A abordagem junto aos entrevistados ocorreu no próprio acampamento. As pessoas estavam ou participando da plenária, ou no local de descanso. Em média, passava cerca de 30 minutos com cada entrevistado (a). No primeiro dia de atividade, dialoguei com três quilombolas de um total de 10 que participaram da dinâmica. A estratégia de pesquisa sempre era a contextualização por parte dos participantes da dinâmica. Após um longo diálogo, iniciei o questionário sobre os desafios do Movimento.

d) Dia 03: 23 de outubro de 2024

No terceiro dia de atividades e praticamente segundo dia de aplicação do questionário, para além da minha experiência e vivência de mais de seis anos como jornalista e militante da Comunicação Comunitária, busquei a fundamentação da minha escuta voltada à alteridade no conceito de Marcondes Filho (2018, p. 80), que diz que, “na comunicação, eu acolho a alteridade do Outro, abro espaço para ela, vivencio o que ela pode produzir e mim. Eu não a aprisiono nem a repugno”. Para além da existência de técnicas ou manuais, é essencial o respeito ao outro.

Ao chegar em frente ao INCRA, o som das panelas no fogo e das primeiras vozes dos quilombolas sinaliza o início de mais um dia no acampamento. A manhã foi dedicada a rodas de conversa com mulheres, jovens e anciãos da comunidade. O foco era levantar os principais desafios enfrentados pelos quilombolas acampados, muitos dos quais lutam há anos pelo direito à terra e à titulação definitiva do território ancestral. Entre os relatos, emergiram questões como a insegurança fundiária, as ameaças de grileiros e a ausência de políticas públicas voltadas à saúde, educação e infraestrutura.

Ao longo desse dia, consegui dialogar e aplicar o questionário junto a três quilombolas, de um total de seis já registrados. Dialoguei com Arnaldo Santos, quilombola do Charco, Baixada Maranhense; Francisco Carlos da Silva, quilombola do Charco, Baixada Maranhense, há 10 anos militante do MOQUIBOM; Givanildo de Nazaré Santos Reges, quilombola de Mariano dos Campos, em Serrano, um dos fundadores do MOQUIBOM.

e) Dia 04: 24 de outubro de 2024

A partilha de informações e da comida marcou o quarto dia de atividades no acampamento quilombola. Durante o almoço coletivo, preparado com produtos da própria

terra, ouvi histórias sobre os modos tradicionais de plantio, a importância do saber oral e a resistência cultural que atravessa gerações. A comida, o modo de servir e de sentar-se em roda são também formas de partilha de conhecimento e luta. Os quilombolas reafirmaram e registrei por meio de entrevistas, anotações e fotografias os principais deságios e os pontos que impactam a permanência e o fortalecimento da comunidade no território. Também foram identificadas iniciativas locais de autossustentação, como hortas comunitárias e mutirões de construção, que revelam a potência da autogestão e da solidariedade.

f) Dia 05: 25 de outubro de 2025

No último dia do acampamento e da pesquisa, dialoguei com outros quatro quilombolas. Aproveitei que as plenárias começavam pela tarde e comecei os trabalhos logo pela manhã. Foi o encerramento de uma jornada de escuta, convivência e aprendizado, além de uma oportunidade de retribuir, agradecer e fortalecer os laços construídos. No último dia em campo desta etapa inicial, percebi, mais uma vez, a organização do Movimento Quilombola do Maranhão. Reunidos, eles, de maneira coletiva, digitaram a Ata dos Acordos, os quais foram definidos ao longo das negociações junto ao INCRA e ao Ministério do Desenvolvimento Agrícola.

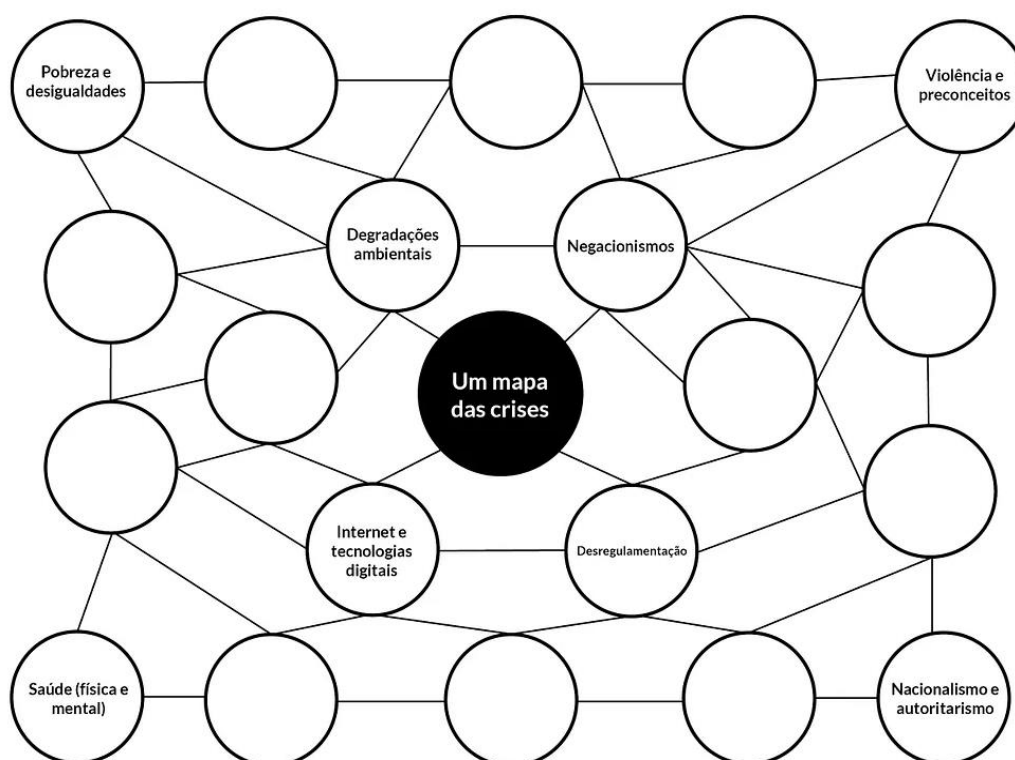
O documento foi assinado por todos os que participaram nas negociações, inclusive pelos representantes dos órgãos envolvidos, com o encaminhamento de construir um Plano de Ação e Cronograma de Trabalho para as etapas de regularização fundiária dos 22 territórios envolvidos nas reivindicações dessa atividade.

5.1 Percepções sobre a construção do MCC do MOQUIBOM

A elaboração do Mapa das Crises do MOQUIBOM conduz a uma análise mais aprofundada e a uma pesquisa mais detalhada, indo ao encontro do que Gil (2008) escreveu sobre o tema: as pesquisas exploratórias propõem uma familiaridade com o objeto de pesquisa, com vistas a deixá-lo mais aparente ou a construir hipóteses com levantamento bibliográfico e entrevistas.

O questionário a ser aplicado nesta pesquisa³ para a construção do MCC do MOQUIBOM relacionou as áreas de crises contemporâneas à metodologia original, mas respeitando espaços de posicionamento para os sujeitos pesquisados, incluindo “os vazios a serem preenchidos” e os vínculos que fazem com que aquelas pessoas estejam conectadas entre si, como Sodré (2014) descreve. De maneira simples, e deixando os envolvidos bem à vontade, em seu espaço de reivindicação legitimado por sua história de luta por direitos, além de adotar primeiramente a escuta, o questionário foi aplicado. Trazemos aqui uma estruturação ilustrativa do material para melhor compreensão.

Figura 1 - Mapa das Crises da Contemporaneidade (MCC)



Fonte: Livro Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas (Costa; Rocha, 2022).

Para além dos tópicos apresentados no contexto inicial do ETC, novos tópicos surgiram a partir da vivência com os sujeitos de pesquisa, indo ao encontro do que propunha o gráfico inicial da metodologia: deixar em branco vários círculos. Graficamente, pode-se construir o seguinte Mapa das Crises do MOQUIBOM.

- a) Pobrezas e desigualdades;
- b) Internet e tecnologias digitais;

³ Questionário possível de ser visualizado no Apêndice deste trabalho.

- c) Violência e preconceito;
- d) Degradações ambientais;
- e) Negacionismo e saúde física e mental.

Figura 2 - Mapa das Crises do MOQUIBOM



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O Mapa das Crises do MOQUIBOM foi construído a partir da análise de pessoas que vivenciam o dia a dia no território. A ausência dos projetos de maneira contínua e que possam ser autossustentáveis é o principal desafio apontado. Essa ausência impacta diretamente na visibilidade da luta do Movimento junto aos territórios e na sociedade também. Entre os tópicos identificados pela pesquisa como fatores desafiadores para a Comunicação estão:

- Falta de enfrentamento dos movimentos aos problemas: cooptação das lideranças, cooptação dos movimentos;
- Ausência de personalidade jurídica para o MOQUIBOM: impede a captação de recursos, liberação das lideranças para maior envolvimento com a luta, investimento em qualificação;

- Ausência do Estado Judicial: arbitrariedade e agilidade para liberação das licenças ambientais; impunidade dos envolvidos na grilagem e morosidade nos trâmites judiciais;
- Ausência do Estado Ambiental: desmatamento dos biomas: cerrada e Amazônia – insegurança alimentar; expansão da fronteira agrícola;
- Ausência do Estado Segurança: aumento da violência no campo;
- Combate em rede das infrações no campo: trabalho escravo/necessidade do aprofundamento da cadeia dominial para minimizar a grilagem;
- Desrespeito ao modo de vida tradicional: desconhecimento das culturas;
- Guerra de narrativas: falta de investimento em Comunicação nos territórios/ publicidade midiática em prol dos empreendimentos.

No item Pobreza e Desigualdades do MCC, associamos ao que apareceu na pesquisa do acampamento:

a) A falta de enfrentamento dos movimentos sociais aos problemas: a forma de atuação do Estado por meio do autoritarismo econômico e construção de narrativas por uma mídia publicitária forte é desigual em relação aos movimentos sociais. Esse tipo de atuação acaba ameaçando a autonomia e o posicionamento crítico dos próprios movimentos que estabeleceram relações próximas com o Estado. Essa proximidade pode levar à priorização da sobrevivência institucional em detrimento da luta por mudanças estruturais.

Outro aspecto presente neste item está relacionado à dependência de financiamento externo e à falta de recursos próprios por parte dos movimentos, o que pode comprometer a sustentabilidade dessas unidades sociais. Além disso, a burocratização e a institucionalização excessiva podem afastá-los de suas bases comunitárias. Para um dos entrevistados, Francisco Carlos da Silva (2024), quilombola do Charco, Baixada Maranhense, e há 10 anos militante do MOQUIBOM:

A repressão estatal, especialmente durante governos com agendas ultraneoliberais, tem limitado a capacidade de mobilização dos movimentos sociais. Isso inclui a criminalização de protestos e a intimidação de lideranças, o que desestimula a participação ativa da sociedade civil.

Um item que surgiu para além dos tópicos originais do MCC foi a ausência de personalidade jurídica para o MOQUIBOM. Esse item indica que o Movimento não é reconhecido legalmente como pessoa jurídica. Logo, ele não possui os atributos legais que permitem: captar recursos, ter direitos e deveres próprios; ser parte em processos

judiciais (como autora ou ré); possuir bens em seu nome; celebrar contratos em seu próprio nome; ser responsabilizado legalmente de forma autônoma. Para o quilombola Tony Pavão (2024), que respondeu ao questionário:

A atuação de uma entidade sem personalidade jurídica pode gerar insegurança tanto para seus integrantes quanto para terceiros que com ela se relacionam. Outro aspecto é em relação não pode, por exemplo, entrar com uma ação judicial ou ser demandado judicialmente como uma entidade autônoma.

O item Violência e Preconceito apareceu na resposta dos quilombolas quando eles falaram sobre a ausência do Estado Judicial e, também, sobre a Ausência do Estado de Segurança. Os quilombolas, tanto na plenária quanto no questionário, indicaram que o judiciário maranhense não está solucionando os conflitos fundiários de forma imparcial e justa. Para a coordenadora Emília Costa (2024), de Mariano dos Campos em Serrano, e uma das fundadoras do MOQUIBOM:

O que se percebe é um Colapso da segurança jurídica. O que acaba fortalecendo ainda mais os grandes empreendimentos e os fazendeiros. As decisões judiciais são arbitrarias e o Estado não protege como deveria”, afirmou.

O item Degradações Ambientais apareceu na questão da Ausência do Estado Ambiental, que corresponde à postura omissa na defesa do meio ambiente, incorporando a sustentabilidade e os direitos ambientais em suas políticas públicas, legislação e fiscalização. Entre os principais desafios enfrentados estão: falta de fiscalização sobre atividades poluidoras ou degradadoras do meio ambiente; inércia legislativa ou falta de regulamentação de normas ambientais; ausência de políticas públicas ambientais (como saneamento, reflorestamento, controle de queimadas, etc.), negligência em casos de desastres ambientais, como rompimentos de barragens, desmatamento ilegal, ou queimadas na Amazônia; e desmonte de órgãos ambientais. Para Raniere Roseira (2024), quilombola da comunidade de Santo Antonio dos Pretos,

O que vivenciamos nos territórios maranhenses é a excessiva liberação das licenças ambientais pela SEMA, o que impacta no aumento do desmatamento e da degradação de biomas, no crescimento descontrolado de atividades econômicas predatórias (garimpo, agronegócio extensivo, mineração) e a perda da biodiversidade e desequilíbrio ecológico.

Outro item que surgiu para além do MCC original foi o Desrespeito ao modo de vida tradicional. Os quilombolas denunciaram também em plenária e no questionário situações em que práticas, valores, costumes ou formas de organização social de comunidades tradicionais são ignoradas, violadas ou desprezadas. Para o quilombola Arnaldo Santos (2024), isso acontece devido à:

Expansão urbana e industrial que invade terras indígenas, quilombolas ou ribeirinhas; projetos de desenvolvimento (como construção de hidrelétricas ou mineração) que desconsideram o impacto sobre as comunidades locais; políticas públicas ou leis que não reconhecem os direitos e as formas de vida específicas desses povos; desvalorização cultural, quando a cultura tradicional é tratada como inferior ou ultrapassada, levando à perda de identidade e saberes e educação e saúde impostas, que não respeitam os conhecimentos tradicionais e as práticas locais.

No tópico Internet e tecnologias digitais, surgiu o indicativo sobre a Guerra de narrativas, associado à questão dos investimentos destinados tanto às mídias digitais sociais quanto à tradicional pelos governos e grandes empreendimentos. Esse tipo de investimento proporciona a construção de narrativas oportunas que são repassadas ao grande público: desenvolvimento comprometido, geração de emprego e renda, conservação ambiental. Para o quilombola João da Cruz (2024):

A grande mídia (televisões, jornais e portais de grande audiência) não apenas informa, mas também interpreta e enquadra os acontecimentos – e isso pode gerar distorções, omissões ou ênfases seletivas, dependendo dos interesses editoriais. Eles escolhem quais fatos são destacados ou omitidos, usam termos ou adjetivos que influenciam a percepção e dão vozes a certos atores e silenciam outros, disse.

Um aspecto importante do mapeamento dos desafios encontrados pelo MOQUIBOM é que, a partir dos tópicos indicados, houve a sua ramificação. Em todos os dados apontados pelos integrantes do Movimento, considerados como pontos das Crises Contemporâneas, havia indicações para as consequências vivenciadas por aquele ponto problemático. Os dados trouxeram uma alteração na construção do Mapa das Crises Inicial. Observou-se uma ramificação/aprofundamento revelado pelo campo, o que, para a comunidade e para a pesquisa, gera oportunidade de especificar ainda mais aquele ponto indicado. Abaixo a descrição desses pontos:

1. Para a falta de enfrentamento dos movimentos em relação aos problemas, foram apontadas consequências como a:

- * Cooptação das lideranças: algumas lideranças quilombolas passaram a integrar estruturas de poder – como governos, partidos políticos ou instituições –, de forma que sua atuação se distancia dos interesses originais do movimento que representavam;
- * Cooptação dos movimentos: em vez de confrontar diretamente esses movimentos, a estratégia de cooptação busca incorporá-los ao sistema ou desviá-los de suas reivindicações para manter o status quo. É praticado pelos governos, partidos políticos,

empresas ou outras instituições que absorvem lideranças, pautas ou estruturas de movimentos sociais com o objetivo de neutralizar a sua força crítica ou contestadora.

As consequências para os cooptações são:

- ✚ **Perda de autonomia:** movimento perde sua independência e pode passar a defender interesses que não correspondem à sua base original;
- ✚ **Desmobilização da base:** a base militante pode se sentir traída ou desmotivada ao ver lideranças priorizando cargos ou acordos políticos em detrimento das lutas sociais;
- ✚ **Descaracterização da pauta:** as pautas originais podem ser diluídas ou adaptadas para se tornarem mais palatáveis às instituições, perdendo a sua radicalidade transformadora;
- ✚ **Divisão interna:** a cooptação pode gerar conflitos internos, rachaduras e disputas de poder dentro do movimento;
- ✚ **Legitimação simbólica de governos ou empresas:** a presença de lideranças em espaços de poder pode ser usada para validar ações ou políticas que, na prática, contrariam os interesses do movimento.

2) Para a fala de ausência de personalidade jurídica para o MOQUIBOM foram apontadas as seguintes consequências:

* Limitação na captação de recursos: no caso do MOQUIBOM, essas limitações são referentes às dificuldades legais, regulatórias ou operacionais que impedem a entidade de captar doações, patrocínios ou verbas públicas/privadas;

*Liberação das lideranças para maior envolvimento com a luta: o envolvimento ativo das lideranças é essencial para garantir representatividade, articulação e força nos momentos decisivos da nossa caminhada por direitos, justiça e melhores condições. Nas entrevistas aplicadas saíram indicativos sobre a necessidade de remuneração da coordenação para que possam executar a atividade de maneira mais liberada, não tendo que se preocupar com as suas próprias atividades remuneradas;

*Investimento em qualificação: foi um indicativo que apareceu no Encontro do MOQUIBOM, em janeiro de 2025, por ocasião da eleição com mais de 95% da nova Diretoria sendo renovada para a gestão de uma instituição que passa a ter CNPJ. A qualificação foi no sentido de fortalecer a autonomia e autogestão do Movimento,

promover o acesso a políticas públicas (educação, saúde, crédito, etc.), valorizar os saberes tradicionais, promovendo o intercâmbio com conhecimentos técnicos e científicos e gerar renda de forma sustentável e respeitosa com os modos de vida tradicionais. Entre as qualificações sugeridas, estão: educação contextualizada: formação básica e continuada com respeito às especificidades culturais e linguísticas; gestão de projetos e empreendedorismo comunitário: capacitação para gestão de associações, cooperativas e empreendimentos sustentáveis; e tecnologias sociais: sistemas de captação de água da chuva, energia solar, agroecologia, etc.

3) Para a ausência do Estado Judicial foram apontadas consequências como:

*Arbitrariedade e agilidade para liberação das licenças ambientais: a liberação de licenças ambientais tem sido frequentemente marcada por um paradoxo entre agilidade e responsabilidade. Por um lado, setores produtivos pressionam por maior celeridade nos processos de licenciamento, alegando que a burocracia excessiva atrasa investimentos e prejudica o desenvolvimento econômico. Por outro, há preocupações crescentes com a arbitrariedade nas decisões, que, muitas vezes, ignoram critérios técnicos e científicos em favor de interesses políticos ou econômicos;

* Impunidade dos envolvidos na grilagem: os quilombolas do MOQUIBOM denunciam a fragilidade institucional do INCRA, Ibama e polícias ambiental e federal. Essas instituições, muitas vezes, não têm recursos suficientes para fiscalizar vastas áreas de terras, além da corrupção e conivência local.

*Em muitas regiões, há envolvimento de políticos, empresários e até agentes públicos no esquema, o que dificulta a punição dos culpados.

*Morosidade nos trâmites judiciais: os processos relacionados à terra demoram anos (ou décadas) para serem julgados, permitindo que grileiros continuem explorando as áreas.

4) Para a ausência do Estado Ambiental foram apontadas consequências como:

*Desmatamento dos biomas cerrado e Amazônia: os quilombolas denunciam que, apesar de toda a divulgação sobre a importância da conservação ambiental, da fiscalização e de políticas de preservação, o desmatamento ainda é elevado, especialmente em anos com afrouxamento da legislação ambiental. O combate ao desmatamento requer ação conjunta do governo, setor privado, ONGs e sociedade civil;

*Insegurança alimentar: as comunidades ligadas ao MOQUIBOM estão lutando pela regularização fundiária e, por esse motivo, sofrem consequências relacionadas à insegurança alimentar por uma série de fatores: expulsão de famílias do campo, já que comunidades que produzem o seu próprio alimento são desalojadas e perdem o acesso à terra, a sua principal fonte de sustento; destruição de plantações e recursos, já que, por conta dos conflitos, plantações podem ser destruídas e nascentes de água contaminadas ou privatizadas; e impedimento da produção agrícola local, pois, sem segurança jurídica sobre a terra, famílias evitam investir em produção de alimentos;

*Expansão da fronteira agrícola: os quilombolas se sentem cada vez mais ameaçados pelo desmatamento dos seus biomas em seus territórios, perda da biodiversidade, esgotamento dos recursos hídricos (uso intensivo de água). Esses fatores aumentam os conflitos fundiários com comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, intensificando a expulsão de pequenos agricultores e a concentração de terras, além de provocar mudanças nos modos de vida locais.

5) Para a ausência do Estado de Segurança foram apontadas consequências:

* Aumento da violência no campo: esse problema requer uma abordagem multifacetada, com o envolvimento tanto de políticas públicas de segurança quanto de ações para promover a justiça social, a distribuição equitativa de terras e a proteção dos direitos das populações mais vulneráveis.

6) Para a falta de combate em rede das infrações no campo foram apontadas consequências:

*Trabalho escravo: o combate ao trabalho escravo é uma questão essencial para garantir os direitos humanos, a dignidade e a justiça social. O trabalho escravo moderno envolve condições de trabalho degradantes, análogas à escravidão e afeta, principalmente, os trabalhadores vulneráveis em áreas como a agricultura, incluindo os povos e comunidades tradicionais.

*Necessidade de aprofundamento da cadeia dominial para minimizar a grilagem: essa necessidade está relacionada à formalização e legalização da posse de terras, especialmente em áreas de grande disputa ou com pouca documentação registrada. A

grilagem é um processo ilegal em que uma pessoa ou grupo falsifica ou manipula documentos para se apropriar de terras, muitas vezes por meio de registros fraudulentos ou da ocupação indevida de áreas públicas ou privadas.

7) Para a falta de investimento em Comunicação:

*Guerra de narrativas: os quilombolas denunciam os grupos, mídias, governos ou indivíduos que buscam construir e disseminar uma narrativa dominante para influenciar a percepção pública. Essa disputa é travada por meio de vários meios de comunicação, como a mídia tradicional (televisão, rádio, jornais), plataformas digitais, redes sociais e outras ferramentas de comunicação. As “narrativas” podem ser políticas, sociais, culturais, econômicas ou até relacionadas a questões mais específicas, como eventos históricos ou crises.

*Publicidade midiática em prol dos empreendimentos: os quilombolas denunciam as estratégias de marketing focadas na divulgação e promoção dos grandes empreendimentos que praticam a monocultura. Essas estratégias propõem o repasse de uma mensagem propositiva por meio da televisão, rádio, internet, impressos e outros canais de mídia. Essa abordagem visa aumentar a visibilidade e alcançar um público maior através de uma ideia de desenvolvimento comprometido com o meio ambiente e com os povos e comunidades tradicionais.

O Mapa das Crises do MOQUIBOM aponta problemas graves, como conflitos agrários, ameaças à integridade territorial e violações de direitos humanos. Dados do Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra apontam que o Maranhão somou 420 ocorrências de conflitos no campo (corresponde à somatória de 363 conflitos eixo terra + 45 conflitos eixo água + 10 conflitos trabalhistas + 2 ocupações/retomadas), valor superior às 210 ocorrências registradas no ano anterior. Referente aos conflitos por terra – Eixo Terra – totalizam 363, sendo o Maranhão o estado da federação que mais registrou ocorrências em 2024. Atrás estão os estados do Pará, com 243, e Bahia, com 135.

O MCC foi apresentado para a coordenação do Movimento Quilombola do Maranhão em reunião realizada no dia 06 de novembro de 2024, na sede da Comissão Pastoral da Terra, em São Luís. Seis coordenadores e mais o comunicador popular do Movimento Quilombola do Maranhão participaram da reunião. O MCC gerou debates entre os coordenadores do MOQUIBOM. Todos concordaram que a maior parte dos

pontos de crises apresentados tem origem e é impactado pela falta de recursos financeiros. Ademais, posicionaram-se sobre a elaboração de um Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas, que deve atentar para formas próprias de organização social dos quilombolas e que inclui: valorização dos conhecimentos ancestrais, transmitidos de geração em geração, respeito à diversidade, comprometimento com o meio ambiente, afeto nas relações sociais e confiança em suas práticas cotidianas.

Um aspecto importante adicionado ao Mapa das Crises do MOQUIBOM está relacionado ao enfraquecimento da espiritualidade nas ações do Movimento. De acordo com Arnaldo Santos (2024), “o Movimento quilombola do Maranhão, desde a sua criação, é conhecido pelo toque do tambor: forte, de resistência que chama os encantados e atrai bons fluídos para as negociações”. O grupo demonstrou preocupação em relação aos “mais experientes” que estão morrendo e não estão repassando a técnica de bater o tambor para os mais jovens.

A coordenação validou o Mapa das Crises do MOQUIBOM. Como encaminhamento da reunião entre a pesquisadora e a coordenação, ficou alinhada a apresentação da Metodologia do ETC da UFMA no Encontro do MOQUIBOM, realizado em janeiro de 2025, no quilombola Cruzeiro e Pirâmide, município de Palmeirândia, na Baixada Maranhense.

5.2 Apresentação do MCC do MOQUIBOM no Encontro

O Encontro do Movimento Quilombola do Maranhão intitulado “Desafios Para Efetivação Do Direito À Titulação Dos Territórios Quilombola” foi realizado na Baixada Maranhense, no território Cruzeiro e Pirâmide, no município de Palmeirândia. Durante três dias, de 24 a 26 de janeiro de 2025, temas importantes e estratégicos estiveram na pauta de debates com muita espiritualidade, música para celebrar e revigoramento da luta por territórios livres. Cerca de 200 quilombolas participaram da atividade que elegeu a nova coordenação do MOQUIBOM para os próximos dois anos.

Pesquisadores, professores universitários, comunidades pastorais, organizações civis e grupos de estudo realizaram trocas e articulações com os quilombolas sobre as forças que ameaçam as diversas formas de existir, criar e lutar pelo acesso livre ao território.

A apresentação do Mapa das Crises do MOQUIBOM estava programada para acontecer no dia 26 de janeiro, às 15h. No entanto, uma alteração na programação

antecipou a apresentação para às 10h daquele dia. Um debate envolvendo a Comunicação de, aproximadamente, três horas foi gerado após a apresentação do MCC. Presentes no Encontro estavam quilombolas das comunidades de Parnarama, Matões, Codó, São Luís Gonzaga, Santa Inês, Presidente Vargas, Cantanhede, Pirapemas, Pedro do Rosário, Peri Mirim, Santa Helena, Turilândia, São Vicente de Ferrer, Pinheiro, Serrano do Maranhão, Mirinzal, Central, Palmeirândia. Entre os parceiros do MOQUIBOM: a CPT-MA⁴, Núcleo de Estudo da Reforma Agrária (NERA), ambos da UFMA, Unidade Classista, CSP Conlutas, OLPN e Frente de Articulação Quilombola do Rio Grande do Sul, Caritas. Todas as instituições citadas desenvolvem várias frentes de trabalho junto ao MOQUIBOM, incluindo acompanhamento jurídico e formação política. Outras são Núcleos de Estudos da Universidade Federal do Maranhão, que atuam com trabalhos acadêmicos junto aos quilombolas.

Primeiramente, descreve-se a dinâmica geral do Encontro: o primeiro dia foi dedicado às atividades de finalização da organização do local do evento devido a uma forte chuva que caiu na madrugada de sexta-feira, ocasionando atraso na programação. Na parte da tarde, houve contextualização do cenário político e jurídico que envolve povos e comunidades tradicionais por meio do tema: “Referência que aponta um Sul metodológico e político/jurídico” e “Desdobramento e apanhado da base legal e jurídica para o pleito suas limitações e entraves”. Os temas foram apresentados pelo indígena Kutun Acroá Gamella e o advogado Onir de Araújo, do Movimento Negro Unificado (MNU). Ao longo da apresentação, foram feitas várias interseções com os quilombolas para atualizar a situação em seus territórios.

As situações política e jurídica dos quilombos estão conectadas. Eles seguem resistindo à morosidade dos processos de regularização fundiária por parte dos governos estadual e federal, à política que beneficia os grandes produtores rurais, à violência praticada contra os povos dos campos, das florestas e das águas. Eles denunciam também que o governo federal distribui “Concessões de uso para os quilombolas”, não tendo esse documento validação jurídica nos cartórios. A partir desse material, constroem uma narrativa propositiva junto à mídia como se a regularização fundiária desses territórios estivesse sendo realizada, quando, na verdade, seria apenas o “uso parcial daquelas terras”. De acordo com o advogado Onir de Araújo (2025), do Movimento Negro

⁴ As instituições citadas são organizações do Terceiro Setor e Instituições de Ensino que trabalham **junto** aos povos e comunidades tradicionais no Maranhão.

Unificado (MNU), dos 31 decretos publicados pelo Governo Federal relacionados aos quilombos e que ele analisou, 10 tinham essa concessão de uso para os quilombolas.

Durante esse primeiro dia, foi abordada a questão da construção de um novo porto no Maranhão, especificamente na Ilha do Cajual, em Alcântara, e como essa construção afetaria as comunidades de povos tradicionais. Outro assunto em pauta foi a realização da Cope 30, a ser realizada em Belém, e a necessidade de os quilombolas participarem da Cope dos Povos, um evento paralelo que questiona os moldes de organização da Cope 30 e os agentes financiadores, já que são os mesmos que mais degradam e poluem o meio ambiente.

O Encontro do MOQUIBOM é marcado pela batida dos tambores. Antes de iniciar os trabalhos do dia, o grupo do tambor convida os moradores daquela comunidade a se juntarem à roda e a tocarem os instrumentos. No segundo dia do Encontro, o quilombola João da Cruz conduziu os trabalhos. Ele informou que a dinâmica das atividades seria a análise das ameaças, contextos e reações dos territórios quilombolas a esses desafios sob a ótica do desenho de uma árvore. As pessoas, divididas em cinco grupos, deveriam construir a **Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM** com as seguintes orientações:

- a) Raiz: a resistência dos territórios quilombolas;
- b) Caule: violações e impactos sofridos pelas comunidades;
- c) Folhas: estratégias, planejamento e organizações futuras.

O objetivo foi oportunizar a troca de experiências e o pensar coletivo em busca de soluções para os desafios daquelas comunidades quilombolas. Na parte da tarde, a professora coordenadora do NERA da UFMA, Roberta Figueiredo, descreveu para os participantes do Encontro a metodologia adotada para a execução do TED (Termo de Execução Descentralizada), uma das etapas do processo que vai conceder o título de terras às 17 comunidades contempladas pela ação do Acampamento do MOQUIBOM junto ao INCRA, em outubro de 2024, na capital maranhense. O TED cria a oportunidade para que a universidade faça o laudo antropológico junto ao INCRA. Serão montadas quatro equipes que trabalharão de forma simultânea para fazer os levantamentos fundiário, plantas e memorial descritivo dos territórios envolvidos.

Foi apresentada uma síntese de etapas do TED:

- a. Realização do plano de trabalho na comunidade;
- b. Apresentação e aprovação dos trabalhos no território;
- c. Trabalho de campo;

d. Apresentação do resultado para aprovação junto às comunidades e ao INCRA;

e. Elaboração de materiais didáticos a partir da história dos territórios.

Foi também apresentada a lista dos territórios que serão atendidos pelo TED: Matões, Tanque da Rodagem, Turiaçu, São José dos Britos, Turilândia, Pindobal de Fama, Central, Boa Vista, Cedral, Engole, Santa helena, Santa luzia, Armindió, Vivo, Mirinzal, Maiabi, Cantanhede, Tambá. Pinheiro, Sudário, Pacuã, São Luis Gonzaga, Promissão Velha, Santa Inês, Cuba, Marfim, Codó, Queimadas, São Benedito dos Colocados, Parnarama, Cocalinho, Guerreiro, São João do Sotér e Brejinho.

O terceiro dia de atividades foi marcado pela apresentação da campanha de combate ao trabalho escravo, feita pela Comissão Pastoral da Terra, intitulada “De Olho Aberto Pra Não Virar Escravo”; pela votação da nova Diretoria do MOQUIBOM; e pela apresentação do Mapa das Crises do MOQUIBOM. O objetivo da apresentação do Mapa, realizada por mim, foi levantar ainda mais informações sobre os pontos desafiadores do Movimento, com a participação de mais quilombolas presentes do Encontro. Expliquei qual o meu objetivo como pesquisadora do mestrado de Comunicação da UFMA, focando na ferramenta para elaboração do Mapa das Crises Atuais do Movimento. Com o MCC construído, poderíamos partir para a construção, de maneira coletiva, de um Modelo de Iniciativas que pudesse orientar as ações do MOQUIBOM no enfrentamento dos desafios.

Antes de adentrar na apresentação do MCC elaborado durante o acampamento do MOQUIBOM, em outubro de 2024, em São Luís, fiz um breve relato do que tinha percebido ao longo de dois dias de reuniões no Encontro, principalmente em relação à dinâmica da construção das árvores pelos cinco grupos. No Quadro 1 seguem os tópicos abordados e que constam na Ata do Encontro do MOQUIBOM.

Quadro 1 - Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM

Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM			
	Raiz a resistência dos territórios quilombolas	Caule violações e impactos sofridos pelas comunidades	Folhas estratégias, planejamento e organizações futuras
Grupo 01	Luta pelo território, resistência, educação, luta pelos rios e igarapés, babaçuais, ancestralidade, anciões	agronegócio, fazendeiros, assassinatos das lideranças, soja, veneno, divisão nas comunidades, extração ilegal, acesso precários às comunidades, desmatamento, intolerância religiosa.	Fortalecimento coletivo, engajamento da juventude, formação para os jovens, formação para professores quilombolas, preservação da identidade, luta contra a violência infantil, luta pela regularização dos territórios, ensino para as crianças das histórias das comunidades
	Soberania Alimentar, território livre, ancestralidade, resistência, articulação das comunidades, educação, espiritualidade	Envenenamento, racismo estrutural, desmatamento, MATOPIBA, Linhão, violência doméstica, machismo e violência de gênero, assédio, racismo ambiental, CAR – Cadastro Ambiental Rural, omissão do INCRA E ITERMA/	Incentivo à educação popular, presença das crianças em todos os espaços, escola como projeto político quilombola, formação de jovens crianças e idosos (educação quilombola e acadêmica), fortalecimento da identidade, compartilhamento na comunidade do que é apresentado nos movimentos e encontros, compartilhamento das vitórias e conquistas do território, comunicação ancestral, educação e saúde de qualidade
Grupo 03	Trabalho de base, conscientização, educação quilombola, igualdade social, “Educação está um verdadeiro desastre	Desmatamento, veneno, genocídio cultural, capitalismo, contaminação da água em Cocalinho por 9 tipos de veneno	Trabalho de base e formação quilombola.
Grupo 04	mutirões, encontros, paralisação de tratores, festividades de padroeiros, autoproteção,	Poder público, estradas inadequadas, intimação judicial, pulverização aérea, proibição de trabalho, falta de educação quilombola, conflito interno “Tem gente	Processo de titulação dos territórios, reflexão sobre uma forma de permanência dos jovens nos territórios, formações para educadores dentro do território.

Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM			
	Raiz a resistência dos territórios quilombolas	Caule violações e impactos sofridos pelas comunidades	Folhas estratégias, planejamento e organizações futuras
	preservação das nascentes	que está na comunidade e vai contra a luta, ajudando o opressor”	
Grupo 05	educação, herança, reuniões/ Caule:	Desmatamento, poluição, ferrovia, racismo, capitalismo, poder público, perda dos jovens que saem do território	Coletividade, autodefesa, acampamentos, consulta prévia, construção de políticas públicas, titulação de terra, educação coletiva e de formação de liderança e jovens, mutirões no território.

Fonte: Ata do Encontro do MOQUIBOM, janeiro de 2025 (2025).

Em seguida, apresentei o Mapa das Crises da Contemporaneidade do MOQUIBOM construído durante o acampamento em São Luís. A apresentação durou 1h30min e teve a seguinte sequência:

- a) Apresentação da construção do Mapa das Crises do MOQUIBOM;
- b) Apresentação do resultado para a coordenação do MOQUIBOM;
- c) Momento do Encontro do Movimento Quilombola;
- d) Próxima etapa: elaboração do Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas.

Um banner ilustrando o Mapa das Crises foi impresso para melhor visualização dos mais de 150 quilombolas reunidos embaixo de uma armação de madeira com palha coberta. Outra estratégia utilizada para incentivar ainda mais a participação do público para o MCC foi a escrita em pedaços de cartolina dos tópicos revelados no Mapa das Crises do MOQUIBOM. Desta forma, tínhamos três grupos divididos nas cores amarelo, azul e coral, que traziam os tópicos de cada crise apresentada. A cada apresentação de um tópico, o grupo relacionado era chamado à frente com o pedaço de cartolina para que eles lessem e falassem sobre o tópico em questão. A dinâmica estimulou a participação da plateia, que contribuiu com exemplos na prática e validação dos tópicos desafiadores a serem enfrentados pelo MOQUIBOM. Ao final, questioneei a plateia se reconheciam os Desafios do Mapa das Crises do MOQUIBOM. Solicitei que levantassem a mão quem concordava com aquele contexto.

Por meio da observação empírica dos sujeitos, a grande maioria do grupo concordou com o conteúdo apresentado. Informei que, com a conclusão e aprovação do Mapa das Crises Contemporâneas do MOQUIBOM, iríamos seguir com a elaboração da ferramenta desenvolvida pelo grupo de pesquisa da UFMA, do curso de Comunicação. Assim, passaríamos a construir, juntamente com a coordenação, o Modelo de Iniciativas para Crises Contemporâneas (MCIC), com base nas lições aprendidas, desafios enfrentados e oportunidades identificadas ao longo das etapas anteriores destinadas à elaboração do MCC.

Naquele momento, com o Mapa das Crises aprovado, aproveitei para dialogar com o público e identificar junto aos participantes do Encontro qual era o sentido da **Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM**. Iniciei a dinâmica com as seguintes perguntas fundamentadas na apresentação dos cinco grupos realizadas durante o Encontro do MOQUIBOM. Cada grupo apresentou sua própria Árvore de Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM. Nesse momento, reuni todas as respostas e enquadrei-as, com aprovação dos quilombos do Encontro, nas três partes de uma única árvore: raiz, caule e folhas.

Quadro 2 - Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM - Raiz

Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM - Raiz	
Vocês concordam com os tópicos apresentados abaixo e que são a sustentação, ou seja, a raiz dos quilombolas do MOQUIBOM e do próprio Movimento?	
Raiz/Resistência	Ancestralidade, memória, território, coletividade e resistência fazem sentido para vocês?
Aprovação	Em seguida, questioneei se os participantes do Encontro concordavam com aquelas respostas apresentadas pelos grupos e pedi que indicassem a confirmação levantando os braços. Visivelmente, cerca de 95% dos presentes levantaram a mão e concordaram.

Fonte: Resumo da autora da pesquisa apresentado durante o Encontro do MOQUIBOM.

O sentido e a raiz do Movimento estão na presença contínua dos que vieram antes, guiando práticas, saberes, espiritualidades e modos de viver. A ancestralidade é fonte de identidade e força. Em relação à memória, a quilombola Raimunda Nonata (2024), de Cocalinho, falou:

Ela guarda histórias de luta, trajetórias de libertação, tradições culturais, e a relação com a terra. Essa memória é um instrumento de preservação da história negra que muitas vezes foi apagada ou silenciada.

Nos debates que saíram acerca do território, os quilombolas afirmaram que não é apenas um espaço físico, mas sim um lugar de pertencimento, de cultivo (material e simbólico), de espiritualidade, de tradição e de vida em comunidade. É uma extensão da identidade do povo quilombola e a base de sua autonomia. Lutar pela terra é lutar pela vida.

Depois questionei em relação ao que foi apresentado pelos grupos referentes ao caule da Árvore. Mais uma vez, reuni todas as respostas e enquadrei-as, com aprovação dos quilombos do Encontro, nas três partes de uma única árvore.

Quadro 3 - Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM/ Caule

Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM - Caule	
Vocês concordam que os tópicos apresentados abaixo são o caule/desafios enfrentados pelos quilombolas do MOQUIBOM e do próprio Movimento?	
Caule/ Ameaças	Capitalismo, veneno, racismo, MATOPIBA, portos, ferrovias, linhão, judiciário, feminicídio, patriarcado e violência de gênero.
Aprovação	Em seguida, questionei se os participantes do Encontro concordavam com aquelas respostas apresentadas pelos grupos e pedi que indicassem a confirmação levantando os braços. Visivelmente, cerca de 95% dos presentes levantaram a mão e concordaram.

Fonte: Resumo da autora da pesquisa apresentado durante o Encontro do MOQUIBOM.

Em relação aos desafios apresentados pelo caule, o Caderno de Conflitos no Campo da CPT 2024, lançado em abril de 2025, reafirma os problemas enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais. Nas páginas 24 e 25 dessa publicação, encontramos o seguinte contexto:

No Brasil, o avanço do capitalismo neoliberal, em conluio com o Estado, tem operado como veneno sistêmico para os povos quilombolas, especialmente na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Essa fronteira agrícola, impulsionada pelo agronegócio e seus projetos de expansão — como portos, ferrovias e o linhão de transmissão de energia — representa uma nova forma de colonialismo interno. (CPT, 2024).

Por meio da fala dos quilombolas e do que apresenta a publicação, que é referência nacional e internacional para pesquisadores e governos estaduais e municipais, essas obras vendidas como progresso violam territórios tradicionais, pois ameaçam a soberania alimentar, os modos de vida ancestrais e o próprio direito à terra. O judiciário, muitas vezes, age como aliado do capital, negando ou retardando titulações e ignorando denúncias de violência. Para o agente da CPT/MA, Raniere Roseira (2024):

Essa violência, porém, não é apenas territorial: é também racial, de gênero e estrutural. O racismo ambiental afeta diretamente quilombolas, que sofrem

com contaminação de rios, expulsão de territórios e falta de políticas públicas. Mulheres quilombolas, por sua vez, enfrentam o peso do patriarcado, tanto dentro quanto fora de suas comunidades, sendo vítimas frequentes de violência de gênero e feminicídio – muitas vezes silenciados pelo sistema.

É uma afirmação que destaca que a violência vivida por determinados grupos não se limita à disputa por espaço físico (territorial), mas se manifesta de maneira mais ampla e complexa. Ela é racial, ao atingir de forma desproporcional pessoas negras e indígenas; de gênero, ao afetar especialmente mulheres e pessoas LGBTQIAPN+; e estrutural, ao estar enraizada nas instituições, leis e normas sociais que perpetuam desigualdades históricas.

Diante desse quadro, que tipo de esperança os quilombolas podem ter? Foi a minha próxima pergunta com fins de provocação. Gostaria de saber se o que apareceu nos grupos, como se fossem as folhas das árvores, fazia sentido para eles. Reuni novamente as respostas dos cinco grupos, neste caso referente às folhas, em uma única e questionei se concordavam.

Quadro 4 - Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM/ Folhas

Árvore dos Desafios e Esperanças dos Quilombolas do MOQUIBOM – Folhas	
Vocês concordam com os tópicos apresentados abaixo nas folhas, o esperança, se são enfrentados pelos quilombolas do MOQUIBOM e do próprio Movimento?	
Folhas Esperança	articulação, trabalho de base, TEIA, enfrentamento do trabalho escravo, PPPQ, protocolo de consulta livre informada, titulação dos territórios, fortalecimentos dos terreiros e ancestralidade.
Aprovação	Em seguida, questionei se os participantes do Encontro concordavam com aquelas respostas apresentadas pelos grupos e e pedi que indicassem a confirmação levantando os braços. Visivelmente, cerca de 95% dos presentes levantaram a mão e concordaram.

Fonte: Resumo da autora da pesquisa apresentado durante o Encontro do MOQUIBOM.

A palavra foi solicitada por outro agente comunitário da Comissão Pastoral da Terra, o indígena Kuntun Akvroá Gamella (2024), que enfatizou:

Ontem fizemos um trabalho importante que sustenta as nossas raízes. A raiz está ligada a um lugar. A uma conexão que faz a árvore crescer. Então, uma árvore que cresce ela vai ser atingida pelo vento, mas ele vai ter os frutos. E eu creio que semente boa, vem de árvore boa. E escutando ontem, eu creio que o MOQUIBOM nasce de muito tempo, uma fonte milenar.

A experiência do MOQUIBOM é um processo recente de reconfiguração das práticas políticas no país, sobre o qual Borba (2011, p. 16) destaca: “associações civis, movimentos sociais e ONGs são atores que têm buscado legitimidade na representação

de interesses e demandas perante o Estado”. O cientista político da Universidade Federal de Santa Catarina refere-se às duas últimas décadas, que têm se constituído em campo fértil de criação de instituições participativas no Brasil. Todos estão assentados na ideia de participação por meio de novas práticas e atores no campo da representação política. É o caminho da soberania popular como elemento essencial da democracia.

O MOQUIBOM foca no fortalecimento do campo comunicacional, por meio de pessoas engajadas e mobilizadas a travar lutas e conquistar direitos renegados ao longo do tempo.

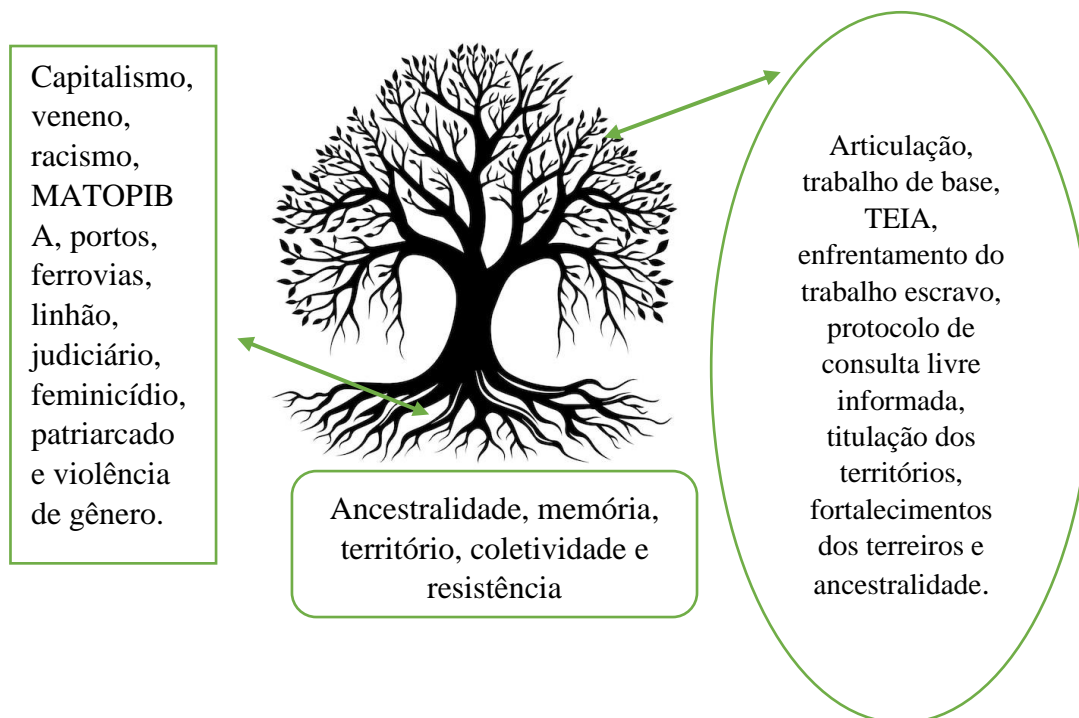
5.3 Conectando teoria, sujeitos e prática

Expliquei aos participantes do Encontro, naquele momento, que o retorno deles acerca do que representaria a raiz, o caule e as folhas de uma árvore para o MOQUIBOM seria importante para compreender qual o sentido da luta para o Movimento e para aqueles que o integram. Compreender o sentido do MOQUIBOM é importante para a elaboração do Modelo de Iniciativas Contemporâneas, próxima etapa do trabalho de pesquisa.

O exercício da construção da Árvore dos Desafios e o Esperançar dos Quilombolas do MOQUIBOM dialoga com a próxima etapa da pesquisa, a elaboração do MCIC (Modelo de Criação da Iniciativa das Crises Contemporâneas). O MCIC descreve a forma como os sentidos são organizados e funciona como uma ferramenta que conecta pessoas e ações para instituir um processo de vinculação social, servindo a iniciativas e organizações de qualquer tipo.

O que vimos na construção da Árvore dos Desafios e o Esperançar dos Quilombolas do MOQUIBOM é a importância da essência do ser para os quilombolas, que está profundamente interligada à preservação da identidade, da memória ancestral e do direito à existência plena enquanto povo tradicional. Tudo isso é sentido para o MOQUIBOM e que se conecta à ferramenta MCIC, explicada detalhadamente no próximo capítulo.

Figura 3 - Árvore dos Desafios e o Esperançar dos Quilombolas do MOQUIBOM



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A essência do ser quilombola dialoga também com a teoria de Sodré, pois   a comunica o concretizada pelo comum das intera oes físicas, emocionais e simbólicas, os rituais, os afetos e as práticas culturais cotidianas que fazem a comunidade quilombola funcionar.   esse vínculo social que sustenta a continuidade da luta por território, dignidade e reconhecimento.   por esse fazer, de maneira organizada, que os quilombolas preservam modos de vida, saberes, práticas agrícolas, tradi oes religiosas e afetos. Seguir com essa comunica o vinculante   defender a própria espiritualidade,   renovar o sentido de pertencimento e a coragem para resistir. O ser quilombola  , antes de tudo, um ser de essência.

Conforme Muniz Sodré (2014, p. 123), na obra *Ciência do Comum*, a “coletividade [  vista] como um espaço de resistência às formas hegemônicas de poder”. Os quilombolas constroem formas próprias de organiza o, linguagem, saberes e circula o de sentidos que desafiam ou escapam das imposi oes do poder dominante (seja ele econômico, político ou midiático). Percebe-se no MOQUIBOM uma necessidade de avançar nas estratégias de luta, como a proposta de implementar a autogestão financeira, mas com uma visão ligada   comunidade, na qual a comunica o   vivida no corpo social, atravessada por memórias coletivas e práticas partilhadas.

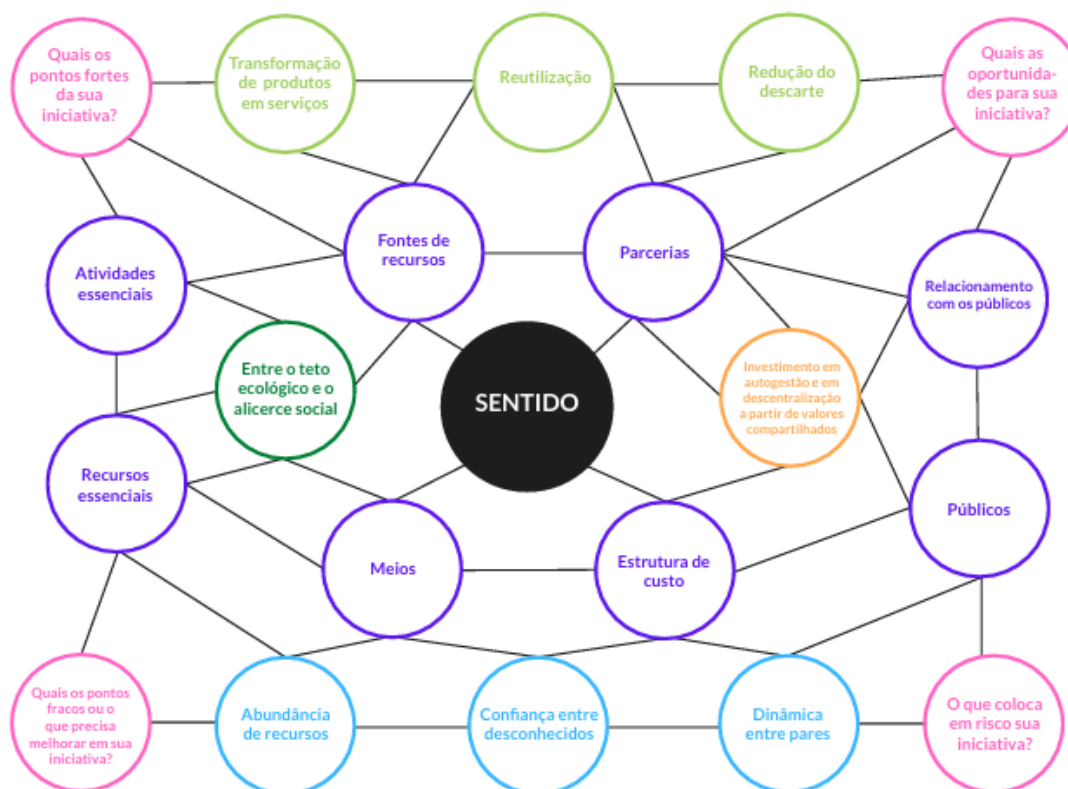
5.4 Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas (MCIC) do MOQUIBOM

A pesquisa chega nesta etapa com o desafio de elaborar o MCIC (Modelo de Criação da Iniciativa das Crises Contemporâneas), que é uma resposta ao MCC (Mapa das Crises Contemporâneas). Essa resposta é o próprio modelo de planejamento do Movimento Quilombola do Maranhão a partir do nível de concepção da organização, visando também à sustentação financeira dos projetos do MOQUIBOM. O MCIC, desenvolvido pelo grupo de pesquisa de Comunicação da UFMA, é uma ferramenta que tem o objetivo de auxiliar na solução de diferentes problemas por meio da criação de iniciativas em um cenário de mudanças constantes e pelo qual passa uma organização, instituição, associação e, até mesmo, pessoas.

O Modelo auxilia na identificação dos públicos envolvidos, como são alcançados, quais recursos podem ser gerados e quais devem ser investidos, quais as atividades fundamentais para que a iniciativa funcione, os custos que a operação gera, entre outros elementos, ou seja, permite planejar a criação de sentido de uma iniciativa. (Bezerra; Rocha, 2022).

São 21 elementos que formam a rede do MCIC, os quais se conectam sem hierarquia. Todos eles apresentam diretrizes indispensáveis para se colocar em prática uma iniciativa que se compromete em não incentivar (pela ação ou negligência) nenhuma das áreas identificadas no Mapa das Crises. O sentido é o centro do Modelo, porque representa aquilo que se pretende entregar, ou um produto ou um serviço, ou uma ideia intangível. A estrutura do MCIC abaixo está ilustrado na Figura 4 e se divide em quatro cores: roxa, rosa, verde e laranja.

Figura 4 - Modelo de Criação da Iniciativa das Crises Contemporâneas



Fonte: Livro Modelo de Criação da Iniciativa das Crises Contemporâneas.

O foco do MCIC é o SENTIDO que forma uma rede de cores com significados para cada uma. A cor roxa traz elementos que envolvem a identificação dos públicos, meios de relacionamento com esse público e parceiros. Esse campo também contempla as fontes de recursos, essenciais para a autogestão financeira da instituição, pois dialoga estreitamente com o novo momento do MOQUIBOM. Identificar as fontes de recursos financeiras (receita própria, financiamentos, doações, verbas governamentais, parceria e convênio), fontes não financeiras (voluntariado, assessorias, serviços de apoio) e gestão administrativa (planejamento estratégico, gestão financeira e contábil, recursos humanos e gestão de infraestrutura e tecnologia) são ações que estruturam a autogestão do Movimento.

Na estrutura em rede do MCIC, na cor rosa, vamos encontrar os elementos que fazem análise dos pontos fortes, fracos e riscos do Movimento Quilombola do Maranhão. A análise é importante, pois oportuniza clareza sobre o cenário atual, base para a tomada de decisões estratégicas, ajuda na antecipação de riscos, estímulo ao autoconhecimento e reflexão, além de promoção do alinhamento dos projetos e ações da instituição.

Na cor verde, o MCIC apresenta o comprometimento e a responsabilidade com o meio ambiente. A transformação de produtos em serviços, a reutilização, o equilíbrio entre o teto ecológico e o alicerce social, e a redução do descarte são estratégias fundamentais para promover a sustentabilidade e a eficiência em instituições. O MOQUIBOM traz em sua essência a relação de respeito e harmonia com o meio ambiente. Ao trabalhar em sua organização administrativa, fortalece a **preservação dos recursos naturais**, garantindo que recursos como água, ar e solo estejam disponíveis para as futuras gerações.

Ao se referir à autogestão, o MCIC trabalha o conceito de que os próprios membros do Movimento (trabalhadores, participantes ou usuários) gerem coletivamente as atividades, sem uma hierarquia rígida de comando, enquanto a descentralização é a distribuição para a tomada de decisão entre diferentes níveis ou setores do MOQUIBOM, pois reduz a centralização em uma única liderança ou instância administrativa. Logo, “Esse é o caminho para o reconhecimento e a vivência da diversidade e da alteridade. O comprometimento das pessoas é resultado do seu envolvimento com o sentido da iniciativa” (Bezerra; Rocha, 2022, p. 49).

Para uma melhor visualização, apresentam-se abaixo os tópicos que formam os sentidos do MCIC:

Na cor roxa:

- 1) Públicos: quem a iniciativa pretende alcançar;
- 2) Meios: intermediário pelo qual a iniciativa oferece seu produto ou serviço e se relaciona com os públicos;
- 3) Relacionamento com os públicos: tipos de relação que a iniciativa pretende ter com seus públicos;
- 4) Fontes de recursos: o que a iniciativa pode gerar a partir da oferta do seu produto/serviço;
- 5) Recursos essenciais: materiais indispensáveis para que a iniciativa funcione;
- 6) Atividades essenciais: ações indispensáveis para que a organização funcione;
- 7) Parcerias: atores externos à iniciativa, acionados para aumentar a segurança e otimizar o seu funcionamento;
- 8) Estrutura de custo: todas as despesas envolvidas na operacionalização da iniciativa.

Na cor Rosa:

- 1) Quais os pontos fracos que precisam ser melhorados em sua iniciativa?
- 2) O que coloca em risco a sua iniciativa?
- 3) Quais os pontos fortes de sua iniciativa?
- 4) Quais as oportunidades para a sua iniciativa?

Na cor verde claro:

- 1) Transformação de produtos em serviços;
- 2) Reutilização;
- 3) Redução do descarte.

Na cor verde escuro:

- 1) Entre o teto ecológico e o alicerce social

Na cor laranja:

- 1) Investimento em autogestão;
- 2) Investimento em valores compartilhados;
- 3) Descentralização a partir dos valores.

Na cor azul:

- 1) Confiança entre os desconhecidos;
- 2) Abundância de recursos;
- 3) Dinâmica entre pares.

Os desafios dos quilombolas do MOQUIBOM estão descritos no Mapa das Crises e o caminho apontado por meio do MCIC é pensar, juntamente com o MOQUIBOM, um modelo de planejamento a partir do nível de concepção da organização. Esse novo momento vivenciado pelos quilombolas é o motor para a criação de uma organização social. A criação da Associação reorganiza as mais diferentes práticas sociais encontradas pelos integrantes do MOQUIBOM, desde as ligadas ao comércio e ao trabalho até aquelas relacionadas às possibilidades dos vínculos humanos e sociais.

O momento requer um novo olhar e novas funcionalidades, colocando a história de luta do Movimento Quilombola do Maranhão em planejamento, de modo a garantir ainda mais autonomia financeira para a instituição.

5.5 Elaborando o MCIC Para o MOQUIBOM

Qualquer proposta para o MOQUIBOM passa pelo fator confiança. Nos dois momentos em que estive presente para aplicação da pesquisa - Acampamento em São Luís e no Encontro na Baixada Maranhense -, percebi o fazer organizativo do MOQUIBOM na contextualização dos estudos do pesquisador Muniz Sodré. É um fazer que se expressa no toque do tambor, nos diálogos, na luta pelo território, na conservação ambiental, na memória da ancestralidade, entre outras ações praticadas que reafirmam a identidade dos quilombolas como comunidade ancestral. A maneira como se comunicam vai além da troca de informações, pois os quilombolas sustentam o laço social.

Para Sodré (2014), a comunicação verdadeira tem essa dimensão fundadora: ela produz e mantém um espaço comum, e não apenas conecta indivíduos de forma instrumental. É a comunicação para além da informação (dados, notícias, conteúdos), ou seja, é uma questão de organização social: ela instaura o comum, porque é um fazer organizativo, a partir dos elementos que fazem SENTIDO para o MOQUIBOM.

Importante analisar os pontos destacados ao longo da pesquisa realizada junto aos integrantes do MOQUIBOM, presentes no Encontro. Os quilombolas reafirmam a sua cultura por meio da ancestralidade, história e meio ambiente. Eles apontam que a construção do MCIC para a Movimento passa pelo:

- 1) Comprometimento com a sua cultura, quando sugerem que o planejamento de suas ações deve ser produzido a partir do chão do seu território, considerando a ancestralidade, memória, território, coletividade e resistência, que fazem sentido para os quilombolas do Movimento (a raiz da árvore);

- 2) Com a visibilidade de sua história quando enfatizam a necessidade de qualificação técnica de pessoas do próprio território, como os condutores dessas ações, gerando credibilidade e reconhecimento;

- 3) A memória de seu modo de vida tradicional, que orienta os modelos de plantio, de comercialização dos seus produtos e de sua relação respeitosa com o meio ambiente. Reafirma-se o afastamento de qualquer iniciativa que envolva o fortalecimento do capitalismo, do uso do agrotóxico, do racismo, do MATOPIBA, da construção de portos, ferrovias, linha, judiciário, feminicídio, patriarcado e violência de gênero (Caule da Árvore);

- 4) A prática de uma Comunicação de afeto, baseada no respeito mútuo, na escuta ativa, no reconhecimento das lutas históricas e das memórias coletivas, exercitando

não somente a escrita e falas, mas também as ações de conservação e disseminação dos saberes ancestrais. Significa assim elaborar a informação e disseminar o conhecimento, a partir das próprias fontes do quilombo.

5) É a articulação, trabalho de base, titulação dos territórios, luta contra o uso do agrotóxico, enfrentamento do trabalho escravo, fortalecimentos dos terreiros e ancestralidade. (Folhas das árvores).

O MCIC servirá como base para a elaboração do modelo de planejamento do Movimento Quilombola do Maranhão. As iniciativas têm que ser inovadoras, sustentáveis e relevantes, considerando os contextos socioculturais, tecnológicos, econômicos e ambientais contemporâneos.

Em março, ao retornar do Encontro, a nova coordenação do MOQUIBOM esteve em São Luís para reuniões junto à Comissão Pastoral da Terra, sob a condução de uma nova coordenação. Naquela atividade, aproveitei para, mais uma vez, dialogar com a coordenação e juntos analisamos a estrutura do MCIC para fins de elaboração de um planejamento organizacional. Expliquei para eles sobre a atuação na solução de diferentes problemas por meio da criação de iniciativas em um cenário de mudanças constantes, a partir da conexão entre elementos que existem em uma rede distribuída. O Modelo auxilia na identificação dos públicos envolvidos, como são alcançados, os recursos que podem ser gerados e onde devem ser investidos, as atividades fundamentais para que a iniciativa funcione, os custos que a operação gera, entre outros elementos. É preciso planejar a criação de sentido de uma iniciativa.

Abaixo, na Figura 5, segue o Modelo da Iniciativa das Crises Contemporâneas.

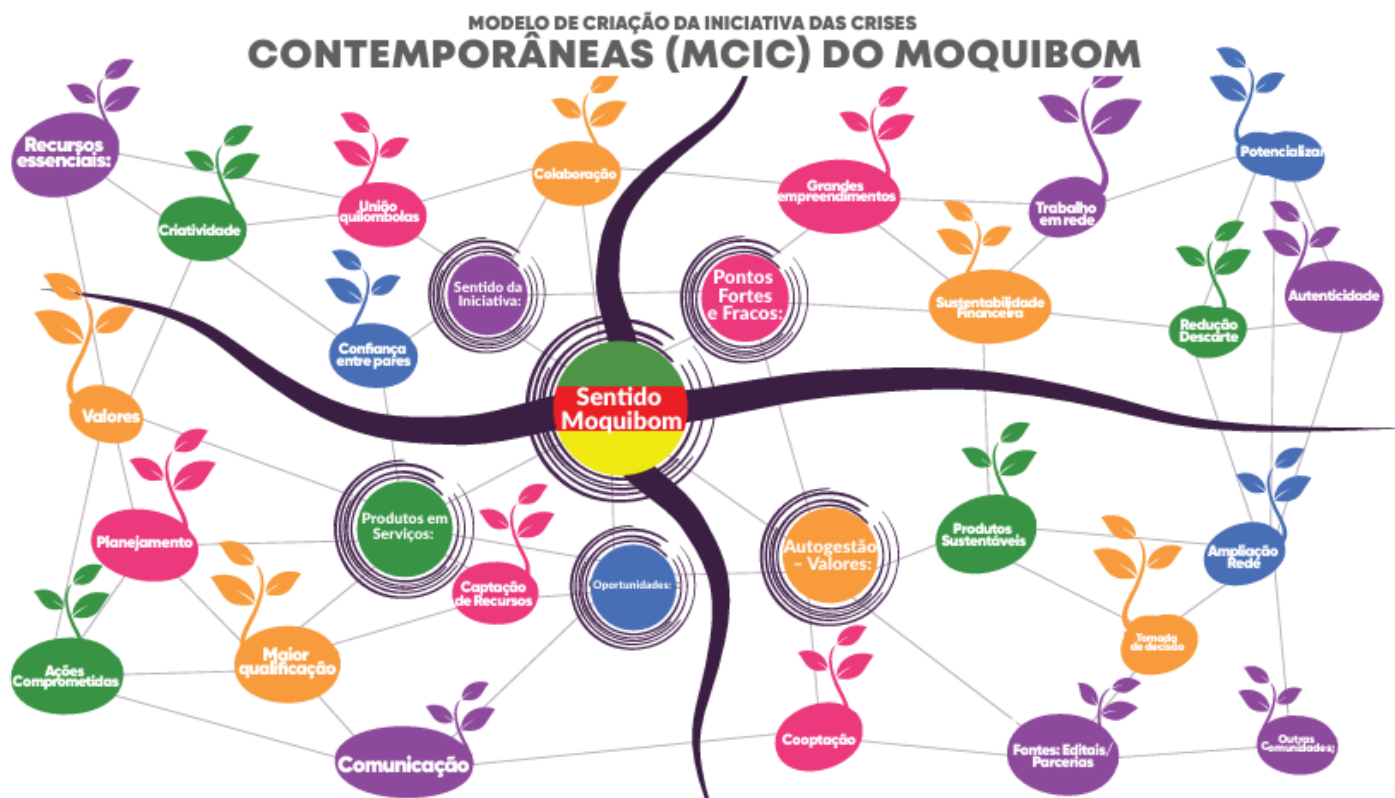


Figura 5 - Modelo da Iniciativa das Crises Contemporâneas do MOQUIBOM

Fonte: autora da pesquisa (2025).

Para melhor visualização, descrevemos o preenchimento do MICC no Quadro 5, abaixo:

Quadro 5 - Preenchimento do MICC

Na cor roxa: sentido da iniciativa	
Público que o MOQUIBOM pretende alcançar	Outras comunidades quilombolas; movimentos sociais, financiadores estrangeiros, universidades.
Relacionamento com o Público:	Essencial manter o fortalecimento, a autenticidade e independência política do Movimento.
Meios - iniciativa oferece seu produto ou serviço e se relaciona com os públicos;	Missões do Movimento nos territórios, incidência política por meio das ocupações e acampamentos, Realização do Encontro do MOQUIBOM, Coletivos de Comunicação Alternativa e Pesquisadores universidades; Mídias Tradicionais e Redes Sociais Digitais.
Fontes de recursos	Participação em editais para captação de recursos; Parcerias ONGs nacionais e internacionais;
Recursos essenciais	Materiais indispensáveis para que a iniciativa funcione: manutenção da casa (água, luz, conta de telefone e internet), coordenação (12), alimentação, deslocamentos, aquisição de equipamentos e salários da coordenação

Atividades essenciais	Qualificação para a coordenação – Captação de Recursos/ Gerenciamento Projetos/ Oficinas de Comunicação Missões nos Territórios Quilombolas Encontrão Anual MOQUIBOM Participação em atividades dos parceiros como o lançamento do Caderno de Conflitos do Maranhão
Parcerias	Atores externos à iniciativa acionados para aumentar a segurança e otimizar seu funcionamento;
Estrutura de custo	Todas as despesas envolvidas na operacionalização da iniciativa.
Na cor Rosa:	
Quais os pontos fracos que precisam melhorar em sua iniciativa	Organização dos procedimentos internos do MOQUIBOM: planejamento das ações, prazos a serem cumpridos, elaboração de projetos para a captação de recursos, prestação de contas.
O que coloca em risco sua iniciativa	As ameaças vindas dos grandes empreendimentos devido à oferta de facilidade financeira junto aos projetos da instituição.
Quais as oportunidades	Potencialização da captação de recursos por meio dos editais, elaboração de produtos com a marca MOQUIBOM.
Quais os pontos fortes de sua iniciativa	União dos quilombolas, reconhecimento por parte dos outros movimentos na luta.
Na cor Laranja: investimento em autogestão em descentralização a partir dos valores	
Investimento em Autogestão	Aplicação de recursos (tempo, dinheiro, capacitação) para que grupos ou indivíduos possam gerir a si mesmos sem depender de chefias ou estruturas centralizadas.
Investimento em Descentralização	Fortalecimento de estruturas distribuídas, nas quais o poder de decisão e execução não fica concentrado em uma única entidade.
Partilha de Valores	Ética, transparência, colaboração, justiça, sustentabilidade.
Na cor verde:	
Transformação de produtos em serviços	Trabalhar o que as ações e produtos do MOQUIBOM proporcionam
Reutilização	Com fins de contribuir com o meio ambiente em termos de redução de resíduos, economia de recursos naturais, estímulo à criatividade
Redução do descarte.	Evitar desperdício, prolongar a vida útil dos produtos, redução das embalagens e materiais descartáveis
Na cor azul	
Confiança entre os desconhecidos	A ideia de que duas (ou mais) pessoas que não se conhecem pessoalmente conseguem, mesmo assim, acreditar que a outra vai agir de forma honesta, justa ou previsível em determinada situação.
Abundância de recursos	Significa que há uma grande quantidade de recursos disponíveis, ou seja, recursos que são amplos,

	suficientes ou até excedentes para atender às necessidades de uma pessoa, grupo, sociedade ou sistema.
Dinâmica entre pares	A interação, relação ou funcionamento entre pessoas ou elementos que estão no mesmo nível hierárquico ou de status.

Fonte: autora da pesquisa (2025)

Pelos caminhos percorridos até aqui na pesquisa, percebe-se que há elementos suficientes, por meio da Dinâmica da Árvore e das respostas à estrutura do Modelo de Iniciativas das Crises Contemporâneas, que definem as ações que dão sentido ao MOQUIBOM. De acordo com Bezerra e Rocha (2022, p. 45), “O sentido é o centro do Modelo, por que representa aquilo que se pretende entregar, um produto, serviço, uma ideia intangível”.

As informações coletadas até aqui apontam que, com a nova etapa vivenciada pelo Movimento, com a criação da personalidade jurídica, é preciso organizar os quilombolas e o próprio Movimento a partir de seu conjunto de valores, crenças, normas, comportamentos. O objetivo é que possam caminhar para uma autogestão eficiente.

Os dados levantados e a troca de percepções com os quilombolas e a coordenação do MOQUIBOM, por meio do MCC e do MCIC, levam à proposição de um Modelo de Planejamento do Movimento Quilombola do Maranhão a partir do nível da concepção da organização, o que poderia ser considerado o próprio produto/resultado deste trabalho de pesquisa. Na primeira reunião com a coordenação do MOQUIBOM, em março de 2025, os coordenadores se posicionaram sobre a necessidade desse novo momento de o Movimento ser amplamente divulgado entre as comunidades que integram a instituição, com foco na captação de recursos por meio de projetos.

Para o recém-eleito coordenador do Movimento e comunicador popular, Ronilson Monteiro (2024):

Temos as Missões do MOQUIBOM nos territórios das comunidades do Movimento. São momentos de debates, qualificação e fortalecimento dessas pessoas diante da luta. Acredito que seja importante apresentarmos para essas pessoas de forma sistemática como estamos organizados e como caminharemos em busca dessa autogestão, que nesse primeiro momento acredito que passe pela captação de recursos por meio da aprovação de projetos junto as instituições financiadoras que dialoguem com os nossos sentidos.

Por todas as informações levantadas e apresentadas, tanto no MCC quanto no MCIC, além dos encaminhamentos da última reunião com a coordenação do MOQUIBOM, é preciso, em um primeiro momento, elaborar e apresentar o Planejamento

Organizacional do Movimento para os próprios quilombolas. Nesta etapa, conseguimos mapear os elementos do Modelo de Planejamento do Movimento Quilombola do Maranhão, o que proporciona condições para a coordenação pensar, também a partir do MCIC, os produtos que podem ser desenvolvidos e comercializados dentro do que apontou o Modelo das Iniciativas.

Neste momento, vamos focar na elaboração do Planejamento Organizacional do MOQUIBOM e nas estratégias para a sua divulgação por meio das Missões do Movimento, levando em consideração ferramentas do MCIC, como: quais as fontes de receita a serem utilizadas nesta missão? Quais os públicos específicos levantados pelo MCIC? Quais as parcerias para a efetivação das missões? Quais os recursos e atividades necessárias? Como vão funcionar essas missões?

É fato que, para a coordenação do MOQUIBOM, a qualificação dos próprios quilombolas acerca do planejamento para fins de captação de recursos é o caminho inicial para uma autogestão financeira do Movimento.

6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MOQUIBOM

Em uma reunião realizada no mês de maio junto aos representantes do Movimento Quilombola do Maranhão, foi possível apresentar os elementos que compõem o MCIC (Modelo de Criação da Iniciativa das Crises Contemporâneas). A coordenação do Movimento aprovou o MCIC e posicionou a importância de desenvolver um Plano de Ação com tópicos específicos e considerados estratégicos para o Movimento. Abaixo no Quadro 6, seguem os elementos indicados por eles:

Na cor roxa: sentido da iniciativa	
Meios - iniciativa oferece seu produto ou serviço e se relaciona com os públicos;	Missões do Movimento nos territórios, incidência política por meio das ocupações e acampamentos;
Na cor vinho: coletivos de Comunicação Alternativa e Pesquisadores: Mídias Tradicionais e Redes Sociais Digitais	
Visibilidade e protagonismo	Coletivos de Comunicação Alternativa e Pesquisadores: Mídias Tradicionais e Redes Sociais Digitais.
Na cor rosa: potencializar acesso aos mercados	
Quais as oportunidades	Potencializar a captação de recursos por meio dos editais, elaboração de produtos com a marca MOQUIBOM
Na cor laranja: investimento em autogestão em descentralização a partir dos valores	
Investimento em Autogestão	Aplicar recursos (tempo, dinheiro, capacitação) para que grupos ou indivíduos possam gerir a si mesmos sem depender de chefias ou estruturas centralizadas.
Na cor verde: conservação ambiental	
Reutilização – ficou alinhado, primeiramente, o trabalho com campanhas educativas sobre o assunto para então repassar à prática. Item incluído no eixo Comunicação.	Com fins de contribuir com o meio ambiente em termos de redução de resíduos, economia de recursos naturais, estímulo à criatividade
Na cor azul	
Confiança entre os desconhecidos. Incluído no item Contextualização.	A ideia de que duas (ou mais) pessoas que não se conhecem pessoalmente conseguem, mesmo assim, acreditar que a outra vai agir de forma honesta, justa ou previsível em determinada situação.

Fonte: autora da pesquisa

Mediante a indicação da coordenação do MOQUIBOM, sugerimos o Plano de Ação, que é fundamental para a execução eficaz do Planejamento Estratégico, pois é ele que transforma as diretrizes, metas e objetivos definidos de forma estratégica em ações concretas, organizadas e monitoráveis. Neste sentido, nosso produto incorpora o Plano de Ação do Planejamento Estratégico do MOQUIBOM.

O Plano de Ação é o elo entre o planejamento e a realização. Sem ele, o planejamento estratégico corre o risco de ficar apenas no papel, sem impacto real na prática organizacional. Importante ressaltar que o planejamento, neste caso que nos referimos, é pautado pela essência do educador e pesquisador Paulo Freire (1996), que afirmou o seguinte em *Pedagogia da Alternância*: “planejar é um ato político. É preciso que o planejamento esteja vinculado aos interesses reais da comunidade, e que seja construído com ela, e não para ela”. Freire (1996) destaca que o planejamento, quando comunitário, deve ser participativo, respeitando a autonomia e o protagonismo das pessoas envolvidas.

A principal ferramenta do Plano de Ação do Movimento Quilombola do Maranhão, construído a partir do Modelo de Criação das Iniciativas Contemporâneas, corresponde à realização das missões do MOQUIBOM intituladas “Vozes Quilombolas: Missões por Território e Autonomia”. É importante enfatizar que a essência desse trabalho é a interatividade quilombola. Sobre isso, Bispo (2015, p. 33) ressalta: “participar não é apenas estar presente, é ser sujeito da própria história. É sair do papel de espectador e ocupar os espaços de decisão, de reivindicação, de construção e realização dos seus sonhos”.

As missões do MOQUIBOM devem seguir de acordo com a maneira de sua atuação e ir ao encontro do que defende Negro Bispo: deve ser um convite à emancipação. As missões devem traduzir a essência da cidadania ativa e crítica, da democracia participativa e da luta por justiça social. Os facilitadores das missões serão indicados pela coordenação com o seguinte perfil e capacitação no Quadro 6:

Na cor roxa: sentido da iniciativa/contextualização

Abordagem sobre a organização política, social e cultural das comunidades quilombolas, por meio de missões territoriais com escuta ativa, formação, articulação e mobilização. Neste eixo, o objetivo principal das missões será abordado com a explicação do MCIC e do Plano de Ação, resultantes das especificações solicitadas pela Coordenação, que serão abordados nos eixos: Gestão Colaborativa, Acesso aos Mercados e Comunicação.

Na cor vinho: Comunicação: coletivos de Comunicação Alternativa e Pesquisadores: Mídias Tradicionais e Redes Sociais Digitais

Os participantes reconhecem a comunicação como ferramenta de valorização da cultura, história e identidade quilombola. A produção de conteúdos deve expressar a realidade e as tradições dos territórios.

Na cor rosa: potencializar acesso aos mercados

Fortalecer as estratégias de comercialização de produtos e serviços das comunidades quilombolas, promovendo a geração de renda com identidade cultural e respeito aos modos de vida tradicionais.

Na cor laranja: investimento em autogestão em descentralização a partir dos valores

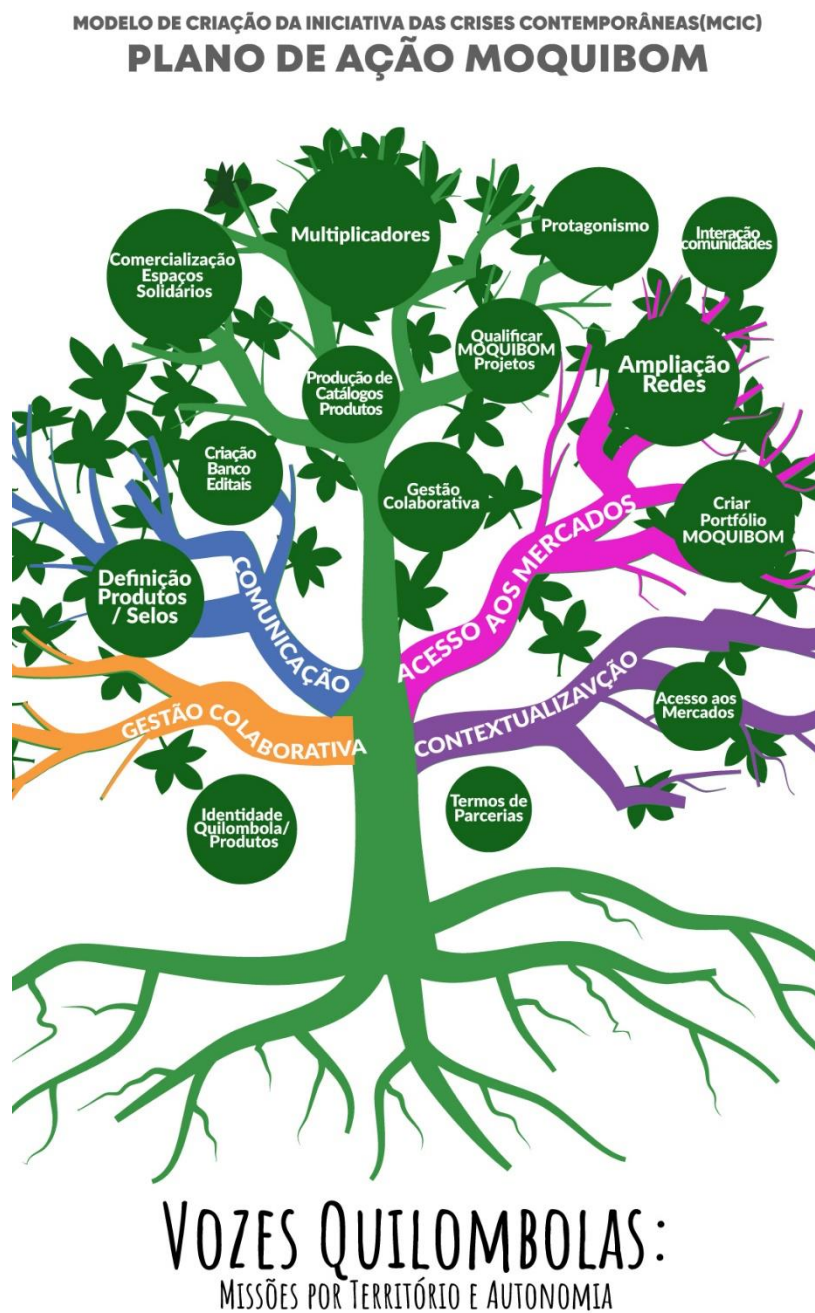
Fortalecer a capacidade de organização interna dos territórios quilombolas, promovendo práticas de gestão colaborativa, tomada de decisão coletiva e construção de instrumentos de autogestão. Tem foco no diálogo, no saber coletivo, na participação ativa de todas as pessoas envolvidas e no respeito às formas próprias de vida, cultura e organização desses povos. Neste eixo, é importante desenvolver a capacidade das comunidades quilombolas de participarem dos editais para captação de recursos.

Ao longo da reunião junto à coordenação do MOQUIBOM, ficou alinhado também que as missões deverão ter os seguintes princípios: escuta com respeito às tradições; protagonismo das lideranças locais; participação da juventude e das mulheres; valorização da identidade quilombola e do diálogo com os saberes da ancestralidade.

A coordenação do MOQUIBOM informou que a primeira Missão poderia começar pelo quilombo São Benedito dos Colocados, em Codó. São cerca de 72 famílias que a Fundação Palmares já reconheceu como sendo remanescentes de quilombo. A área, habitada, plantada e preservada pela comunidade tradicional, é alvo dos interesses de grupos econômicos instalados na região, que têm promovido desmatamentos com uso de tratores e outras máquinas pesadas. A ação tem o aval da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) e a inércia do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma). Após a experiência junto ao quilombo dos Colocados, um cronograma será organizado para contemplar as outras comunidades.

Por todo o caminho percorrido que envolve escuta ativa e construção coletiva entre os integrantes do MOQUIBOM e pesquisadores, após reunião de retorno de apresentação do MCIC ao Movimento, chegamos à conclusão de que o produto a ser idealizado para além do planejamento estratégico e utilizado metodologicamente para fins de compreensão e visualização dos quilombolas é o Plano de Ação, o qual é apresentado em forma de Árvore, conforme figura abaixo: (Figura 06).

Figura 06: Plano de Ação MOQUIBOM



Fonte: autora da pesquisa

6.1 Cronograma das missões do MOQUIBOM

Essencial alinhar o calendário às realidades dos territórios, às agendas das lideranças e às metas do planejamento estratégico. A proposta inicial passa pelo

levantamento de informações básicas dos territórios para definição de prioridades, logística, metodologia e agenda da missão.

Ação	Responsáveis	Prazo	Recursos Necessários
Atualização do mapeamento dos territórios e lideranças	Coordenação Geral do MOQUIBOM	15 dias antes da missão	Banco de dados, contatos
Identificação de demandas prioritárias das comunidades	Comissão de Mobilização	Junto ao mapeamento	Relatórios anteriores, escutas

- **Planejamento da missão**

Objetivo: Definir logística, metodologia e agenda da missão.

Ação	Responsáveis	Prazo	Recursos Necessários
Definição de equipe da missão (lideranças, juventude, mulheres, aliados/as)	Coordenação + Comissão de Formação	10 dias antes da missão	Lista de colaboradores/as
Elaboração de roteiro metodológico participativo	Comissão Pedagógica	7 dias antes da missão	Material educativo
Organização logística (transporte, alimentação, hospedagem solidária)	Secretaria Executiva + Território anfitrião	5 dias antes	Transporte, recursos financeiros

- **Execução da missão**

Objetivo: Realizar visita com escuta, articulação política e ações formativas.

Ação	Responsáveis	Período da Missão	Recursos Necessários
Realização de roda de conversa com lideranças locais Eixo Contextualização	Toda equipe	Dia 1	Espaço, material
Aplicação de oficina de formação Eixos Gestão Colaborativa e acesso ao mercado	Comissão Formação	de Dia 2	Cartilhas, banner, dinâmicas
Aplicação de oficina de formação Eixo Comunicação	Comissão Formação	de Dia 03	Cartilhas, banner, dinâmicas
Levantamento de compromissos políticos com o território	Equipe articulação política	de Ao final da missão	Caderno de registros

- **Avaliação e sistematização**

Objetivo: Garantir o retorno à base e aperfeiçoamento das missões.

Ação	Responsáveis	Prazo	Recursos Necessários
Avaliação interna com a equipe da missão	Coordenação do MOQUIBOM Representantes Territórios	2 dias após missão	Ficha de avaliação
Sistematização do relatório da missão (texto, fotos, principais demandas)	Comunicação + Secretaria Executiva Grupos de Trabalho	5 dias após missão	Equipamentos, modelos prontos
Compartilhamento do relatório com comunidade visitada	Coordenação do MOQUIBOM Representantes Territórios	Até 10 dias após	WhatsApp, e-mail, impresso

- **Resultados esperados**

Objetivo: Garantir que as demandas resultem em ação concreta.

Eixo	Responsáveis	Prazo	Resultados Esperados
Contextualização	Coordenação MOQUIBOM	6 meses a um ano	<p>Interação e participação das comunidades envolvidas por meio da liderança, com foco na ampliação de seus recursos financeiros.</p> <p>Ampliação da rede para firmar alianças com universidades, movimentos sociais, ONGs e órgãos públicos que agreguem legitimidade e apoio técnico.</p> <p>Utilização de cartas de apoio, termos de parceria e redes de articulação como diferencial competitivo.</p>

Eixo	Responsáveis	Prazo	Resultados Esperados
Comunicação	Grupo de Trabalho Liderança Território	6 meses a um ano	<p>Jovens, lideranças e comunicadores populares capacitados em noções básicas de comunicação comunitária (rádio, redes sociais, vídeo, fotografia, texto, etc.).</p> <p>Formação de multiplicadores locais que possam dar continuidade às ações de comunicação.</p> <p>Ampliação da articulação entre comunicadores quilombolas de diferentes comunidades.</p>

Eixo	Responsáveis	Prazo	Resultados Esperados
			Jovens como protagonistas no processo de comunicação local.
			Estímulo à liderança e à continuidade das ações após a oficina.

Eixo	Responsáveis	Prazo	Resultados Esperados
			Definição de produtos com identidade territorial: alimentos (farinha, azeite de babaçu, doces, etc.), artesanato, moda afro, biojoias, produtos culturais (livros, CDs, filmes).
			Priorização de produtos que valorizem o saber tradicional e a economia das comunidades quilombolas.
			Criação de uma identidade visual unificada (logotipo, rótulo, etiquetas, embalagens).
Gestão Acesso ao Mercado	Grupo de Trabalho Liderança Território	6 meses a um ano	Produção de materiais de comunicação (catálogo, redes sociais, vídeos curtos) com histórias dos territórios e das pessoas.
			Regularização de produtos com selos (como SIM – Serviço de Inspeção Municipal, ou selo da agricultura familiar).
			Investimento em capacitações sobre boas práticas, qualidade e gestão coletiva da produção.
			Comercialização Solidária – criação de canais de venda direta (feiras, redes sociais, plataforma online própria ou parceiras).
			Participação em eventos, encontros, exposições e campanhas de economia solidária e produtos da sociobiodiversidade

Eixo	Responsáveis	Prazo	Resultados Esperados
Investimento em autogestão e em descentralização a partir dos valores	Grupo de Trabalho Liderança Território	6 meses a um ano	Criação de um banco de editais (públicos, privados, nacionais e internacionais) com prazos, temas e requisitos.
			Acompanhamento de portais como Plataforma +Brasil, BNDES, Fundações (Ford, Kellogg, etc.), além de leis de incentivo (Rouanet, Aldir Blanc, etc.).
			Criação ou fortalecimento de um núcleo dentro do MOQUIBOM responsável pela escrita, revisão e gestão de projetos.
			Realização de capacitações sobre elaboração de projetos, teoria da mudança, indicadores e prestação de contas.
			Certidões negativas, prestação de contas anteriores, etc.
			Construção de portfólios com resultados de ações anteriores e depoimentos das comunidades.
			Escrita de propostas com base nos princípios do MOQUIBOM: participação comunitária, protagonismo quilombola, territorialidade.
			Associação de projetos a temas prioritários dos editais: meio ambiente, cultura, segurança alimentar, juventude, educação, economia solidária

A sistematização das ações do MOQUIBOM é um passo estratégico essencial para garantir a continuidade, o fortalecimento e a efetividade das conquistas do movimento. Ao organizar e registrar de forma estruturada as experiências, práticas, metodologias e aprendizados acumulados ao longo do tempo, o MOQUIBOM cria uma base sólida para o planejamento de novas ações e qualificação das existentes.

Com a sistematização, torna-se possível:

- **Ampliar a capacidade de incidência política**, por meio de dados concretos, narrativas consistentes e argumentos bem fundamentados;
- **Aprimorar o diálogo com parceiros e financiadores**, apresentando resultados mensuráveis e evidências do impacto das ações;

- **Inspirar e formar novas lideranças**, com base em experiências documentadas e em metodologias adaptadas à realidade quilombola;
- **Favorecer a replicação de boas práticas**, promovendo o intercâmbio entre comunidades e fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade coletiva.

Esse processo permite identificar o que deu certo, o que precisa ser ajustado e quais estratégias são mais eficazes para alcançar os objetivos coletivos. Além disso, fortalece a memória organizativa dos territórios quilombolas, valorizando os saberes locais e garantindo que os conhecimentos construídos não se percam com o tempo ou com a troca de lideranças.

6.2 Análise dos riscos ao Planejamento Estratégico do MOQUIBOM

Ao longo da reunião com a coordenação do MOQUIBOM, um ponto foi trazido para a pauta: a identificação dos riscos que poderiam impactar a implantação do planejamento estratégico do MOQUIBOM nos territórios. Minimizar riscos significa cuidar do caminho, prevenindo dificuldades que possam enfraquecer a luta coletiva e atrasar os avanços do movimento. O documento que norteia a política dos Povos e Comunidades dos Povos e Comunidades (2017, p. 17) reafirma que, “para os povos tradicionais, reduzir riscos não é apenas prevenir danos, mas assegurar a permanência cultural e territorial, em harmonia com a natureza e os saberes ancestrais.” A orientação da Política Nacional dos PCTs traz a reflexão sobre a necessidade de avaliar os riscos de maneira diferenciada quando trabalhamos com comunidades tradicionais. É necessário levar em consideração espaço, territorialidade, subjetividade e tempo para transformar o risco em conhecimento compartilhado com as comunidades.

Ao listar as ameaças e nortear o caminho a ser seguido, o Movimento fortalece a autonomia dos territórios quilombolas e se prepara para agir com firmeza, mesmo diante das incertezas. Só assim é possível construir, juntos e juntas, caminhos mais seguros rumo à liberdade, à justiça e ao bem viver quilombola. Implementar um planejamento organizacional para o Movimento Quilombola do Maranhão pode trazer muitos benefícios, como o fortalecimento da articulação política, a captação de recursos e a organização de demandas, mas, também, envolve riscos importantes, que devem ser considerados com sensibilidade e respeito à realidade das comunidades.

Para Raniere Roseira, agente da Comissão Pastoral da Terra e que há anos atua junto ao MOQUIBOM:

Minimizar os riscos é, acima de tudo, valorizar a sabedoria e a organização dos territórios, cuidando da caminhada com responsabilidade, união e visão de futuro. Assim, o Planejamento Estratégico do MOQUIBOM se torna uma ferramenta viva e fortalecida pelas mãos do povo quilombola (Raniere, 2025).

A coordenação do MOQUIBOM elencou as seguintes preocupações:

- Desrespeito às tradições e à autonomia: se o planejamento for feito de forma vertical, sem escuta e participação efetiva das comunidades, pode violar modos tradicionais de organização e liderança;
- Uniformização da diversidade: o Maranhão possui dezenas de comunidades quilombolas com histórias, culturas e necessidades distintas. Um planejamento genérico pode apagar essas especificidades;
- Conflitos internos: a tentativa de estruturar o planejamento de modo formal pode gerar disputas por poder, representatividade ou visibilidade entre lideranças ou grupos;
- Cooptação política: há o risco de que o planejamento seja usado por partidos ou governos como instrumento de controle ou para fins eleitoreiros, desviando-o de seu propósito emancipador;
- Reação de grupos opositores: a organização mais eficiente pode gerar resistência de setores que, historicamente, se opõem à regularização fundiária e aos direitos dos quilombolas;
- Desconfiança institucional: se o plano for elaborado com envolvimento de instituições públicas, sem um processo transparente, pode gerar desconfiança entre as comunidades;
- Falta de continuidade e implementação: muitos planos morrem na elaboração. Sem mecanismos de execução, acompanhamento e recursos, o planejamento corre o risco de ser apenas um documento;
- Falta de capacitação e apoio técnico: a ausência de formação adequada nas comunidades para lidar com ferramentas de planejamento pode gerar dependência externa ou falhas na execução;
- Recursos escassos ou mal direcionados: se o planejamento não for realista quanto à disponibilidade de recursos financeiros, humanos e logísticos, pode frustrar expectativas e desmobilizar;

- Exposição a ameaças: a organização pode tornar mais visível o enfrentamento a conflitos por terra, aumentando a exposição a ameaças de grileiros, fazendeiros ou empresas;
- Judicialização ou criminalização: a formalização de estruturas pode gerar ataques jurídicos por grupos que contestam a legitimidade dos territórios ou do próprio movimento.

Na reunião realizada no mês de junho ficou definido outro encontro com a finalidade de tratar as possíveis estratégias para minimizar os riscos. O objetivo de elencar e considerar os itens ameaçadores ao Modelo de Iniciativas das Crises Contemporâneas o MCIC (Modelo de Criação da Iniciativa das Crises Contemporâneas) justifica-se pela necessidade de garantir que o planejamento estratégico do MOQUIBOM se torne uma ferramenta viva e fortalecida pelas mãos do povo quilombola.

A gestão de riscos, quando incorporada ao planejamento e à execução das ações do movimento, fortalece a sua capacidade de enfrentar desafios internos e externos, como mudanças políticas, pressões econômicas, conflitos territoriais, desarticulação comunitária e dificuldades no acesso a políticas públicas. É importante que as ações relacionadas abaixo sejam norteadoras das ações do MOQUIBOM:

1. Respeitar os saberes tradicionais e formas próprias de organização;
2. Manter a escuta ativa e o envolvimento das comunidades em todas as etapas do planejamento, fortalecendo o protagonismo quilombola;
3. Proteger os direitos dos territórios quilombolas com fins de evitar retrocessos em conquistas históricas e fortalecer as estratégias de resistência e permanência no território;
4. Fortalecer a organização interna, tendo como objetivos maiores a previsibilidade, a preparação das lideranças para lidar com imprevistos e o reforço à confiança das comunidades na atuação do movimento;
5. Melhorar a tomada de decisão, sempre analisando os riscos, assim, as decisões se tornam mais estratégicas, conscientes e eficientes;
6. Mobilizar parceiros éticos e comprometidos com a causa quilombola e recursos;
7. Evitar desperdícios e retrabalhos, atuando de maneira a minimizar falhas operacionais, perdas de tempo e de recursos, contribuindo para o bom andamento dos projetos;

8. Registrar as decisões e construir instrumentos coletivos, como planos de ação territoriais, que orientem a continuidade mesmo diante de mudanças de lideranças;
9. Fortalecer a comunicação interna, garantindo que todos estejam informados e engajados;
10. Favorecer a continuidade das ações, pois, mesmo diante de crises, o movimento consegue se reorganizar e seguir em frente com seu plano de ação, mantendo a sua missão.

Incorporar a análise de riscos no planejamento estratégico permite que o Movimento atue com mais segurança, proteja seus territórios, culturas e direitos, além de manter a unidade frente aos desafios. Minimizar riscos não é apenas uma ação de proteção, mas uma estratégia de fortalecimento político, social e econômico do MOQUIBOM e das comunidades quilombolas que ele representa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram meses de diálogos de um processo contínuo e que ganha uma metodologia que buscou aliar o conhecimento da academia com a sabedoria popular no processo de construção do planejamento estratégico, do plano de ação e da execução das missões nos territórios do MOQUIBOM. Foi possível identificar potencialidades e desafios que, se enfrentados de forma coletiva e organizada, com práticas participativas, colaborativas e territorialmente contextualizadas, podem garantir maior sustentabilidade econômica e autonomia política ao Movimento.

A construção coletiva do Planejamento Estratégico, do Plano de Ação e da realização das Missões representaram mais que momentos operacionais. São espaços pedagógicos de troca, escuta, mobilização e fortalecimento identitário. Ficou evidenciado que o MOQUIBOM se destaca pela autenticidade de seu papel como articulador de uma agenda política própria, baseada na ancestralidade, na justiça territorial, na valorização dos modos de vida tradicionais e na resistência frente às ameaças estruturais que incidem sobre os quilombos.

Ao aceitar participar dessa pesquisa acadêmica e construir conjuntamente, por meio dessa pesquisa que aponta caminhos para assumir a autogestão financeira como eixo estruturante, reafirma a capacidade do Movimento de pensar o futuro com os próprios pés fincados no chão da comunidade, construindo estratégias que valorizam os saberes tradicionais, os modos de vida coletivos e as práticas econômicas solidárias. Nesse sentido, o Planejamento Estratégico elaborado não deve ser compreendido como um instrumento estático, mas sim como uma ferramenta viva, flexível e em permanente construção.

O Planejamento Estratégico se mostrou, portanto, não apenas como uma ferramenta técnica, mas como uma prática política e emancipatória. O plano de ação, por sua vez, tem como propósito operacionalizar as diretrizes de forma articulada, promovendo o alinhamento entre as demandas locais e os objetivos coletivos do movimento. Já as missões territoriais materializarão a presença ativa do MOQUIBOM nos quilombos, que promoverá articulação política, escuta qualificada e mobilização social. É um processo construtivo que reforça o protagonismo dos sujeitos tradicionais na formulação de políticas públicas e na incidência sobre os espaços de decisão.

Nos próximos passos do caminhar, importante a análise da equipe de Mensuração com os indicativos a serem alcançados e estabelecidos no Plano de Ação. A

análise de um trabalho colaborativo como esse não é mais uma etapa técnica, mas um instrumento político e organizativo que permite refletir sobre seus próprios processos, identificar desafios e celebrar conquistas. A partir dessa leitura crítica, será possível garantir que as ações planejadas estejam, de fato, promovendo transformações concretas nos territórios quilombolas, fortalecendo a autonomia, a organização comunitária e a luta coletiva por direitos.

A maneira como foi construído o Planejamento Estratégico do MOQUIBOM fortalece uma gestão horizontal e passa a integrar o ciclo da vida comunitária. Importante o registro de todas as ações por meio da sistematização das realidades territoriais mapeando os riscos, denunciando violações e planejando ações de resistência, garantindo, assim, o direito à terra e ao bem viver. As pesquisas geram materiais que podem ser usados em processos formativos dentro e fora das comunidades, fortalecendo o protagonismo juvenil, o empoderamento das lideranças e a autonomia comunitária. Uma prática que garante o desenvolvimento justo, solidário e com identidade.

Os próximos passos após a defesa desta dissertação são retomar o diálogo com o Movimento, apresentar o produto final elaborado e legitimado pela academia, e construir um cronograma de execução, levando em consideração os públicos envolvidos e as prioridades apontadas.

REFERÊNCIAS

ABERTURA do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Palestrante: Muniz Sodré. 24 nov. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de preto no Maranhão**: quebrando o mito do isolamento. São Luís: ECN; SMDH; PVN, 2002. v. 1.

ARAÚJO, Mundinha. **Insurreição de escravos em Viana: 1867**. 2. ed. São Luís: Edições AVL, 2006.

ARAÚJO, Onir de. **Fala proferida durante o Encontro do MOQUIBOM**. São Luís, jan. 2025. Gravação em áudio. Arquivo pessoal da autora.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BARRA, Rafael. Agente da CPT/MA. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA. São Luís, out. 2024. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

BORBA, J. Apresentação. *In*: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (org.). **Movimentos sociais e participação**: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. v. 1, p. 9-16.

BORGES, Catarina. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA. São Luís, out. 2024. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 163-207.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2024**. Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra, 2025. 32 p. ISBN 978-65-994503-5-8.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Relatório**: conflitos no campo Brasil 2024. Goiânia, GO: CPT Nacional, 2022. 269 p. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. ISSN 1676-661X.

COSTA, Emília. Coordenadora do MOQUIBOM. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA. São Luís, out. 2024. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

COSTA, Ramon Bezerra; ROCHA, Larissa Leda F. **MCIC – Modelo para Criação de Iniciativas Contemporâneas**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2022. 61 p.

CRUZ, João. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante reunião e Encontro do MOQUIBOM. São Luís, ago. 2024 – jan. 2025. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

FARIAS FILHO, Marcelino Silva (org.). **O espaço geográfico da Baixada Maranhense**. São Luís: JK Gráfica Editora, 2012.

FIABANI, Adelmir. **Novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988–2008)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? *In*: MOTTA, Luiz Gonzaga et al. (org.). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 13-29.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012. Orientadora: Maria Aparecida de Moraes Silva.

GAMELLA, Kuntun Akvroá. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante reunião e Encontro do MOQUIBOM. São Luís, ago. 2024 – jan. 2025. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem: poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio de México, 1999.

MONTEIRO, Ronilson. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante reunião e Encontro do MOQUIBOM. São Luís, ago. 2024 – jan. 2025. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

MOREIRA, Raimundo. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante reunião e Encontro do MOQUIBOM. São Luís, ago. 2024 – jan. 2025. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

MOVIMENTO QUILOMBOLA DO MARANHÃO. **Carta de princípios**. Mangabeira; Santa Helena, MA: MOQUIBOM, 2013. Disponível em: <https://moquibom.wordpress.com/2013/09/16/carta-de-principios/>. Acesso em: 4 maio 2025.

NONATA, Raimunda. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante reunião e Encontro do MOQUIBOM. São Luís, ago. 2024 – jan. 2025. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

PAIVA, Raquel. O desafio de mudar a comunicação comunitária. **Mídia e Cotidiano**, São Paulo, v. 1, abr. 2017.

PAVÃO, Tony. Coordenador do MOQUIBOM. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA. São Luís, out. 2024. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação da construção da cidadania**. São Paulo: Vozes, 1998.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **Vida de Negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas**. São Luís: [s.n.], 2005. (Coleção Negro Cosme; 4).

REGES, Ginivaldo. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA. São Luís, out. 2024. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

ROSEIRA, Ranieri. Agente da CPT. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA. São Luís, out. 2024. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

SANTOS, Arnaldo dos. Coordenador do MOQUIBOM. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA. São Luís, out. 2024. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

SANTOS, Gil Reges. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante reunião e Encontro do MOQUIBOM. São Luís, ago. 2024 – jan. 2025. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

SILVA, Francisco Carlos da. Coordenador do MOQUIBOM. Entrevista concedida a Yndara Vasques durante Acampamento do MOQUIBOM em frente ao INCRA. São Luís, out. 2024. Arquivo pessoal da autora. Formato: mp3 (20 min).

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUSA, Igor Thiago Silva de. Comunidades quilombolas no Maranhão: a ACONERUQ e o MOQUIBOM na cena política. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 8., 2017, São Luís. **Anais** [...] São Luís: UFMA, 2017.

ANEXOS

ANEXO A - CARTA DENÚNCIA ELABORA PELO MOQUIBOM E DIVULGADA PARA A IMPRENSA E NAS REDES SOCIAIS DURANTE O ACAMPAMENTO DO MOQUIBOM EM OUTUBRO DE 2024



MOVIMENTO QUILOMBOLA DO MARANHÃO DENUNCIA O ESTADO BRASILEIRO COMO CORRESPONSÁVEL PELA VIOLÊNCIA CONTRA QUILOMBOLAS

Nós, comunidades quilombolas do Maranhão articuladas no MOQUIBOM e as comunidades tradicionais Campestre (Timbiras-MA) e Vila Bela (Igarapé do Meio-MA) chegamos à sede do INCRA Maranhão na manhã dessa segunda (21/10/2024) reivindicando a conclusão dos processos administrativos em tramitação na autarquia.

O atendimento pelo Superintendente do INCRA, o ex-deputado federal José Carlos Nunes Jr (Zé Carlos da Caixa - PT) foi condicionado à formação de uma comissão com oito pessoas para reunião no gabinete do superintendente, o que não foi aceito por nós, em plenária realizada no auditório do INCRA ainda durante a manhã.

As comunidades quilombolas visitadas pela Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo no primeiro semestre de 2024 denunciaram que o INCRA está tentando nos estimular a abandonarmos a reivindicação por titulação territorial quilombola e optarmos pela reivindicação de assentamentos com lotes individuais que podem em poucos anos voltar ao mercado de terras, o que destruirá nossa existência e a continuidade das futuras gerações.

Embora haja 424 processos administrativos de titulação quilombola tramitando no INCRA MA, até outubro de 2024 apenas três quilombos foram titulados pela União no Estado, o que corresponde a 0,2% da demanda atual. Assim, após 21 anos desde a edição do decreto federal 4.887/2003 há uma média de 01 quilombo titulado no MA a cada sete anos.

O Maranhão é o estado em que mais se assassina quilombolas no Brasil. De 2005 a 2024, os dados da Comissão Pastoral da Terra demonstram que 50 quilombolas foram assassinados no país em razão de conflitos socioambientais e territoriais. Desses, 20 de nós foram assassinados no Maranhão e 16 na Bahia, sendo que 10 quilombolas foram mortos de 2020 a 2023 no Maranhão.

Apesar de o MA ter 20% da população quilombola brasileira e a Bahia 30% (IBGE, 2022), no MA foram mortos 40% e na BA 32% dos 50 quilombolas assassinados nos últimos 19 anos. Não existe proporcionalidade dos assassinatos de quilombolas no MA com a população quilombola maranhense. Mas o MA (com 424 processos) tem demanda quilombola no INCRA superior à da Bahia (371 processos). Se há relação de proporcionalidade, ela se dá na luta por titulação. Reivindicar o direito constitucional aos territórios significa colocar nossas vidas em risco.

Numa relação matemática, a cada sete quilombolas maranhenses assassinados, o Estado brasileiro titula um território quilombola no Maranhão.

O INCRA concluiu 28 RTIDs no Maranhão até 2024. Em 2022, a autarquia apresentou uma planilha de conclusão de outros 27 RTIDs de quilombos maranhenses com decisões judiciais em ações civis públicas na Justiça Federal. No planejamento, o INCRA distribuiu dois RTIDs por ano, entre 2023 e 2034 e três RTIDs em 2035. A essa taxa média de dois RTIDs por ano, seriam necessários 197 anos para conclusão da fase administrativa da titulação quilombola.

Mas se levarmos em consideração a data da promulgação da Constituição de 1988, em 36 anos o INCRA/União tituló um quilombo a cada 12 anos no Estado. A essa média, o Maranhão terá concluída a titulação da demanda atual de 421 quilombos sem titulação no ano de 7076.

Os dados demonstram que a política pública de proteção territorial quilombola instituída pela Constituição (art. 68 do ADCT) não existe na prática, o que é expressão de um racismo institucional do Estado brasileiro que considera descartáveis nossos corpos/territórios.

Não é simples coincidência o Maranhão possuir a maior taxa de demanda de titulação de quilombos no país e o maior número de quilombolas assassinados. Nossos corpos são violentados porque nossos territórios tradicionais não são protegidos.

Parém de nos matar! Titulem nossos territórios!

São Luís-MA, 21 de outubro de 2024.

MOQUIBOM
Apóio: CPT MA

ANEXO B – CARTA CONVITE PARA A PESQUISADORA APRESENTAR A PESQUISA DURANTE O ENCONTRO DO MOQUIBOM EM JANEIRO DE 2025



MOVIMENTO QUILOMBOLA DO MARANHÃO – MOQUIBOM ENCONTRÃO DO MOQUIBOM NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE CRUZEIRI/TRIÂNGULO – PALMEIRÂNDIA/MA CARTA CONVITE

O Movimento quilombola do Maranhão vem, através deste, convidar a Comissão Pastoral da Terra para participar conosco do encontro do MOQUIBOM, que ocorrerá no município de Palmeirândia-MA no Território Quilombola Cruzeiro/Triângulo no período de 23 a 27 de janeiro de 2025.

TEMA: DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRÃO

DIA 24 SEXTA-FEIRA

07:00 – CAFÉ

08:00 – RODA DE TAMBOR

09:00 – APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

09:30 – REFERÊNCIA QUE APONTA UM SUL METODOLÓGICO E POLÍTICO/JURÍDICO

12:00 – ALMOÇO

14:00 – RODA DE TAMBOR

14:30 – REFERÊNCIA QUE APONTA UM SUL METODOLÓGICO E POLÍTICO/JURÍDICO

16:00 – LANCHE

16:15 – REFERÊNCIA QUE APONTA UM SUL METODOLÓGICO E POLÍTICO/JURÍDICO

18:00 – ENCERRAMENTO

19:00 – JANTAR

DIA 25 SÁBADO

07:00 – CAFÉ

08:00 – RODA DE TAMBOR

09:00 – DESDOBRAMENTO E APANHADO DA BASE LEGAL E JURÍDICA PARA O PLEITO SUAS LIMITAÇÕES E ENTRAVES

12:00 – ALMOÇO

14:00 – RODA DE TAMBOR

14:30 – DESDOBRAMENTO E APANHADO DA BASE LEGAL E JURÍDICA PARA O PLEITO SUAS LIMITAÇÕES E ENTRAVES

16:00- LANCHE

16:15 – DESDOBRAMENTO E APANHADO DA BASE LEGAL E JURÍDICA PARA O PLEITO SUAS LIMITAÇÕES E ENTRAVES

18:00 – ENCERRAMENTO

19:00 – JANTAR

DIA 26 - DOMINGO

07:00 – CAFÉ

08:00 – RODA DE TAMBOR

09:00 – DESDOBRAMENTO E APANHADO DA BASE LEGAL E JURÍDICA PARA O PLEITO SUAS LIMITAÇÕES E ENTRAVES

11:00 – CAMPANHA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E CAMPANHA SÔNIA LIVRE!

11:30 – PARTILHA DAS ATIVIDADES DO PROJETO MOQUIBOM

12:00 – ALMOÇO

14:00 – RODA DE TAMBOR

14:30 – POR UMA GEOGRAFIA DO QUILOMBO: TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NEGRA NO BAIXO TURIAÇU - PROJETO DE MESTRADO (NASCIMENTO)

15:30 – APRESENTAÇÃO PROJETO DE COMUNICAÇÃO -YNDARA VASQUEZ

16:00 – LANCHE

16:15 – ELEIÇÃO DA NOVA COORDENAÇÃO POLÍTICA DO MOQUIBOM

18:00 – ENCERRAMENTO

19:00 – JANTAR

APÊNDICES

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO NO
ACAMPAMENTO DO MOQUIBOM EM OUTUBRO DE 2024 PARA
ELABORAÇÃO DO MAPA DAS CRISES DO MOQUIBOM**

Programa de Pós-Graduação em Comunicação UFMA

Mestranda: Yndara Vasques Lima

Orientadores: Flávia Moura e Ramon Bezerra

Sujeitos da Pesquisa: Integrantes do Moquibom Movimento Quilombola do Maranhão

Data: 23/10/2024

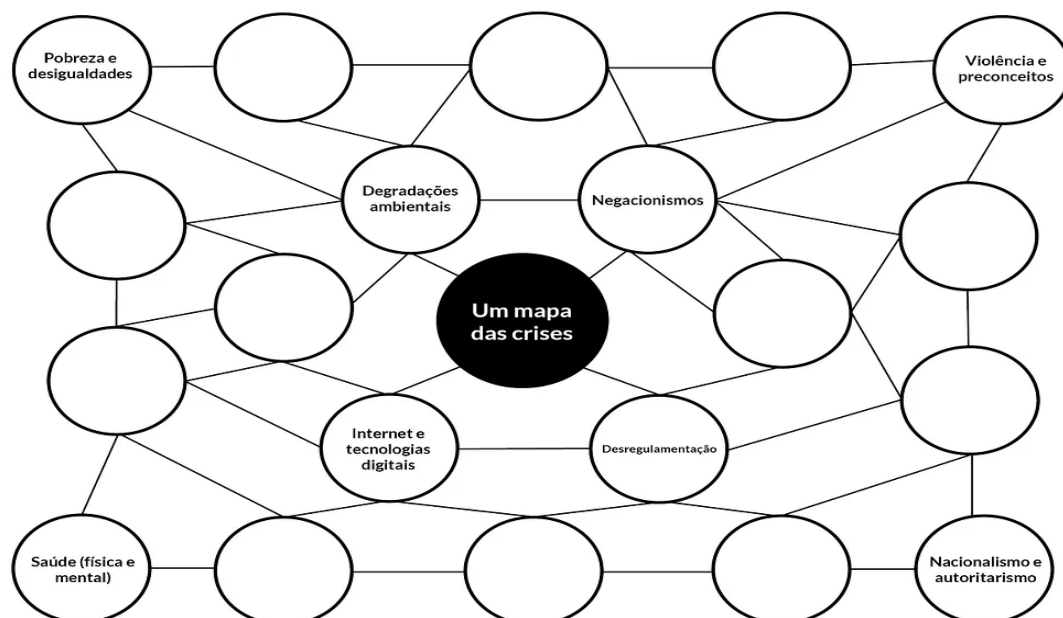
**Diagnóstico por meio de um Mapa das Crises da Contemporaneidade (MCC)
Quais os fatores que interferem no dia a dia da comunidade?**

Nome: _____

Identidade: _____

Comunidade: _____

neidade



**APÊNDICE B – REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MCC EM NOVEMBRO
DE 2024 PARA A COORDENAÇÃO DO MOQUIBOM**



APÊNDICE C - REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MCC EM JANEIRO DE 2025 DURANTE O EMCONTRO DO MOQUIBOM

